

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS

Bruno Renan Joly

RISCO E VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR: DA CASERNA À POLÍTICA

São Carlos – SP

2017

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS

Bruno Renan Joly

RISCO E VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR: DA CASERNA À POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto

Financiamento: CAPES

São Carlos – SP

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Bruno Renan Joly, realizada em 22/06/2017.

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto
UFSCar

Profa. Dra. Jacqueline de Oliveira Muniz
UFF

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
UFSCar

*A todas as pessoas que perderam alguém ou a vida em nome da violência
estatal e civil.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro e mais importante lugar, quero agradecer a Maria José Malosso Joly, minha mãe. Mulher forte, mulher que nunca mediu esforços, sacrifícios e incentivos para que seus três filhos chegassem onde chegaram: à universidade, lugar o qual ela, de família humilde, tal qual a que pôde constituir devido às circunstâncias da vida, jamais teve a possibilidade de estar. Sua história, seu caráter, sua hombridade, sua força quase que inesgotável diante das adversidades da vida, seu amor são mais que inspiração pra mim, mas convertem-se em imagem da qual quero ser a semelhança. A você, mãe, todo meu amor, toda minha admiração e minha eterna gratidão por ter dedicado sua vida ao bem-estar e a felicidade minha e de meus irmãos.

Quero agradecer também à Guilherme Joly e à Victor Joly, meus primeiros companheiros, meus primeiros amigos, meus irmãos de sangue, meus irmãos de coração. Creio que o tempo, a maturidade e mesmo a distância física que passou a existir entre nós devido às nossas escolhas só serviram para fortalecer nossos laços de amizade, de parceria. Guilherme com sua intelectualidade latente e Victor com sua fibra e sua coragem extrema também são imagens das quais quero ser semelhança.

Agradeço a Irandy Joly Filho, meu pai, por todas as vezes em que me socorreu diante de adversidades vividas ao longo de minha graduação e pela confiança depositada desde o momento em que saí de casa.

Quero registrar meu imenso agradecimento aos irmãos que a vida me deu longe de casa: Danilo Zamorano, Lorenzo Arturo, Marcelo Petroncari, Sérgio Bazzanella, Lucas Teixeira, Rafael Claro, Edson Nunes, Felipe Cardozo e Henrique Bisetto. Eternas amizades, eternos companheiros de conversa, de embriaguez, de vida. Salve, Bixo de 7 Cabeças.

Obrigado a Leiane Miranda, Marina Ferreira e Ana Sabadin, em especial. Sem vocês essa dissertação não teria sido possível. Leiane, sempre interessada em meu trabalho e disposta a conversar e ajudar. Agradeço por tudo. Marina, desde quando eu nem pensava em ingressar na carreira acadêmica, já me incentivou e me apoiou. Ao longo de todo o processo trocamos alegrias e desprazeres com a vida acadêmica, mas acima de tudo, cresci e aprendi. E você tem grande responsabilidade por isso. Obrigado, querida amiga. Aninha, saiba que jamais me esquecerei de todo auxílio, de toda disposição em me ajudar ao longo dessa caminhada que não foi fácil pra nós.

Os trabalhos lidos E corrigidos, as formatações, as conversas, a companhia. Entre tudo que aprendi e ganhei ao longo desse mestrado, sua amizade está entre as mais valiosas. Obrigado, querida amiga.

Helga Peres, Camila Raiane, Priscila Cavali e Eduardo Seino, vocês me estenderam mais do que a mão em um momento de grande adversidade que enfrentei. Talvez um dos momentos mais turbulentos de minha vida. Saibam que jamais esquecerei o que fizeram por mim. Muito obrigado a vocês.

Agradeço à Élide Mendonça pela companhia ao longo de toda essa caminhada. Compartilhar essa experiência com você fez dela menos penosa. Sua inteligência, sua dedicação e sua proatividade foram inspiração pra mim durante todo esse tempo. E são inspiração pra vida. Estar próximo de você me fez crescer como homem, como ser humano e me fez ver que ainda tenho muito a aprender. Obrigado.

Gostaria de agradecer aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar pelas aulas, pelo conhecimento partilhado, pelas discussões sobre o meu projeto de pesquisa, as críticas e sugestões.

Deixo também meu muito obrigado à professora Dra. Jacqueline Muniz em por ter aceitado participar da banca examinadora de minha dissertação. É uma satisfação e uma honra muito grande ter alguém de sua envergadura e importância para as discussões sobre sociologia da violência participando da minha banca. Agradeço ao professor Dr. Fábio Sanchez por compor a banca juntamente à Jacqueline Muniz e a minha orientadora, Jacqueline Sinhoretto. As críticas e sugestões apontadas pelo professor na banca da qualificação foram de grande valia e ajuda para a continuação do trabalho. Obrigado por partilharem de seus conhecimentos comigo e com meu trabalho.

Obrigado aos amigos e amigas do GEVAC com os e as quais pude ver o quão pequenino sou em termos de saber sociológico e policial. Aprendi muito fazendo parte desse grupo. Agradeço pela leitura do meu projeto e do meu trabalho final. Agradeço os elogios, as críticas e as sugestões. A experiência de vocês nesse campo da sociologia me auxiliou muito ao longo do processo. Dentro do GEVAC agradeço especialmente à Jacqueline Sinhoretto, professora e orientadora. Seu saber e sua dedicação ao trabalho numa plena integração à luta por uma sociedade mais justa e igualitária são, para mim, inspiração. Sem você, esse trabalho não seria possível. Obrigado por me receber no GEVAC, por me abrir portas, obrigado pelos conselhos e pela orientação ao longo desse caminho. Quero que saiba que te admiro muito.

Obrigado a Marco Ferreira e a Elisandro Lotin por me possibilitarem conhecer ao menos uma parte do universo policial militar. Sem vocês esse trabalho não seria possível. Agradeço também a todos os policiais que me concederam entrevistas.

Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo traçar um panorama sobre a questão do risco, da vitimização e do sofrimento policial militar como fatores que, mais que inerentes à profissão, são potencializados em função da forma como o campo da segurança pública no Brasil está estruturado. Mostramos que a vitimização policial militar vai muito além do óbito, sendo constituída por questões relacionadas ao adoecimento, perseguições, exclusão, suicídio, conflitos de classes e gênero. Trazemos à luz da discussão a problematização das condições precárias de trabalho a que os praças da Polícia Militar estão submetidos e como essas colaboram para que o quadro de vitimização mantenha-se elevado e complexo. Por fim, identificamos um cenário em que há uma disputa pela verdade no que diz respeito às questões que afligem os praças da PM: de um lado as associações de praças da polícia militar que visam representar no âmbito jurídico e político uma classe inteira de profissionais desprovidos do próprio direito a essa representação; de outro, os parlamentares da chamada “bancada da bala”, que apropriam-se de elementos como o elevado número de mortes entre policiais militares para respaldarem posições políticas de maior endurecimento e militarização da segurança pública. Num contexto em que essa questão tem se tornado uma pauta política e de discussão aberta entre policial e sociedade civil, busca-se compreender como se dá esse movimento visto que a Polícia Militar é uma instituição fechada e dificilmente suas pautas internas tornam-se públicas. Analisamos o papel das Associações de Praças da PM e da Bancada da Bala no que se refere a essa questão. Por meio de revisão bibliográfica, análise de dados quantitativos e entrevistas semiestruturadas buscou-se explorar como a questão do sofrimento policial é subjetivada por esses profissionais e quais são as implicações desse sofrimento tanto para esses profissionais na sua vida pessoal quanto para a segurança pública. Conclui-se que os policiais militares são sujeitos que vivem um regime de exceção dentro de um regime democrático e que, por isso, acabam convertidos em sujeitos garantidores de uma ordem social pautada pelos deveres e não pelos direitos.

Palavras-chave: Risco policial militar, vitimização policial militar, militarismo, associações de praças, bancada da bala.

ABSTRACT

The present work aims to outline the issue of risk, victimization and the suffering of the military police as factors that more than inherent to the profession are reinforced by the manner the public security in Brazil is structured. We show that the victimization of the military police goes far beyond death, being constituted by issues related to mental illness, persecution, exclusion, suicide, class conflicts and gender. We also bring to the discussion the problematization of the precarious working conditions to which the *praças* – low-ranking police officers – of the military police are subjected to, and how this reinforces the high and complex victimization situation. Finally, we identify a scenario in which there is a dispute around the truth concerning the issues that afflict the *praças*: on the one hand, the associations of this military police workers that intend to represent in the legal and political sphere a whole class of professionals devoided of the right to this representation. On the other hand, the parliamentarians of the so-called "bullet parliamentarians", which use elements such as the high death rates among the military police to support political positions of hardening and militarization of public security. In a context where this issue has become a political agenda and an open discussion between the police and civil society, attempts are made to understand how this movement occurs, given that the military police is a sealed institution and its internal directives hardly become public. We analyse the role of both the *praças* association and the parliamentarians of "bullet parliamentarians" on this issue. Through bibliographic review, analysis of quantitative data and semi-structured interviews, we seek to explore how the issue of police suffering is subjectivated by these professionals and what are the implications for both professionals in their personal lives and public security. It is concluded that the military police agents live a regime of exception within a democratic regime and that, therefore, they end up becoming guarantors of a social order based on the duties and not the rights.

Key words: Military police risk, military police victimization, militarism, *praças* association, bullet parliamentarians.

LISTA DE SIGLAS

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ANASPRA – Associação Nacional dos Praças

APPMARESP – Associação das Praças Policiais Militares da Ativa e Reformados do Estado de São Paulo

ASPRA – Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares

CASJ – Centro de Assistência Social e Jurídica

CASJR – Centro de Assistência Social, Jurídica e Religiosa

CEDM – Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais

COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar

DS – Diretoria de saúde

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FGV – Fundação Getúlio Vargas

MP – Ministério Público

PAAPM – Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PM – Polícia Militar

PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PMSC – Polícia Militar de Santa Catarina

PP – Partido Progressista

PPI – Programa de Preparação para a Inatividade

PPMS – Programa de Prevenção à Manifestações Suicidas

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PVH – Programa de Valorização Humana

OPM – Organização Policial Militar

RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar

ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SSP – Secretaria de Segurança Pública

- SUMÁRIO -

INTRODUÇÃO.....	11
I. O campo policial militar.....	18
I.1. O campo vem até o pesquisador.....	18
I.2. Tentativas de acesso.....	22
II. Procedimentos e recursos metodológicos.....	25
II.1. Abordagem.....	25
II.2. Realização das entrevistas.....	25
I. RISCO NA PROFISSÃO POLICIAL MILITAR.....	27
I. Duas abordagens sobre o risco.....	28
I.1. Abordagem epidemiológica.....	28
I.1.i. Crimes de maio de 2006 e subvalorização da vida do policial militar.....	30
I.1.ii. Vamos partir pra cima.....	34
I.2. Abordagem social.....	36
II. Policial militar: profissão de risco.....	40
II. VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR.....	46
Definindo o conceito de vitimização.....	46
Casos empíricos de vitimização.....	48
Cabos da Polícia Militar.....	55
Perseguições e discriminação no interior da PM.....	64
Estigma, rótulo e sofrimento: um outsider na Polícia Militar.....	66
Camas separadas.....	70
Diretoria de saúde e ações preventivas ao suicídio na PMESP.....	72
III. CONDIÇÕES DE TRABALHO E COMPORTAMENTO POLICIAL MILITAR.....	78
I. Condições materiais ou objetivas.....	78
II. Condições imateriais ou subjetivas.....	87
III. Comportamento policial militar.....	100
IV. POLÍCIA E POLÍTICA: MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS, ASSOCIAÇÕES E BANCADA DA BALA.....	106
I. Ciclo de protestos de 1997.....	106
II. Associações de praças das polícias militares.....	110
III. Bancada da bala.....	121
IV. Politização da causa policial: campo aberto de enfrentamento de discursos.....	130
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139

- INTRODUÇÃO -

O Brasil é um país cuja a conflitualidade social contemporânea tem se mostrado extremamente violenta e complexa. Somos um país que matou aproximadamente 60 mil pessoas no ano de 2014. Nesse mesmo ano morreram 398 policiais. Ainda em 2014, no Estado de São Paulo, a Polícia Militar matou 699 pessoas. Em contrapartida, morreram 91 policiais militares no Estado, dois a mais do que em 2013. Esses dados encontram-se no 8º Anuário de Segurança Pública, publicado em 2014 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Ainda no ano de 2014, reportagem divulgada pela *Ponte Jornalismo*¹ relatou a impressionante cifra de mais de 10 mil mortes cometidas pela PMESP (Polícia Militar do Estado de São Paulo) no período de 19 anos, o equivalente a população inteira de muitas cidades pequenas do interior do Estado. A referida reportagem diz também que somente no período entre 2008 e 2012, a PMESP matou 9,5 vezes mais do que todas as polícias dos Estados Unidos da América em conjunto. Há dados também sobre a vitimização policial: no período que compreende o ano de 1995 - ano em que o governo do Estado de São Paulo passou a divulgar estatísticas referentes a criminalidade - até o ano de 2014, 1.159 policiais militares foram mortos.

Esses dados evidenciam uma relação extremamente delicada entre a Polícia Militar e a sociedade civil pois a instituição em questão é uma das mais letais do mundo, segundo Relatório da Anistia Internacional². Além disso, todo ano a instituição enterra um número significativo de policiais que falecem em decorrência dos enfrentamentos bélicos ou de patologias desenvolvidas em função do trabalho. Estou falando de uma organização que tem como missão institucional, entre outras coisas, a proteção da vida, mas que, no entanto, tem ceifado um número elevado delas, tanto de civis quanto dos próprios militares.

As estatísticas sobre as polícias militares do Brasil evidenciam um padrão de atuação que não condiz com sua missão institucional e que abre margem para muitas críticas a respeito de sua

1

< <http://ponte.org/policiais-de-sp-mataram-10-mil-desde/> > Acesso em: 27/06/2014. Novamente em: 8/07/2016.

² < <https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/letalidade-da-pm-e-escandalosa-diz-diretor-da-anistia-internacional-br/> >. Acesso em: 20/05/2016.

atuação, sua função e mesmo de sua continuidade em tempos que se tenta consolidar uma democracia. Não obstante essa realidade, há ainda as constantes violações dos direitos civis e humanos cometidos por policiais militares na contenção de manifestações políticas. Atuando pautadas por uma política de enfrentamento, as polícias militares brasileiras agem de forma a manter a ordem acima dos direitos (IPEA e FBSP, 2016).

Segundo a pesquisa *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e o Ministério da Justiça (MJ), de um total de 21.101 questionários respondidos por policiais de várias categorias e de todas as unidades da federação, temos as seguintes estatísticas: 66,2% acreditam que as carreiras policiais não são adequadas do modo como estão organizadas; 80,9% afirmam que as polícias deveriam ser organizadas em carreira única, com uma única porta de entrada (concurso público); 58,3% acreditam que a hierarquia nas polícias – uma das bases do militarismo, junto a disciplina – e demais forças de segurança provoca desrespeito e injustiças profissionais; 75,8% dos policiais defendem mudanças que integrem o trabalho das polícias. Além disso, 63,5% são favoráveis ao fim da justiça militar para as polícias militares; 76,1% dos policiais militares apoiam a desvinculação ao Exército e outros 93,6% acreditam na necessidade de modernização dos regimentos e códigos disciplinares de modo a adequá-los à Constituição Federal de 1988.

Outro aspecto que diz respeito a modernização e a flexibilização em relação ao caráter militar das polícias versa sobre a questão dos direitos à greve e à associação sindical, direitos dos quais os PMs são desprovidos em razão do caráter militar de sua profissão (SÁ, SALES e NETO, 2015): 86,7% deles são favoráveis a ter esse direito. A pesquisa realizada pelo FBSP e pela FGV foi respondida por policiais rodoviários federais (4,1% do total), policiais federais (10,4% do total), Polícia Científica (2,3%), Corpo de Bombeiros (8,4%), policiais civis (22,0%) e policiais militares (52,9% do total).

A partir dos resultados gerados pela pesquisa do FBSP e da FGV duas coisas chamam a atenção: em primeiro lugar, nota-se uma grande diferença na quantidade de PMs que responderam o questionário em comparação com as outras categorias de policiamento; em segundo lugar, os resultados apontados pela pesquisa indicam que o caráter militarizado da polícia, pensado em tempos e para tempos ditatoriais urge ser debatido. Há, portanto, por parte dos policiais militares

uma grande demanda pela posse da palavra, por participarem mais ativamente dos debates em torno da construção da segurança pública, esfera central na vida desses indivíduos.

Os policiais brasileiros morrem muito, seja em serviço ou durante suas folgas, quando são vitimizados pela ação letal de criminosos, ou em decorrência de patologias psíquicas desenvolvidas em função do trabalho policial como, por exemplo, crises de ansiedade, síndrome do pânico, depressão e ideação suicida (MIRANDA, 2016; MINAYO, ASSIS e OLIVEIRA, 2011), patologias que não só podem como levam muitos policiais a tentarem e, em alguns casos, consumarem o suicídio (MIRANDA, 2016), o que faz com que a cifra sobre a vitimização policial seja ainda maior do que a dos 1.159 policiais militares mortos em 19 anos (1995-2014) no Estado de São Paulo ou do que os 398 militares mortos no Brasil em 2014. Não há, contudo, como saber exatamente em quanto essa cifra é maior pois há uma série de elementos socioculturais como o tabu sobre o fenômeno, a proteção aos familiares do policial e o preconceito institucional em torno do policial que adocece (MIRANDA, 2016) que dificultam a obtenção de dados a respeito do assunto e a elaboração de estatísticas mais próximas da realidade do problema.

Se de um lado temos uma polícia que mata muito, de outro temos profissionais da segurança pública que são cidadãos e cidadãs, maridos e esposas, filhos e filhas que morrem diariamente e em grande quantidade em função de seu trabalho. Caso se queira construir um Brasil democrático, não se pode negligenciar uma questão como essa: a alta vitimização de trabalhadores e trabalhadoras que tem uma função essencial para o bom funcionamento da democracia, isto é, a proteção da vida, dos direitos e da cidadania dos indivíduos. Esse é um problema ainda pouco discutido dentro da literatura sociológica. É uma discussão que urge ser feita pois não é possível construir uma democracia que exclua ou anule a voz de quaisquer segmentos sociais, entre eles os policiais.

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar a ocorrência de movimentos reivindicatórios de policiais militares ao longo do ano de 1997 (SÁ et. al., 2015; ALMEIDA, 2010; ALVES, 2013). Pautas de reivindicação levantadas por policiais naquele ano como, por exemplo, melhorias salariais, de condições de trabalho, tratamento mais humano por parte de superiores, dentre outros, persistem até hoje entre estes profissionais. Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), publicada no ano de 2012, aponta para os principais fatores que os próprios policiais consideram como dificultadores da realização do seu trabalho. A pesquisa aponta, em primeiro lugar, para fatores de ordem material e, em segundo lugar, para fatores de ordem imaterial. Assim, no primeiro caso, os policiais listam os seguintes elementos: (a) falta de dinheiro para lazer, (b) falta

de apoio aos familiares de policiais feridos, (c) número insuficiente de viaturas, (d) falta de manutenção de viaturas, (e) falta de manutenção nos equipamentos, (f) falta de fardamento, (g) falta de treinamento em novas habilidades, (i) falta de infraestrutura no Hospital (HPM), (j) falta de apoio ao policial quando ferido, (l) falta de infraestrutura nos batalhões (conservação e limpeza dos banheiros, cozinha do rancho, etc), (m) alojamentos inadequados (falta de higiene, falta de camas, ventilação inadequada, presença de infiltrações, falta de água),(n) falta de bebedouros no batalhão, (o) baixa Qualidade da comida do rancho, (p) falta de higiene no Rancho (q) quantidade insuficiente de soldados, (r) salário baixo, (s) falta de cursos de capacitação continuada, (t) curso de formação inadequado, (u) falta de zelo do policial com o patrimônio da Polícia (BRASIL, 2012, p.61).

Uma vez elencados os aspectos materiais da precarização do trabalho policial, faz-se necessário falar também sobre outros modos de precarização dessa atividade, modos que dizem respeito ao âmbito imaterial do mundo do trabalho: a questão da subjetividade humana. Segundo Padilha (2010), a noção de “trabalho precário”, para além dos aspectos materiais, envolve também elementos como “[...] intensificação do trabalho; aumento de jornada (duração do trabalho) com acúmulo de funções (polivalência); maior exposição a fatores de risco para saúde” (2010, p.550). Assim, alguns elementos apontados pelos policiais militares no estudo realizado pela SENASP que convergem para o sentido apontado por Padilha, podem ser: (a) falta de comprometimento de órgãos civis de segurança pública, (b) escala de serviço inadequada, (c) dificuldade de estudar devido à escala de serviço, (d) fazer curso de formação extenso longe da família (e) falta de tempo para lazer, (f) falta de tempo para a família, (g) serviços extras sem remuneração, (h) risco de vida maior de acordo com a localidade (BRASIL, 2012, p.60).

Há, então, uma lista com uma série de elementos acerca do trabalho policial que demandam um olhar mais atento. Todos esses elementos apontados pelos agentes de segurança pública, se pensados em conjunto, compõem um quadro de precarização das condições materiais e imateriais do trabalho policial e que expõe diariamente esses profissionais, tanto física quanto psicologicamente, à situações de risco e vitimização e que, em função disso, necessitam serem (re)pensadas pelo fato de que a precarização do trabalho policial influencia na qualidade de vida desses indivíduos e conseqüentemente influencia na qualidade dos serviços prestados por esses trabalhadores.

Esse quadro de precarização apresentado pelos PMs se dá ao mesmo tempo em que se observa no Brasil um aumento nos investimentos em segurança pública. Segundo dados do Anuário de

Segurança Pública de 2015, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com exceção dos Estados do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Sul e Roraima, todas as outras unidades da federação apresentaram aumento nos investimentos em segurança pública de 2013 para 2014, em especial na área do policiamento, sendo São Paulo o Estado que mais aumentou seus investimentos nessa esfera, passando de R\$ 7.855.943.954,64, em 2013, para R\$ 8.940.526.702,93 em 2014 (FBSP, 2015, p.52), uma crescente de 13,8% nos investimentos em policiamento. Contudo, há de se problematizar de que forma esses recursos estão sendo investidos pois maiores gastos com segurança pública não significam necessariamente melhorias em aspectos primordiais dessa área como a preservação da vida das pessoas.

Sendo a preservação da vida um dos, senão o principal objetivo da segurança pública, para interesse desse trabalho podemos citar dois aspectos da atual situação deste campo que demonstram o quanto ele apresenta carências e deficiências que assolam não só a uma, mas a todas as instituições que o compõe³, criando uma rede que as conecta por meio da ineficiência e ineficácia na gestão da ordem e dos conflitos urbanos à despeito da crescente nos investimentos em policiamento. São eles: i) a baixa resolução dos crimes contra a vida; e ii) a vitimização policial.

É fundamental que se fale sobre as condições de vida e trabalho dos policiais militares no Brasil. Cabendo à Polícia Militar o trabalho ostensivo de patrulhamento das ruas e a preservação da ordem pública (BRASIL, 2012, p.19), a qualidade dos serviços prestados por esses profissionais é de importância primordial para o bom funcionamento de uma sociedade que se queira democrática. Contudo, o cenário observado atualmente no Brasil no que diz respeito à segurança pública não é dos mais animadores.

O grau de violência empregado pelos agentes estatais em manifestações públicas/políticas recentemente no país tem sido alarmantes, além da alta letalidade policial que se observa no país⁴. Além disso, os policiais brasileiros estão entre os que mais morrem no mundo. Segundo nota publicada pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e veiculada pelo portal R7, até o dia 12 de julho do ano de 2016, 35 policiais haviam sido mortos, no total. Destes, sete estavam em serviço, 23 estavam de folga e cinco estavam inativos⁵. Isso somente no Estado de São Paulo.

³ As instituições que compõem o campo da segurança pública são as polícias militar, civil, federal, rodoviária, o Sistema de Administração Penitenciária, o Ministério Público e o Sistema Judiciário.

⁴ As polícias brasileiras mataram cerca de 2000 pessoas em 2015, o que dá uma média de 5 pessoas por dia. <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/onu-diz-que-policia-brasileira-mata-5-pessoas-por-dia,10000020489>>.

⁵ <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/policiais-sao-alvos-de-ataques-em-sao-paulo-13072016>> Acesso em: 13/07/2016

Torna-se, então, mais do que necessário tentar entender e/ou buscar explicações sobre o trabalho que as polícias militares tem realizado no Brasil e sobre a vitimização dessa classe de profissionais, pois o trabalho deve ser meio de vida e não de morte. Assim,

“é fundamental que o policial, as corporações e a sociedade tomem consciência da importância de diminuir a vitimização e tratar os agentes vitimizados, reconhecendo seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Enquanto a sociedade reclama da letalidade produzida por eles contra a população, os policiais também estão morrendo violentamente em elevadas proporções” (SOUZA e MINAYO, 2013, p.116).

Dessa forma, estabelecer conexões entre estratégias de estado de enfrentamento ao crime e contenção de massas e a vitimização desse quadro de profissionais com base nos relatos obtidos em campo, além de problematizar a postura das instituições estatais e de segurança pública perante os profissionais que nela atuam. Esses relatos foram o resultado de uma série de entrevistas que realizamos com PMs, especialmente de São Paulo. Vale salientar que, apesar de nossas entrevistas terem sido feitas com trabalhadores que na ampla maioria atuam nesse Estado, as mesmas possuem validade para que se possa tecer um quadro de análise e interpretação da problemática ligada à vitimização policial enquanto um problema de ordem nacional.

A pesquisa bibliográfica me colocou a par de dados quantitativos e qualitativos a respeito de condições de trabalho e de situações de vitimização a que profissionais de segurança pública, em especial os praças das PMs de várias unidades da federação estão submetidos. A pesquisa permitiu observar que ambas as problemáticas se faziam presentes na década de 1990, quando ocorreu um ciclo de protestos em 14 unidades da federação, persistiram ao longo da primeira década do século XXI e que seguem existindo nesse segundo decênio do mesmo século. Há, dessa forma, grande confluência entre os dados obtidos por meio de nossas entrevistas em São Paulo para com o cenário de vitimização policial militar a nível nacional.

Tendo isso em consideração, essa dissertação está estruturada em quatro capítulos além das considerações finais. Nos dois primeiros capítulos trabalhamos os conceitos de risco (BECK 2008; GIDDENS, 2002; SOUZA e MINAYO, 2005; MINAYO et. al., 2007; MINAYO e ADORNO, 2013) e vitimização policial militar (FBSP, 2014; LOTIM, 2016; MINAYO et. al, 2007; MUNIZ e SOARES, 1998; SOUZA e MINAYO, 2013; MIRANDA, 2016), dois temas ainda pouco explorados pela sociologia.

No capítulo I, “Risco na profissão policial militar”, me concentrei às duas abordagens que podem ser feitas sobre a ideia de risco: a epidemiológica e a social. Pretende-se colocar em discussão o fato de que, para além de ser um traço característico ou inerente à profissão de policial militar, a noção de risco pode ser potencializada em função da adoção de determinadas estratégias de administração de conflitos e difusão de discursos restritos ao ambiente da caserna que estimulam o enfrentamento bélico. Na sequência, me apropriei da abordagem social acerca do risco a fim de trazer à luz do debate o fato de que para além do gosto pessoal que o policial pode ter pelo enfrentamento, pela adrenalina e pelo risco, esse apreço é demasiadamente estimulado ao longo de toda carreira do profissional. Argumento, nesse sentido, que um dos objetivos a serem alcançados ao longo do processo de formação do policial está justamente na difusão de valores que estimulam o indivíduo que está se formando ao enfrentamento. Esse suposto apreço pela adrenalina, pelo risco é estimulado visto as constantes honrarias e premiações que as corporações militares tendem a conceder a PMs, elevando-se dessa forma sua estima perante os colegas de farda e elevando-se, também, a possibilidade de vitimização.

No segundo capítulo, “Vitimização policial militar”, busquei por meio de entrevistas com praças da Polícia Militar que tiveram suas vidas afetadas de maneira negativa pelo trabalho, expor um cotidiano profissional permeado pela convivência com a violência, seja aquela oriunda dos próprios colegas de farda, seja a violência vivenciada em situações em que esses profissionais são chamados a intervir. Defini os conceitos de vitimização e vitimização profissional (SOUZA e MINAYO, 2013) e mostrei que tais ideias extrapolam a questão da morte, sendo constituída por uma série de agravos físicos e psíquicos que podem resultar em depressão, ansiedade, ideação suicida, entre outras coisas. Há neste trabalho relatos de profissionais da segurança pública que se encontram doentes em função da profissão e que ilustram o fato de que um meio ambiente profissional permeado por relações sociais estruturadas por preceitos militaristas como o sexismo, o machismo, a disciplina, a hierarquia e o autoritarismo tendem a estigmatizar indivíduos, fato que contribui para a ampliação do quadro de vitimização e influencia sobremaneira o trabalho dos agentes de segurança pública que estão diariamente nas ruas.

No terceiro capítulo, por sua vez, “Condições de trabalho e comportamento policial”, exponho um quadro de precarização das condições de trabalho materiais e imateriais em que os PMs tem que desenvolver suas atividades. No que se refere às condições imateriais de trabalho, dediquei especial atenção a elementos como o discurso de “heroicização” do policial militar e aos dois elementos

basilares do militarismo, a disciplina e a hierarquia e de como esses três fatores em conjunto criam um ambiente de trabalho desfavorável que influi negativamente sobre o comportamento dos agentes de segurança pública e no desenvolvimento de um pessimismo e desconfiança constantes em relação à sociedade civil e às instituições estatais, culminando por vezes em atos que violam os direitos constitucionais dos cidadãos ou que incidem contra si próprios.

Direitos esses que são discutidos no capítulo IV, “Polícia e política: ciclo de protestos, associações e bancada da bala”. Nele falo sobre o ciclo de protestos entre policiais militares de 14 estados do Brasil em 1997 e sobre suas motivações e conquistas como as questões referentes a melhorias nas condições de trabalho e, no caso de Minas Gerais, a extinção do Regulamento Disciplinar e sua substituição pelo Código de Ética. Na sequência é feita uma discussão a respeito do papel das Associações de Praças da PM e da Bancada da Bala sobre a representação que esses dois grupos buscam fazer em relação aos profissionais da segurança pública, de como um e outro grupo apropriam-se de determinados discursos a respeito da questão policial e levam tais discursos para a esfera da política institucional.

I. O CAMPO POLICIAL MILITAR

I.1 O campo vem até o pesquisador⁶

“Polícia, aqui é a polícia!!” Bater de portões e barulho de passos são ouvidos na casa ao lado. Eu e alguns amigos que moravam comigo nos fechamos no interior de nossa casa esperando o desfecho da situação. Alguns minutos depois ouvimos uma voz masculina que diz: *“Vizinho, aqui é a polícia.”*

Passado um tempo ouço vindo da rua alguém ser “interrogado”. Nesse momento eu e meus amigos nos dirigimos à garagem de nossa residência e passamos a observar a cena. Era uma noite

⁶ O episódio que será descrito nessa seção aconteceu de fato. É uma história verídica vivenciada pelo autor desse trabalho. O fato narrado foi fundamental para o desenrolar de toda esta pesquisa de mestrado visto que nosso objeto se alterou e, conseqüentemente, nossos objetivos de pesquisa foram reorientados. Tentarei reproduzir aqui com o máximo de fidelidade possível como a história aconteceu. Temo, no entanto, deixar escapar alguma coisa visto que, como foi algo inesperado, não tive tempo e nem o contexto da situação me permitia fazer algum tipo de gravação ou anotação em tempo real. Tomei nota daquilo que me lembrava após o episódio ter findado e reproduzo aqui. A história se deu no ano de 2015 numa cidade do interior de São Paulo. Nomes de terceiros não serão revelados.

comum de um dia de semana. O suposto policial, sem farda e fora de seu horário de serviço, está enquadrando um indivíduo na rua. Pardo, de chinelo de dedo, vestindo camiseta e bermuda, ele está de joelhos, com as mãos na cabeça, de cara pro muro de uma casa e imobilizado pelo suposto policial que aos gritos e em tom extremamente intimidador pergunta ao indivíduo por ele imobilizado: “*O que se tá fazendo aqui?*”. Só obtém como resposta a frase: “*sou trabalhador, senhor*”. O interrogador insiste: “*Se eu achar se tá fudido, rapá*”, “*levanta a camisa aí, se eu achar se tá fudido!*” “*Cadê o carimbo⁷? Ergue a camisa aí! Cadê o carimbo? Se eu achar se tá fudido!*” Enquanto isso o interrogado responde somente com a frase: “*Sou trabalhador, senhor, sou trabalhador*”.

A suposição de que o interrogador fosse um policial vem da seguinte frase por ele proferida, repetidamente, no que creio que era uma tentativa de intimidação do indivíduo imobilizado. Ele dizia: “*Aqui é ROTA, rapá! Aqui é ROTA*”. Acho estranho, afinal de contas a ROTA – batalhão de elite da PMESP – não costuma ter efetivos no interior. Tal batalhão tem como território de atuação a capital e a região metropolitana de São Paulo, dirigindo-se ao interior somente em casos excepcionais. O policial percebe, então, que estamos observando a cena. Não encontra nada que possa incriminar de alguma forma o indivíduo e o libera dizendo: “*Vai, vaza. Hora errada, lugar errado*”. Em seguida se dirige a nós.

“*Ninguém aí faz direito, né?*”, pergunta o policial antes de se apresentar. Diz que é, de fato, policial militar, que trabalha no águia⁸. Explica que recebeu uma ligação de sua mãe – minha vizinha na época. O policial diz: “*Tentaram fazer minha mãe, cara!*”. “*Tentaram pegar ela hoje a tarde. Tentaram entrar aqui na casa dela*”. A ligação fez o policial se deslocar por uma distância de aproximadamente 120 quilômetros em quarenta minutos, segundo ele mesmo, dado o desespero que o abateu quando sua mãe ligou. Quando o policial chegou, imediatamente invadiu a casa de sua mãe, vizinha à minha, o que explica o bater de portões e os barulhos narrados no começo desse relato. No entanto, tudo não passava de um mal entendido o qual explicamos ao policial e que vale a pena ser brevemente descrito aqui.

Naquela tarde um terreno baldio localizado próximo ao local onde eu residia à época havia sido incendiado. O fogo consumia rapidamente o mato e o entulho que ocupavam o terreno e chegava aos limites físicos de minha casa e da casa da minha vizinha, mãe do policial. Enquanto esperávamos o Corpo de Bombeiros Militar chegar ao local e na tentativa de evitar que o fogo

⁷ Carimbo refere-se a tatuagem de palhaço cuja a qual os policiais militares associam a matadores da categoria.

⁸ Águia é a expressão usada para se referir ao policiamento realizado por helicópteros.

consumisse o muro da casa de minha vizinha, eu e meus amigos subimos em seu telhado – *sem pedir permissão ou notificá-la de que íamos fazer isso*. Ela encontrava-se na sua residência naquela hora. Nós não sabíamos disso. Empunhando uma mangueira, nós lançávamos jatos d'água sobre o fogo para tentar contê-lo. E esse foi o início de todo mal entendido. Quando nossa vizinha, mãe do policial, ligou para ele, disse ter ouvido gente andando sobre o seu telhado, fato que despertou medo nela. Creio que o fato de ela ser mãe de policial militar pode ter potencializado esse medo. Assim, ela acionou seu filho que chegou no local algumas horas depois pensando que haviam tentado entrar na casa de sua mãe para pegá-la, quando na verdade se tratava de nós tentando conter o fogo.

Uma vez que entendemos que o que estava acontecendo ali era um mal entendido, explicamos isso ao policial. Explicamos com certo receio de sua reação visto o estado emocional que aparentava – grande nervosismo e estresse - e devido ao modo com que havia tratado o indivíduo que pegou na rua. Assim que explicamos o mal entendido, o policial nos questionou algumas vezes: *“Vocês tem certeza disso? Eram vocês mesmo no telhado dela? Mas vocês tem certeza disso?”* Confirmamos a história e ele prontamente fez uma cara de alívio e satisfação emendando em seguida: *“Ainda bem que vocês falaram. Senão, olha... **Eu ia ficar andando por aí até achar alguém e fazer alguma coisa.** Ainda bem que vocês falaram”*. Respirou fundo, pediu um copo de água e em seguida foi até o carro onde sua esposa o esperava, guardou sua arma e fez contato com seus colegas policiais por intermédio de um rádio comunicador para que a operação que ele tinha mobilizado fosse desarticulada. Era uma operação de fato. Segundo o policial militar, ele já havia contatado o águia da PM, assim como colegas de profissão já estavam prontos pra entrar em ação. Explicou que seu desespero era devido ao fato de pensar que estavam tentando pegar sua mãe e também em função de que seus filhos já haviam sofrido tentativa de sequestro. Uma vez passada a adrenalina inicial, o policial aos poucos foi se acalmando e começou a contar, voluntariamente, seu cotidiano no interior da Polícia Militar.

Um dos primeiros casos que nos contou foi sobre uma colega de profissão que foi morta, segundo ele, por bandidos. *“Ela era jovem. Era bonita. E tá aqui, oh”*. Enquanto nos contava sobre a história de sua colega, o policial nos mostrava as fotos que carregava em seu telefone celular. Eram fotos de sua colega morta. Ele apontava para os ferimentos de bala: *“Tá vendo? Tudo isso aqui é buraco de bala”*. *“E esse aqui, oh, esse aqui é **nosso troféu.** Esse aqui é o **nosso prêmio.** É o ladrão que matou minha colega”*. Enquanto ia passando as fotos de sua colega de profissão, o policial chegou nas fotos em que, segundo ele, era o corpo do “ladrão” que matou a mulher. Chama

a atenção o entusiasmo e até mesmo uma impressão de satisfação em sua fala ao mostrar o “troféu”, o “prêmio”, ou seja, o corpo do indivíduo que, tal qual sua colega de profissão, estava todo furado de bala e com a cabeça aberta devido a um tiro desferido por uma arma de calibre 12.

Ao nos contar sobre suas experiências na Polícia Militar, nosso interlocutor nos narrou um cotidiano de mortes e violência: “*Tenho 87 mortes nas costas*”, disse ele várias vezes. “*Dessas 87 mortes, uma era uma menina inocente. Tinha 15 anos a menina. Não durmo tranquilo até hoje*”.

Após mostrar as fotos de sua colega e do ladrão mortos, o policial começou a dizer que tivemos sorte pelo fato de sua mãe ter ligado para ele e não para o seu irmão mais novo, também policial militar: “*Olha, ainda bem que minha mãe ligou pra mim e não pro meu irmão. Olhe ele aqui.*” Nesse momento ele nos mostra a foto de seu irmão no celular. “*Tem 22 anos e 4 de polícia. Vocês tiveram sorte. E olha que meu irmão mora aqui em ... Eu moro lá em ... e minha mãe ligou para mim. Vocês tiveram sorte porque eu, eu analiso antes. Eu olho. Meu irmão, não. Meu irmão já chega atirando. Se fosse meu irmão, essas horas vocês poderiam estar mortos. Seriam 3 homicídios. São vidas. E aí, como a gente ia fazer? Pra nós, três homicídios não dá nada. Mas e pra família de vocês? Vocês tiveram sorte...*”. Nosso interlocutor disse isso porque, caso sua mãe tivesse ligado para seu filho mais novo, ele chegaria no local mais rapidamente. Poderia chegar num momento em que estivéssemos no telhado de nossa vizinha. Poderíamos ser confundidos com supostos bandidos e seríamos alvejados por seu irmão que, segundo nosso interlocutor, “*é louco. Ele é porra louca. Ele não tá nem aí, ele chega atirando*”.

Ao todo essa experiência durou em torno de duas ou três horas desde o momento em que o policial invadiu a casa vizinha à minha até o momento em que, depois de tanto sua esposa buzinar e chamar por ele, ele resolveu ir embora. Chama muito a atenção em toda a história o fato de que mesmo depois de o mal entendido ter sido esclarecido e do policial que conversou conosco estar mais calmo, sua expressão corporal e facial ao longo da conversa não aparentavam calma. Sua fala era extremamente agitada, acompanhada de movimentos corporais bruscos, em elevado tom de voz e ininterrupta, além de repetitiva. Seus gestos e sua fala demonstravam intensa inquietação que pode ser explicada pelo susto de achar que sua mãe estava sob perigo. Contudo, algumas de suas falas, como por exemplo, “*não durmo tranquilo até hoje*”, ou o fato de que matar, para um policial, “*não dá nada*”, ou ainda a questão de o policial carregar em seu celular imagens de pessoas mortas vitimadas pela violência dizem algo mais a respeito do comportamento apresentado por ele naquela noite.

Esse modo de comportamento expressado pelo policial não é resultado de um único dia de tensão, mas sim de uma história de vida profissional marcada por um cotidiano onde a violência é a regra e o risco de vida, seja a própria vida ou a vida de pessoas próximas – colegas de profissão ou familiares – é constante. Tal fato resulta nessa inquietação, na ansiedade como rotina, resulta em interferências na sua subjetividade e na sociabilização do policial militar, pois tanto a violência quanto a morte acabam tornando-se algo banalizado. A naturalidade com que ele declarava ter *87 mortes nas costas* era sintomática disso. Ainda que exista a possibilidade de o policial ter mentido sobre tais mortes ou supervalorizado o número de pessoas mortas por ele numa possível tentativa de nos “impressionar”, declarar ter cometido quase uma centena de homicídios com tamanha normalidade é algo que chama a atenção.

Outras duas falas do policial chamam a atenção: a primeira diz respeito a pergunta feita por ele a nós: “*ninguém aí faz direito, né?*”, o que, na nossa perspectiva indica que o policial tinha ciência de que o modo como abordou o indivíduo na rua era passível de questionamentos em relação ao âmbito dos direitos de que o abordado dispunha enquanto cidadão e de que sua abordagem era, no mínimo, arbitrária e autoritária. Arbitrária pelo fato de ele próprio ter admitido que *ficaria na rua até pegar alguém e fazer alguma coisa* mesmo sem a certeza da culpa do indivíduo. Autoritária visto o emprego da força física contra alguém que aparentemente não oferecia resistência, que estava desarmado e sozinho e em função de seu discurso de intimidação ao afirmar que era da ROTA. A segunda fala que chama a atenção é a de quando o policial diz que “*analisa*” um suspeito antes de fazer alguma coisa. Chama a atenção porque ficam algumas questões: o que significa esse “analisar”? É uma análise sobre a situação? Sobre um perfil racial, socioeconômico ou marcado por alguma outra clivagem? Se ele “analisa” um suspeito, qual foi o tipo de análise desprendido por ele em relação ao indivíduo que ele abordou aleatoriamente na rua? Se analisar um “suspeito” consiste em avaliar a situação ou o indivíduo e o potencial risco que este possa representar para então abordá-lo, os critérios utilizados pelo nosso interlocutor na “análise” de um suspeito são nebulosos e sua atitude é passível de questionamento.

Dessa forma, fica a questão pensada por mim naquele dia e que motivou o encaminhamento da pesquisa: como esperar que um ser humano que convive diariamente com a violência e com a iminência da morte, que convive diariamente com o risco e a possibilidade de vitimização tenha um comportamento emocional e social considerado “normal”?

1.2. Tentativas de acesso

Quando o episódio acima descrito ocorreu esta pesquisa de mestrado já se encontrava em andamento. Em fase muito inicial, com um problema de pesquisa e objetivos ainda não muito bem delimitados, porém em andamento. Mesmo diante de algumas incertezas sobre os rumos que esta pesquisa tomaria, desde o início havia a ciência de que o trabalho empírico, ou seja, a pesquisa de campo relacionada a Polícia Militar seria de fundamental importância para que se alcançasse os resultados mais sólidos possíveis.

Quando se trata de estudar a Polícia Militar, tem que se levar em consideração o fato de que ela é uma instituição fechada (SOUZA, 2013). Dessa forma, para que se consiga uma compreensão mais consistente a respeito das práticas e dos elementos que norteiam o funcionamento da mesma e os modos como a sociabilidade se dá em seu interior é necessário que se ouça a voz dos que nela estão inseridos, dos que dela fazem parte. A Polícia Militar é uma instituição que integra o campo da segurança pública, campo cujo o dever é do Estado e a responsabilidade é de todos, segundo coloca o artigo 144 da Constituição Federal.

Os policiais militares são responsáveis por prover aquilo que é um direito civil básico aos cidadãos de uma sociedade que se queira democrática: a própria segurança. É necessário, então, que a parcela que cabe ao policial militar dentro do provimento da segurança pública vá além daquela que lhe é atribuída hoje, ou seja, a do mero policiamento ostensivo das ruas com vistas à repressão de atividades criminosas. Nesse sentido, é necessário que Estado, sociedade civil e Polícia Militar dialoguem de maneira ampla e aberta para que se possa almejar a construção de políticas de segurança pública que sejam condizentes com uma sociedade que reivindica para si a qualidade de democrática.

O campo policial militar não foi de fácil acesso para nós. No começo desta pesquisa vários obstáculos foram encontrados para sua realização. Incorri em várias tentativas e frustrações até conseguir, finalmente, acesso a ele. Tentei entrar no campo policial militar pela via institucional. A primeira tentativa se deu quando, por meio de relações pessoais, estabeleci contato com um cabo da Polícia Militar. Compareci a um comércio cujo o policial em questão é o proprietário para tentar uma primeira conversa, uma aproximação. Expliquei o que estava fazendo, falei sobre a pesquisa e os objetivos que tinha com ela. O policial em questão não quis falar sobre as questões colocadas alegando que precisava de autorização de seus superiores. Ele me passou o telefone de um sargento

responsável pelas Relações Públicas da Polícia Militar e me pediu para entrar em contato com ele. Após isso, o policial dono da loja nunca mais me atendeu.

Contudo, segui suas orientações. Liguei para Batalhão da Polícia Militar indicado e conversei com o sargento/relações públicas. Marcamos um dia e horário e compareci ao Batalhão. Mais uma vez descrevi a pesquisa e seus objetivos. O sargento, por sua vez, explicou-me toda a organização institucional-burocrática da PM, as divisões hierárquicas entre os policiais e as próprias unidades da Polícia. Colocou como opção um caminho extremamente burocrático para a realização da pesquisa: disse que seria necessário enviar-lhe uma cópia do projeto de pesquisa para ele para que este fosse encaminhado ao Comando Geral da Polícia Militar localizado em São Paulo. Disse que nossa entrada só seria possível se este aprovasse. Abandonei essa opção pela questão de tempo hábil. Ele disse que o procedimento poderia demorar meses visto o acúmulo de trabalho existente no Comando Geral. Eu não dispunha de meses de espera para conseguir acessar o campo. Outros caminhos foram buscados, então.

Obtivemos acesso ao campo a partir do contato estabelecido com o presidente da APPMARESP – Associação das Praças Policiais Militares da Ativa e Reformados do Estado de São Paulo -, o ex-policial militar Marco Ferreira. A APPMARESP era uma associação cujo objetivo era o de “auxiliar na prestação de serviços aos associados e seus familiares, sempre no sentido de realçar os seus direitos humanos fundamentais, conforme todas as declarações, convênios e tratados dos quais o Estado de São Paulo é signatário⁹”, segundo seu presidente. Conversei com o presidente da associação, expliquei os objetivos de minha pesquisa e as portas me foram abertas ao campo da vitimização policial.

Além da apresentação da pesquisa e de seus objetivos, argumentei que o objetivo das entrevistas era o de se obter o prisma policial acerca do seu dia a dia de trabalho, desde as relações interpessoais estabelecidas entre praças e oficiais, passando pela relação do Estado para com os policiais até o trabalho realizado na rua. Há de se levar em consideração aqui que as entrevistas pouco seguiram o roteiro previamente estabelecido. Fato interessante que vale a pena ser ressaltado aqui é o de que os policiais falam muito sobre seu dia a dia, sobre sua rotina. Pouco precisamos intervir. As conversas que realizamos, 7 no total (3 praças, um ex-praça e 2 oficiais), duraram cerca de uma hora e meia em média, sendo todas elas de grande riqueza quanto a dados e informações, histórias por eles vividas além de visões próprias, a respeito da polícia, da segurança, da sociedade.

⁹ < <http://www.appmaresp.com/appmaresp/> >

Algumas dessas histórias e opiniões serão reproduzidas aqui. De todos os elementos que compõem o mundo policial, priorizamos aqueles que remetem mais diretamente ao risco e a vitimização dessa classe de profissionais.

II. PROCEDIMENTOS E PERCURSOS METODOLÓGICOS

II.1. Abordagem

A abordagem qualitativa se constitui na mais indicada para a realização deste trabalho visto que o acesso aos dados se dará por meio de entrevistas qualitativas (Gaskell, 2003), o que possibilitará ao pesquisador a descrição de uma pessoa e de um cenário, a análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, fazer uma interpretação (Ragin, 1994) ou tirar conclusões sobre seu significado através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico (Creswell, 2010).

Uma vez que este trabalho tem como cerne de investigação a subjetividade dos policiais militares, o método mais adequado para que se atinjam os objetivos delimitados, que de forma geral podem ser aglutinados na “identificação dos elementos que contribuem e explicam a ocorrência do fenômeno ou problema, identificando seus 'porquês' à pesquisa explicativa” (Oliveira, 2011), é a entrevista qualitativa semi-estruturada, pois “a entrevista qualitativa é [...] essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista” (Gaskell, 2003).

A entrevista qualitativa semi-estruturada é a mais indicada para a realização deste trabalho pois coloca o pesquisador em interlocução direta com o objeto de pesquisa a ser analisado – a subjetividade do policial militar. Isto posto, as entrevistas permitirão pois o acesso ao “mundo da vida dos respondentes, que é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. [...] a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação [...] crenças, valores, atitudes e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (Idem, 2003).

II.2. Realização das entrevistas

Das sete conversas que realizamos, três delas ocorrem em abril de 2016, uma em julho do mesmo ano e as outras duas aconteceram em janeiro e março de 2017. Duas foram realizadas na sede da APPMARESP, uma dentro de uma Cia. Da Polícia Militar durante o horário de serviço do policial, duas conversas foram realizadas em espaços públicos durante o horário de folga dos policiais em questão e uma aconteceu via Skype.

Seguindo as orientações de Foote-White (2005) sobre limitações éticas na pesquisa sociológica, a identidade dos entrevistados será mantida em sigilo. Não revelamos nomes, nem idade e nem cidade em que os policiais com os quais conversamos trabalham. Nos relatos que trazemos evidenciamos somente a patente a qual eles pertencem e o tempo de serviços prestados à Polícia Militar.

Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Os trechos selecionados para compor o corpo deste trabalho foram reproduzidos fielmente ao vocabulário e formas de falar dos policiais, quer dizer, não fizemos correções gramaticais de acordo com as normas da língua portuguesa.

CAPÍTULO I

- RISCO NA PROFISSÃO POLICIAL MILITAR -

Falar sobre a noção de risco na profissão policial militar exige seguir por uma via diferente da tradicional quando se procura compreender essa instituição a partir do prisma sociológico. Muito se tem escrito e falado sobre a violência policial nos últimos anos, suas causas e consequências desde os trabalhos de Pinheiro (1979) e Paixão (1982), pioneiros na área. Para falar sobre a noção de risco na profissão policial militar, no entanto, é necessário caminhar por um percurso ainda pouco explorado pela literatura sociológica acerca da Polícia Militar. Tal objeto de estudo demanda reflexões acerca do cotidiano do policial militar, sobre o que os policiais pensam a respeito do seu trabalho e da segurança pública. É necessário entender a subjetividade policial militar pois, como diz Muniz (1999, p.44),

[...] são raros os trabalhos históricos que tem se ocupado em tentar resgatar os aspectos cotidianos das atividades de polícia, como as interações dos policiais e as pessoas nas tarefas rotineiras de patrulhamento ou ainda nas contingências surgidas das ruas.

Para que isso seja feito é necessário, então, entender o policial militar como um trabalhador, dar voz a esses profissionais da segurança pública, especialmente os agentes que compõem a linha de frente da Polícia Militar, aqueles que estão diariamente no “*front de batalha*”, ou seja, os praças da PMESP: soldados, cabos e sargentos que, devido a sua posição hierárquica, estão mais sujeitos ao risco e à vitimização (SOUZA e MINAYO, 2005, p.922; LOTIM, 2016; MIRANDA, 2016). As noções de risco e vitimização constituem-se em dois elementos que não só fazem parte do dia a dia desses indivíduos envolvendo tanto sua vida profissional quanto sua vida pessoal, como são elementos estruturantes de sua profissão (MINAYO, 2005). Devido a isto serão aqui problematizados na tentativa de pensar Polícia Militar e segurança pública, de modo mais geral, a partir da perspectiva dos policiais militares.

I. DUAS ABORDAGENS SOBRE O RISCO

I.1 Abordagem epidemiológica

A noção de risco no trabalho policial militar deve ser compreendida sob duas abordagens: a epidemiológica e a social:

[...] essa noção [*a epidemiológica*] diz respeito, ao mesmo tempo, à probabilidade das ocorrências de lesões, traumas e mortes e ao significado da escolha profissional que traz intrínseca o gosto pelo afrontamento e pela ousadia como opção e não como destino. [...] o conceito de risco desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais para esse grupo social, uma vez que seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam. Eles vivem o que Giddens (2002) denomina de “risco de alta consequência” (SOUZA e MINAYO, 2005, p.920).

O risco pode ser compreendido, então, de duas maneiras: em primeiro lugar, como sendo algo inerente a profissão de policial militar. Ser praça das polícias militares no Brasil significa expor o corpo diariamente durante o trabalho de patrulhamento ostensivo das ruas, o que pode levar a lesões, traumas físicos e psicológicos, além do óbito dada a possibilidade sempre existente de enfrentamento armado com civis envolvidos em atividades ilícitas e a convivência com situações de forte impacto emocional:

“Eu matei dois jovens de 15 e 17 anos. [...] Você acha que eu me sinto bem sabendo que eu matei duas pessoas?”

(Cabo PMESP, 25 anos de serviços).

“O primeiro impacto que eu tive na minha vida como policial militar foi ver um acidente de trânsito onde tinha uma criança de dois anos morta dentro de um fusca no banco de trás. Foi muito impactante”.

(Cabo PMESP, 20 anos de serviços).

“o trabalho em si afeta o fator psicológico. Saio de um parto para um crime contra uma menina de dois anos. Então isso afeta o psicológico. Não tem como não afetar.

(Cabo PMSC).

Sendo a Polícia Militar a instituição base da estrutura de segurança pública existente no Brasil, requisitada a administrar conflitos das mais variadas ordens, situações como as descritas

acima acabam por ser corriqueiras na vida profissional dos indivíduos que servem a ela. Devido a isso, essa noção epidemiológica é, de certa forma, intrínseca a profissão policial militar e é, também, resultante de um contexto sociopolítico em que esse policial atua, um contexto de crescimento da criminalidade violenta representado pelo crescimento dos homicídios, do tráfico ilegal de armas de fogo, emergência do tráfico de drogas como instância normativa, além da expansão da corrupção policial (ZALUAR, 1985, 2007; PERALVA, 2000, FELTRAN, 2009). Junto a isso há o enfrentamento armado dessa criminalidade, representado sobretudo pela política atual de “guerra as drogas” como a principal política de segurança pública. Assim, a noção de risco torna-se epidemiológica porque ser policial militar pode representar a convivência diária com o “mundo do crime” (Feltran, 2009) e a possibilidade diária de entrar em confronto com o mesmo.

Pensando ainda no contexto atual em que o trabalhador policial militar está inserido, existe um fator que colabora sobremaneira para que o risco que envolve a profissão seja potencializado. Tal fator advém de orientações restritas aos policiais militares e que estimulam o enfrentamento bélico. Tais orientações podem vir tanto de indivíduos que ocupam cargos em instituições como a secretaria de segurança pública como também de indivíduos oriundos das fileiras militares que agora ocupam cargos eletivos na política brasileira. Para ilustrar essa questão, falaremos sobre dois episódios que convergem para o sentido do estímulo às práticas de risco por parte dos policiais militares. O primeiro deles diz respeito ao que ficou conhecido como “crise da segurança pública” ou “crimes de maio” no ano de 2006. O segundo diz respeito a ataques contra bases policiais promovidos por bandidos no ano de 2016. O que os dois episódios tem em comum é o fato de que, em ambos os casos, as orientações dadas aos policiais que trabalham nas ruas foi a de “partir pra cima” dos bandidos e o fato de que, se em 2006 poucas medidas foram tomadas para assegurar a integridade física e preservar a vida dos servidores em risco, passados dez anos dos “crimes de maio”, vamos observar que nada ou quase nada foi feito pelos gestores estatais ao longo desse intervalo com o objetivo de proteger seus trabalhadores, além da manutenção de um discurso que incita o confronto armado e, portanto, potencializa o risco.

Entre os episódios registrados entre 2006 e 2016, o governo do Estado de São Paulo esteve sob a gestão de somente dois partidos: Cláudio Lembo, do extinto Partido da Frente Liberal (PFL), era o governador do Estado em 2006 tendo como secretário de segurança pública Saulo de Castro Abreu Filho. Posteriormente a Lembo, ocuparam o poder executivo paulista José Serra, do PSDB, que governou entre 2007 e 2010; Alberto Goldman, também do PSDB, que ocupou o governo de

2010 a 11; e, por fim, Geraldo Alckmin, também do PSDB, eleito em 2011 e presente no cargo até hoje. Ocuparam a secretaria de segurança pública neste período e posteriormente a Saulo de Castro, Ronaldo Marzagão (2007-2009), Antônio Ferreira Pinto (2009-2012), Fernando Grella Vieira (2012-2014), Alexandre de Moraes (2015-2016) e, por fim, Máximo Barbosa (2016 - ...).

I.1.i. Crimes de maio de 2006 e subvalorização da vida do policial militar

No episódio que ficou conhecido como “crise de segurança pública” ou “crimes de maio”, uma série de rebeliões estouraram simultaneamente em presídios paulistas ao mesmo tempo em que dezenas de agentes públicos como policiais militares e agentes penitenciários foram mortos por integrantes do PCC – Primeiro Comando da Capital. A SSP/SP, junto ao governo do estado de SP, na época administrado por Cláudio Lembo - filiado ao extinto Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM) -, atribuíram como motivação dos ataques o fato de que presidiários ligados ao PCC estavam sendo transferidos para penitenciárias diferentes no interior do Estado, ação que tinha como objetivo dificultar a organização do PCC. Essa foi a versão oficial dada pelo governo do estado para explicar os ataques. Contudo, segundo o documento produzido pela *Justiça Global* (2011), a megarebelião orquestrada pela organização criminosa, assim como os ataques a policiais militares principalmente durante suas folgas, foram uma espécie de retaliação ao Estado. Segundo o documento,

[...] a corrupção praticada por agentes públicos foi uma das principais motivações do PCC para realizar os ataques em maio de 2006, especificamente, um esquema de achques (extorsão), praticados contra familiares e líderes do PCC em 2005 (JUSTIÇA GLOBAL, 2011, p.4).

Tais extorsões culminaram, segundo o relatório da *Justiça Global*, no sequestro e posterior exigência de pagamento de resgate de um enteado de Marcola, como é conhecido Marcos Wilians Herbas Camacho, principal liderança do PCC.

O governo do Estado já havia sido alertado sobre a possibilidade de rebeliões em massa no dia das mães daquele ano, sabia que os ataques ocorreriam e falhou em alertar seus agentes para que se precavesses. Segundo o documento, “[...] mais do que demonstrar a força do PCC, os Crimes de Maio revelaram um Estado que [...] falhou ao não proteger seus agentes públicos” (2011, p.3). Ainda na esteira do que diz o relatório,

O PCC matou dezenas de agentes públicos, todos de baixo escalão. Geralmente, os funcionários foram surpreendidos em seu horário de folga, nos primeiros dois dias de onda de violência, em razão da falha do governo em alertar devidamente seus policiais e agentes penitenciários sobre o ataque que já havia sido anunciado (JUSTIÇA GLOBAL, 2011, p.27)

Além da megarrebelião, equipe de governo e secretaria de segurança pública do Estado de São Paulo, à época dos atentados, já estavam cientes, também, de que ataques a seus agentes, tanto policiais militares de baixas patentes como agentes penitenciários, poderiam ocorrer. E nada foi feito por parte das instituições estatais a fim de proteger seus servidores. Não é novidade que dentre os policiais militares são justamente os que ocupam as mais baixas posições hierárquicas que são mais vitimizados em decorrência da profissão.

Não é novidade também que a maior parte das vitimizações ocorre no horário de folga dos policiais (MINAYO 2008; MINAYO e SOUZA, 2005; MIRANDA, 2016; MUNIZ, 1999; LOTIN; 2016). Contudo, em muitas das vezes em que a vitimização policial acontece, ela se dá em situações mais difíceis de serem previstas pelos policiais ou pelas instituições de segurança pública pelo fato de acontecerem em meio ao cotidiano desses profissionais sem que haja uma grande crise da segurança pública deflagrada ou mesmo uma situação de extrema delicadeza como a dos ataques do PCC em 2006. Isso não exime, porém, a administração estatal, comandante maior das polícias e nem a secretaria de segurança da responsabilidade para com a vida de seus subordinados.

Algumas das situações em que os policiais são vitimizados fora de seu horário de trabalho geralmente se configuram pelo fato de esses profissionais residirem nas mesmas localidades em que trabalham ou próximas a elas. Quem determina o itinerário de patrulhamento dos policiais são seus oficiais superiores, portanto, a própria instituição policial pode colaborar para que o risco de vitimização seja maximizado ao designar uma determinada área para que um determinado policial patrulhe.

Outra situação passível de vitimização policial se configura na égide do chamado “espírito militar”, elemento que resulta do processo de formação do militar e que “não permite” que um policial à paisana deixe uma situação como a de um assalto, por exemplo, passar em branco, ou seja, na tentativa de intervir e interromper uma ação criminosa durante sua folga, o policial se expõem e pode ser baleado. O espírito militar advém do tipo de preparação e formação que os policiais recebem, sendo a polícia considerada como uma espécie de sacerdócio pelos policiais,

como disse em entrevista o Tenente-Coronel da ROTA, Alberto Malfi Sardilli¹⁰. A subjetividade do policial é moldada de modo que o *ethos*, o espírito militar e guerreiro do policial não seja “esquecido” mesmo nos seus horários de folga. Ele sente-se, então, obrigado a intervir numa ocorrência, correndo assim risco de ser vitimizado.

Uma terceira situação que pode culminar em vitimização remete ao chamado “bico”, serviços de segurança particular que PMs vinculados a empresas privadas de segurança oferecem com o objetivo de complementar sua renda (MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2007, p.2776). Sobre isso, a problemática referente a responsabilidade da administração estatal sobre a amplificação do risco a que o PM está submetido diz respeito ao fato de que se é necessário fazer “bico” para complementar renda, isso significa que questões trabalhistas como os salários dos policiais militares devem ser revistas.

Essa questão dos bicos ganha especial relevância pelo fato de que tal prática é proibida pelos regulamentos disciplinares que norteiam o comportamento do policial militar tanto dentro quanto fora dos quartéis. Recentemente reportagem veiculada pela emissora SBT de televisão evidenciou um quadro em que 80% dos policiais militares de São Paulo estão endividados ou com contração de empréstimos¹¹.

O destaque que deve ser dado a esse ponto diz respeito ao fato de que, segundo o parágrafo 1º do artigo 8º do capítulo II, intitulado “*Da deontologia Policial Militar*”, constante da seção III do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de São Paulo, é vedado aos policiais militares a “execução de atividades profissionais ligadas à segurança privada, comércio ou tomar parte da administração ou gerência de sociedade comercial ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista, cotista ou comanditário”. A notoriedade do problema encontra-se no fato do duplo risco existente no cotidiano de um PM que necessite fazer bicos para suplementar sua renda. Este se consiste no fato de que, em primeiro lugar, caso o/a trabalhador/a não execute o “bico” corre o risco

¹⁰ < <http://www.diariosp.com.br/mobile/noticia/detalhe/86387/-nao-tolero-vagabundo-diz-novo-chefe-da-rotas> >. Acesso em 22/09/2015.

¹¹ Recentemente uma reportagem veiculada pela emissora SBT de televisão revelou um quadro em que 80% dos policiais militares paulistas encontram-se endividados ou com contração de empréstimos. < <http://m.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/noticias/88019/Exclusivo-80-dos-PMs-estao-comprometidos-com-dividas-e-emprestimos.html> > Acesso em: 24/03/2017. Vale salientar que as atividades remuneradas exercidas por PMs nos seus horários de folga podem variar, ou seja, não estão limitadas somente a prestação de serviços como seguranças particulares.

de ele/ela e sua família passarem por dificuldades financeiras; em segundo lugar, caso o/a funcionário/a da Polícia Militar opte por realizar atividade remunerada em paralelo com seu trabalho na corporação militar, estará sujeito a punições.

Mas, ainda assim e apesar da responsabilidade (in)direta do Estado nessas situações citadas acima, não se pode ignorar que são cenários em que a capacidade de intervenção das instituições de segurança em prol de seus agentes torna-se mais limitada, com exceção, talvez, da questão salarial e dos bicos. Diferentemente do que ocorreu em 2006.

Segundo um cabo da Polícia Militar de São Paulo (PMESP), em depoimento para o relatório produzido pela *Justiça Global*, “[...] Se tivessem sido avisados, não teriam morrido tantos policiais. Não foram avisados. Os policiais não estavam sabendo de nada” (JUSTIÇA GLOBAL, 2011, p.62). Dessa forma, as mortes dos agentes de segurança pública em 2006 poderiam ter sido evitadas ou minimizadas.

Uma fala atribuída a Saulo de Castro, então secretário de segurança pública de São Paulo em maio de 2006, evidencia a postura adotada pelo governo do Estado e pela secretaria em relação ao episódio. Sobre como lidar com o ataque de criminosos contra policiais, Saulo de Castro disse: “distribua os armamentos de grosso calibre e vamos partir pra cima” (JUSTIÇA GLOBAL, 2011, p.4). A fala do secretário faz pensar sobre duas coisas: **1)** o tipo de política de segurança adotada em São Paulo: a opção primordial pelo confronto bélico, pela estratégia militarizada de combate ao crime (SINHORETTO, 2014; MACEDO, 2015); e **2)** quem de fato pegou os armamentos e “partiu para cima” foram os policiais, especialmente os praças da PM – soldados, cabos e sargentos -, aqueles que estão na linha de frente da instituição policial militar, os mesmos que, no cotidiano do trabalho policial são os mais vitimizados e que, no contexto de maio de 2006 eram os alvos prioritários dos integrantes do PCC. Os policiais não foram devidamente avisados sobre os ataques e, além disso, foram mandados para o enfrentamento armado. Isso evidencia a pouca preocupação dos gestores da segurança pública para com a vida de seus profissionais.

A ideia de segurança pública é definida constitucionalmente como “[...] dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” (Art. 144, Constituição Federal). Para além disso, a ideia de segurança pública com a qual as forças policiais operam constitui, segundo Minayo e Adorno (2013 p.589),

[...] a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da

vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade. A promoção da Segurança Pública é a essência da missão dos policiais e deriva do campo jurídico.

As ações das instituições e dos agentes de segurança pública deveriam pautar-se pela preservação da vida. Não é isso que aconteceu em meio aos acontecimentos de 2006. O modo como as instituições de segurança pública lidaram com os ataques do PCC em maio daquele ano nos dá indícios de que o pensamento que norteia suas ações é justamente o contrário da ideia que Minayo e Adorno (2013) difundem e da qual compartilho. Ao que parece, pouca atenção é dada por essas organizações no que diz respeito à preservação de vidas, seja dos profissionais que atuam na base da segurança pública, seja dos que compõem o corpo social como um todo. Isto porque,

[...] Quando o auge dos ataques do PCC havia passado, os comandos das polícias incentivaram e/ou aceitaram uma resposta violenta e indiscriminada por parte de seus subordinados e foram complacentes com violações de direitos humanos em grande escala contra a população de São Paulo, em especial os moradores de áreas pobres (JUSTIÇA GLOBAL, 2011, p.27).

Era de se esperar que os policiais militares fossem reagir de alguma forma após os ataques que sofreram da organização criminosa. Dessa forma, as instituições estatais – equipe de governo e secretaria de segurança - e o comando geral da Polícia Militar não só incentivaram que os policiais “partissem pra cima” como legitimaram ações violentas da polícia contra a vida de vários indivíduos, especialmente os pobres moradores de periferias que, devido a essa condição, foram assassinados em massa como retaliação da Polícia Militar aos ataques do PCC. O interessante nessa questão é o fato de que, segundo o relatório da *Justiça Global*, a megarrebelião e os ataques a PMs tiveram início após uma série de extorsões e corrupções praticadas por agentes da polícia civil. As ações do PCC foram uma resposta a isso. No entanto, o papel do Estado como protagonista ou desencadeador dos “crimes de maio” foi ignorado. A repressão e a punição dada pela PMESP recaiu sobre as populações periféricas de São Paulo. Ao fim de todo esse conflito, a maior quantidade de vidas perdidas situava-se entre esse segmento social, fossem as vítimas ligadas a atividades criminosas ou não.

I.1.ii. “Vamos partir pra cima”

Durante o trabalho de campo tive acesso a um vídeo gravado pelo Deputado Federal e candidato à prefeitura de São Paulo em 2016, Major Olímpio, filiado ao Partido Solidariedade de

São Paulo, que circulou entre grupos de *Whatsapp*¹² compostos essencialmente por policiais militares. O vídeo tem aproximadamente um minuto de duração e ilustra muito bem o que queremos dizer com orientações restritas aos policiais. Abaixo reproduzimos a fala do deputado:

*- Nós estamos vivendo momentos extremamente tensos para a segurança pública de São Paulo, num momento aonde criminosos deliberadamente e organizadamente estão promovendo ataques a bases policiais e atirando contra policiais a pé ou em viatura. Nós não estamos nos referindo aos ataques do PCC em 2006, não. Nós estamos vivendo este momento: 11 de julho de 2016. Governo frouxo, policiais acuados. Preciso dizer a todos os meus irmãos policiais militares, civis: **vão pra cima. Vamos reagir. Melhor ser julgado por sete do que ser carregado por seis.** Governador, secretário estão tudo redobrando suas escoltas e cabe a você, policial, redobrar os cuidados. Redobra a munição, muita cautela. Mas se for ameaçado, **sentar o dedo sem dó.** Vamos provar na justiça que a sua resposta foi legítima. Sua família não merece ficar sem você pro resto da vida. Força, perseverança e **vamos reagir, sim.***

A fala do Major Olímpio foi motivada por ataques sofridos por policiais militares na madrugada do dia 11 de julho de 2016¹³. Além disso, o pronunciamento do deputado, direcionado aos policiais militares faz alusão aos ataques sofridos por agentes de segurança pública, todos de baixo escalão, no ano de 2006, ataques orquestrados pela facção criminosa do PCC. É interessante notar, no entanto, que passados dez anos em relação aos ataques da referida organização criminosa, aparentemente nada de muito efetivo foi feito pelo governo do Estado de São Paulo e pela sua Secretaria de Segurança Pública para proteger seus agentes de segurança de novos atentados. Pelo contrário, tanto em 2006 como em 2016, a orientação institucional destinada aos PMs foi a mesma: partir pra cima, ou seja, induzir ao confronto, ao enfrentamento, potencializando em muito a situação de risco a que os policiais militares já estavam duplamente submetidos: primeiro pelo fato de serem policiais, e segundo pelo fato de estarem sob ataque. Outra conclusão, ainda que primária, que se pode tirar da fala do deputado, é o fato de que as instituições de segurança pública brasileiras, mais uma vez não parecem dar sinais de mudança quanto a estratégia de enfrentamento ao crime organizado. Em detrimento da investigação ou mesmo de uma cobrança em relação aos gestores da área, a orientação dada aos policiais é a de reagir, “*partir pra cima, sentar o dedo*”.

¹² *Whatsapp* é um aplicativo de troca de mensagens instantâneas desenvolvido para smartphones.

¹³ < <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2016-07-11/criminosos-atacam-bases-da-pm-em-diferentes-regioes-de-sao-paulo.html> > Acesso em: 12/07/2016.

Nesse sentido, portanto, o risco na profissão policial militar é epidêmico: a junção de uma polícia estruturada sob os princípios do militarismo em uma sociedade democrática em conjunto com orientações institucionais que estimulam o confronto bélico configura um contexto extremamente perigoso para os policiais militares que trabalham nas ruas, ou seja, os praças: soldados, cabos e sargentos. A partir disso o risco e a vitimização na profissão policial tem raízes não só no enfrentamento cotidiano da criminalidade, mas os próprios gestores da segurança pública ao negligenciarem o âmbito investigativo, ao não promoverem políticas de proteção aos seus agentes devem ser responsabilizados pelas mortes dos mesmos.

1.2. Abordagem social

A abordagem social a respeito do risco na profissão policial militar envolve aspectos como o gosto pelo afrontamento ou pela ousadia, e pode ser compreendida por duas vias: a primeira é a que passa pela formação policial e uma segunda que passa por questões institucionais como premiações e incentivos a ações policiais que potencializam o risco.

A literatura sociológica já produziu diversos estudos sobre o processo de formação militar (FOUCAULT, 1987; FRANÇA, 2015a; 2015b; 2014; SOUZA, 2013; MUNIZ, 2001; GUIMARÃES et. al, 2005; CANETTI, 1995). Esses estudos apontam, com maior ou menor ênfase, para a questão do desenvolvimento daquilo que Castro (2004) vai chamar de *espírito militar* ou, segundo a conceitualização de Zaluar (2007) *ethos guerreiro*. Tais estudos remetem a um processo de formação do policial militar que é desenvolvido com vistas a tornar o policial severo, duro, resistente à dor e ao sofrimento tanto físico quanto psicológico com o objetivo de fazê-lo mais “preparado”, mais apto para o confronto. Tais características estão relacionadas a um *ethos*, a uma subjetividade ou, nos utilizando das palavras de Muniz (1999b), “uma razão de ser” que se baseia na exaltação de valores machistas, num ideal de virilidade, em comportamentos tidos como masculinos e que reproduzem atitudes e discursos sexistas (FRANÇA, 2014b). Sobre isso, Adorno (2006, p.5) diz que

[...] a ideia de que a virilidade consiste num grau máximo de suportar dor que há muito se converteu em fachada de um masoquismo que (...) se identifica com o sadismo. O elogiado objetivo de “ser duro” de uma tal educação significa indiferença contra a dor em geral (...) Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas

manifestações precisou ocultar e reprimir.

O processo de formação policial enseja, portanto, a ação violenta, truculenta, enseja a ousadia na ação policial ou o “elogiado objetivo de ser duro” de forma que, demonstradas tais características, o policial militar será digno da farda, será parte integrante do grupo uma vez que tais ideias estão associadas a um ideal de masculinidade que constitui parte fundamental na estrutura de relações interpessoais que se dão no interior de uma instituição com fortes traços sexistas. Nesse sentido, França (2014b, p.80) coloca que

Em meio ao enaltecimento de uma cultura de valorização da virilidade, [...] o sofrimento surge como outra característica importante na formação PM para a consolidação do *ethos guerreiro*, pois, como nos diz Bertaud (2013) sobre se conseguir um “brevê de virilidade militar”, os recrutados não o obtêm senão após um rude aprendizado em que não faltam nem os sofrimentos físicos nem as dores morais. Os ritos de passagem aos quais são submetidos transformam seu corpo e marcam para sempre seu espírito.

O processo de formação do militar constitui-se, segundo Castro (2004) num intenso processo de socialização secundária no qual o indivíduo que ingressa nas fileiras militares “[...] ‘muda de mundos’ e em que há uma ‘intensa concentração de toda interação significativa dentro do grupo’” (Idem, op.cit., p.35). Sendo as interações que ocorrem no interior das corporações militares estruturadas pela imposição do sofrimento e de situações consideradas humilhantes essa marca tende a ser reproduzida nas ações orquestradas por policiais militares que atuam nas ruas em contato direto com a sociedade civil:

- Entrei em 92 e no meu primeiro dia de curso, eu lembro que eu fui, como todos os outros que estavam com a gente, eu fui humilhado. Isso no primeiro dia.

Já no primeiro dia a humilhação dizendo que a partir desse momento a sua vida é nossa, vocês fazem o que a gente quer, vocês são subumanos e outras palavras que não me recordo. E esse foi o primeiro dia.

[...]

Achei estranho, né? Se eu tô aqui pra - pensando hoje, né? - se eu tô aqui pra fazer parte da sociedade, defender a sociedade, ser recebido desse jeito? Você vai estranhando isso aí...

[...]

Será que faz parte do curso pra que a gente se torne mais guerreiro, mais combatente?

E no decorrer do curso muitas coisas aconteceram, muitas humilhações que eu creio serem desnecessárias na vida de um policial, como por exemplo: se arrastar pelo banheiro – nesse trecho da entrevista o policial faz uma longa pausa e tem

uma expressão facial carregada de pesar e tristeza -. *Você tá dormindo e te acordarem a socos e pontapés, te jogarem no chão. Não só eu, todos os companheiros da época, né?*

[...]

Me trata como um ser humano desde o primeiro dia de formação q eu vou ser um bom ser humano na rua. Me trate como um bandido dentro da PM que eu vou ser um bandido contra a sociedade e a favor do Estado.

(Cabo PMESP, 25 anos de serviços).

A abordagem social acerca do risco envolve o processo de formação pelo fato de que o modo como este se estrutura reverbera na atuação profissional do policial que, quando flagrado utilizando-se do uso excessivo da força durante uma abordagem ou na contenção de manifestações populares pode suscitar na sociedade civil um sentimento de aversão e expor esse profissional a possíveis reações da mesma.

É importante deixar claro aqui que quando civis reagem de alguma forma que envolva o enfrentamento físico contra policiais militares, o “poder de fogo” dessa reação nunca é na mesma proporção que o poder de fogo dos servidores do Estado. Enquanto policiais militares enfrentam civis protegidos por uma série de equipamentos como capacetes, escudos e coletes e estão munidos de armamentos de fogo carregados com balas de borracha, *sprays* de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e veículos blindados, por exemplo, os civis, por sua vez, “lutam” com paus e pedras na maioria dos casos. O que queremos apontar aqui é o fato de que um comportamento violento por parte de policiais militares, referenciado por um processo de formação e por uma rede de relações interpessoais caras ao meio ambiente militarizado e que são estruturadas pela violência, gera reações dos civis e coloca a integridade física de ambos os lados em risco. No entanto, em situações como essas, esse risco é sempre maior para os civis.

A abordagem social do risco pode também englobar aqueles policiais que o tem como parte integrante do seu dia a dia por opção. Pesquisas apontam que esse é um dos motivos elencados por policiais para o ingresso nas fileiras militares. Como diz Minayo (2008, p.187-88),

A percepção e a vivência do risco pelos policiais militares tem também uma conotação positiva [...] como o próprio sentido e movimento da existência. Quem não se arrisca está fadado à morte no sentido real e simbólico. Portanto, os policiais militares falam sobre ou aludem ao apelo à aventura e à adrenalina que a profissão lhes proporciona. [...] A adrenalina produzida pelo inusitado, segundo os policiais, os “vicia” e os motiva para a ação.

Entretanto, não podemos deixar de considerar o fato de que a formação policial baseada no sexismo, na valorização de um policial “herói” cujo o corpo e a mente são, em tese, capazes de suportar toda sorte de dor e sofrimento corrobore e colabore para que a exposição ao risco seja potencializada.

Outro aspecto institucional que influi de modo a elevar o risco entre os agentes de segurança pública são os prêmios e honrarias dados àqueles policiais que agem, segundo critérios da caserna, com “bravura”. Tal prática não é recente no interior da Polícia Militar. Barcellos (2014) já apontou isso em sua pesquisa acerca da atuação ROTA durante a ditadura civil-militar. Tanto mais reconhecido e valorizado o policial será perante seus colegas de farda quanto mais combatente ele for, recebendo elogios e incentivos de seus superiores. O seguinte excerto extraído por Barcellos (2014) de boletins internos da ROTA é cabal para a elucidação dessa ideia:

[...] surpreendeu dois marginais no momento em que carregavam o produto do furto... travou tiroteio na hora de efetuar suas detenções, sendo que um deles veio a ser alvejado, falecendo ao dar entrada no PS de São Miguel Paulista... com o marginal morto foram apreendidas duas armas de fogo e todo produto do furto, que foi restituído ao seu legítimo proprietário... Demonstrando assim coragem, arrojo e abnegação à causa abraçada, fazendo-se merecedor dos cumprimentos deste comando...” (Boletim interno da Rota de número 154, assinado em 22 de outubro de 1982) (BARCELLOS, 2014, p.185).

A leitura sobre o trecho destacado permite perceber que o confronto policial registrado no boletim de 1982 resultou na morte dos marginais, identificados enquanto tal pela própria polícia, ou seja, percebe-se que houve confronto entre policial e os supostos criminosos. Revela, também, a satisfação dos superiores para com seu subordinado em função de seu ato de “coragem, arrojo e abnegação da causa abraçada”.

A premiação ou exaltação do policial por atos de bravura – que podem ser resumidos em confrontos bélicos – persiste até os dias de hoje. Um dos policiais com o qual conversei ao longo desta pesquisa relatou situações por ele vivenciadas ao longo de sua carreira na PMESP que permite fazer tal afirmação. Ao falar sobre sua experiência como policial, o cabo da Polícia Militar paulista relatou a seguinte experiência:

- [...] comecei a viver na polícia, achar que o que eu tava fazendo era certo, a ponto de você acordar de madrugada e ir até a base da PM onde você trabalha e convidar os amigos pra ir lá porque chegou droga na favela, no morro e que o

informante ligou e que a gente ia, e eu ia pra lá... Eu vivia a polícia 24 horas, eu só vivia da polícia, eu achava que ia mudar tudo, que eu ia resolver tudo, ao ponto de eu abandonar tudo e viver pra polícia.

Eu fui agraciado com medalhas, fui o policial do mês, eu era o policial mais respeitado daquela região, eu prendia todo mundo. Os ladrão tinha medo... Então isso vai enchendo o seu ego, vai enchendo... você vai se sentindo importante, você vai se achando, vai achando que é o super polícia. E aquilo vai alimentando, vai alimentando, alimentando até não ter mais volta...

(Cabo PMESP, 20 anos de serviços).

Mais uma vez se vê a exaltação e valorização do profissional que se expõe demasiadamente, por vontade própria e para além do seu horário de trabalho. Viver polícia 24 horas significa não desvencilhar-se do *ethos* guerreiro, significa que “seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam” (SOUZA e MINAYO, 2005, p.920), significa expor-se a situações em que mesmo a instituição policial não estará preparada para dar o suporte necessário como, por exemplo, subir o morro de madrugada devido a um telefonema dado por um informante. No entanto, em detrimento de uma repreensão ou aconselhamento sobre tamanha exposição, o policial é agraciado com medalhas ou com o título de policial do mês.

Tal questão é problemática e eleva o risco e a possibilidade de vitimização dos agentes de segurança pública não só pelo fato de eles se encontrarem constantemente em situações de risco, mas devido também ao fato de que ao se expor de tal maneira o policial pode tornar-se conhecido, visado por uma organização criminosa que atue em determinado território. Assim, emboscadas podem ser armadas para este policial, em especial durante seu horário de folga, culminando na sua vitimização.

Isto posto, por mais que a vivência do risco possa ser derivada de uma escolha pessoal, mais uma vez não se pode negligenciar o papel da instituição militar, por intermédio dos valores por ela disseminados durante a formação e depois no cotidiano da caserna, como fatores que fazem do risco e da vitimização mais do que uma possibilidade constante, mas sim uma realidade cotidiana em meio a esses profissionais.

II. Policial militar: profissão de risco

Uma vez expostos os significados das abordagens epidemiológica e social e o papel das instituições de segurança pública e seus gestores a respeito da potencialização do risco na profissão

policial militar, faz-se necessário discorrer sobre aspectos que giram em torno da dinâmica cotidiana do trabalho policial militar e que fazem dessa uma profissão de risco.

Segundo Dejours (1992, p.63-64),

Algumas categorias profissionais são expostas a riscos relacionados à integridade física. [...] Os riscos estão relacionados ao corpo do indivíduo. [...] Podemos descrever diversas características destes riscos: o risco é *exterior* e na maioria das vezes, inerente ao trabalho; independente, então, da vontade do trabalhador. Por outro lado, frequentemente, [...] o risco é *coletivo*.

A ideia de risco relacionado ao corpo como sendo inerente ao trabalho e, portanto, exterior ao indivíduo, cabe perfeitamente na profissão policial militar. Isso remete a existência de uma oposição entre o risco como opção pessoal e o risco como falta de alternativa. Os policiais militares, em especial aqueles que realizam o trabalho ostensivo de patrulhamento das ruas, são aqueles que menos tem poder decisório e de intervenção quanto à elaboração de políticas voltadas à área da segurança pública e mesmo na organização interna do trabalho. Estes profissionais, em específico, encontram-se, como diz Cabo Lotin (2016), policial militar e integrante da ANASPRA¹⁴, “em situação de extrema vulnerabilidade”, sendo esta definida como pessoa ou grupo de pessoas susceptível de ser exposto a danos físicos ou morais devido à sua fragilidade.

Lotin elenca alguns aspectos que fazem parte do cotidiano de um praça da Polícia Militar e que contribuem para que esse grupo encontre-se numa situação de risco ou vulnerabilidade. Segundo ele, os praças são os profissionais mais vulneráveis da segurança pública devido aos seguintes fatores: 1. Estão na ponta do sistema; 2. São os primeiros a chegar; 3. Vivem o dia a dia da violência; 4. O modelo militar os cobra sobremaneira, sendo que muitas vezes não dá condições devidas para o desempenho da função; 5. Não raras vezes são “culpados” na prática, pela má gestão, falta de investimentos, falta de política de segurança pública (são os praças que são hostilizados no dia a dia por conta das deficiências do estado e do modelo de segurança pública); 6. O estado os cobra, os gestores os cobram e a sociedade os hostiliza. Internamente são os mais suscetíveis aos abusos de poder, torturas físicas e psicológicas (vide regulamentos arcaicos).

Portanto, apesar de o risco ligado à profissão policial militar poder ser interpretado como uma opção pessoal, como dito acima, essa característica do trabalho é, em boa parte, exterior ao indivíduo e, devido a questões hierárquicas e organizacionais, independe do indivíduo. Os praças,

¹⁴ Associação Nacional de Praças. < <http://www.anaspra.org.br> >

por estarem na ponta do sistema de segurança pública, por serem os profissionais que ocupam as posições hierárquicas mais subalternas e realizarem o patrulhamento ostensivo das ruas são aqueles que mais vivenciam o cotidiano da violência na prática, a violência das ruas, a violência que vitimiza civis e os próprios policiais. Por isso são os profissionais de segurança pública mais conhecidos, mais vistos pela população que, ao questionar a atuação das instituições de segurança pública pode incorrer no equívoco de atribuir toda a responsabilidade da má gestão desta área, de sua ineficiência e ineficácia no combate à criminalidade e à preservação da vida, aos policiais militares.

O risco na profissão policial militar extrapola o âmbito da individualidade, da subjetividade própria daqueles que o tem como opção pessoal, tornando-se, como diz Dejours (1992, p.64), “[...] via de regra, coletivo, na maioria das situações de trabalho”. O risco é coletivo e é a regra, portanto, devido a fatores que são externos aos indivíduos policiais militares, que independem de sua vontade.

Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015)¹⁵, “a percepção do risco entre esses profissionais é elevada em todos os tipos de situação: 37,1% tem medo de morrer em serviço; 32,1% fora dele; e 29,6% tem medo independente se estão em serviço, fora dele ou no exercício de outras atividades profissionais”. Nessa esteira, a percepção do risco entre os praças da PM é permanente e coletiva devido a estratégias de enfrentamento do crime e administração dos conflitos que baseiam-se, entre outras coisas, nas prisões em flagrante e apreensão de drogas e armas (SOARES, 2015; SCHLITLLER, 2016), fato que expõe sobremaneira os praças, risco esse que “[...] mesmo se [...] combatido por medidas e regras de segurança, ele quase sempre conta com uma prevenção incompleta pela organização do trabalho” (DEJOURS, 1992, p.64).

Essa prevenção incompleta do risco ficou evidente na postura adotada em 2006 por Saulo de Castro, secretário de segurança pública de São Paulo à época dos ataques do PCC e, em 2016, pela orientação dada por Major Olímpio, figura política de grande influência entre os policiais militares de São Paulo que os incitou ao embate num contexto de ataques a bases e viaturas da PM.

¹⁵ Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública, FBSP, 2015. As porcentagens citadas referem-se à policiais militares, porém não discrimina as unidades da federação à qual os respondentes pertencem.

Em outra pesquisa, desta vez realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) intitulada “Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública: estudo profissiográfico e mapeamento de competências”, publicada no ano de 2012, foram elencados diversos fatores vistos pelos próprios policiais militares como dificultadores da realização do seu trabalho¹⁶, além de terem sido elencados aspectos facilitadores do mesmo e de ter sido feita uma espécie de gradação das tarefas que consideram mais importantes e mais difíceis de serem realizadas. Quanto a esta última, uma das conclusões que o documento aponta é a seguinte:

Zelar pela sua integridade física e pela dos companheiros foi considerada a mais importante, além de ser a mais frequente. Está relacionada ao caráter ostensivo da atividade do policial militar e aos riscos inerentes à profissão, indicando ainda a necessidade de uma maior atenção por parte dos gestores, considerando que os respondentes relataram possuir domínio relativamente baixo desta tarefa. Outras tarefas de maior importância foram “Fazer abordagens, buscas e vistorias em pessoas e veículos” e “Preservar o local de crime”, ambas também consideradas com dificuldade média a alta e realizadas periodicamente (BRASIL, 2012, p.28).

Zelar pela integridade física própria e pela dos companheiros é uma tarefa inerente à profissão de policial militar visto a função desempenhada pelo mesmo. Contudo, quando esta torna-se, a partir da perspectiva dos mesmos, a mais frequente e mais importante das tarefas a ser realizada, algo pode estar errado. Por mais que o caráter da função seja ostensivo, isso demonstra a sensação de insegurança cotidiana entre os policiais militares decorrente não só da essência da profissão, mas também da falta de preparo sentida pelos policiais, visto que, segundo o excerto acima, esses profissionais relatam não possuir domínio completo para executar a tarefa de zelar pela própria integridade e a dos companheiros. A responsabilidade pelo fato de não se sentirem preparados para tal tarefa deve ser atribuída, em última instância, a Secretaria de Segurança Pública e ao governo do Estado, responsáveis maiores pelas instituições de segurança pública. Dessa forma, se o policial não se sente preparado para proteger a si mesmo, como poderá proteger a sociedade?

Para concluir este tópico que versa sobre a questão do risco na profissão policial militar e encaminharmos a discussão para a questão da vitimização dessa classe de profissionais, devemos salientar aqui o fato de que se o policial que patrulha as ruas julga não ser plenamente apto, técnica e profissionalmente falando, na preservação de sua integridade e na de seus companheiros em uma situação de confronto armado, há de se levar em consideração a constante presença da morte no seu

¹⁶ A pesquisa discorre também sobre as características das profissões de policial civil e bombeiro militar.

dia a dia, seja a morte por ele causada, seja o medo de morrer, seja a experiência de perder colegas de trabalho diariamente. Esse aspecto do trabalho policial, a presença cotidiana da morte, pode acarretar em uma série de patologias psíquicas oriundas de um grande estresse emocional como o medo, insônia, ansiedade, nervosismo, autculpabilização, raiva, tristeza, vergonha e depressão (Minayo e Adorno, 2013) além de torná-los mais vulneráveis aos pensamentos e atos suicidas (Miranda, 2016), atos corriqueiros no interior das corporações policiais militares e que tem recebido pouca atenção das instituições de segurança pública. Outra consequência do convívio diário com o risco de vitimização é o desenvolvimento nos policiais de uma espécie de banalização da morte, das situações de confronto que, mais do que naturalizadas, podem ser encaradas como algo jocoso (Idem, 2013). O relato trazido por Minayo e Adorno (op.cit., p.2205) de um gestor operacional da Polícia Militar exemplifica bem isso:

Há uma carga de anormalidade muito grande que nós naturalizamos como normal. Eu volto, a viatura toda furada, e eles rindo. Falam assim: “Puxa vida! Quase pegou você”!

Todas essas situações podem ser encaradas como reflexo da convivência diária com o risco de vitimização, risco esse que não é fruto, na nossa leitura e essencialmente, da opção pessoal pelo enfrentamento, ou seja, para nós o risco exacerbado que permeia o cotidiano dos praças da Polícia Militar na contemporaneidade é menos uma opção de destino e mais fruto de políticas de segurança pública que optam majoritariamente pelo militarismo como doutrina estruturante tanto do modo como o trabalho desses profissionais é realizado nas ruas como também das relações sociais desenvolvidas pelos militares no interior de suas corporações, local no qual até mesmo falar pode ser considerado um risco (Muniz, 1999) visto a possibilidade de punições administrativas que podem ser inferidas aos policiais de mais baixa patente por seus oficiais superiores, punições que também tomaremos como uma espécie de vitimização, algo que discutiremos mais adiante.

Policiais militares trabalhando nas ruas sob situação de estresse, de medo e de banalização da vida representam um risco para si próprios e para a sociedade civil, pois seu estado psíquico influencia diretamente na sua atuação profissional, na qualidade dos serviços por eles prestados. Um caso acontecido no estado de Santa Catarina é paradigmático para exemplificarmos isso: solicitado para intervir numa ocorrência de perturbação do sossego, um praça da PM daquele estado

se exaltou emocionalmente. Segundo reportagem veiculada pelo portal de notícias G1¹⁷, imagens feitas pelo pai de um adolescente envolvido na ocorrência mostram o policial oferecendo sua arma a um menor de idade e se despindo, ficando somente de roupas íntimas ao mesmo tempo em que diz:

- “vou tirar a farda aqui também que eu não quero mais receber um salário miserável da polícia pra não ganhar, pra aguentar desaforo”.

A mesma reportagem diz que o policial em questão possui histórico de internações e tratamentos psicológicos e psiquiátricos. No entanto, mesmo em situação de aparente adoecimento psíquico, o policial segue trabalhando nas ruas, fardado e armado, colocando em risco sua própria vida e a vida de terceiros. Além disso, se um indivíduo trata como piada uma situação em que a própria vida estava em risco, como observamos no excerto extraído do texto de Minayo e Adorno (2013) o que se pode esperar quando são vidas de terceiros que estão em jogo? Indivíduos que o policial não tem proximidade e que correm o risco de serem tratados por ele como “bandidos” ou “marginais”?

Acreditamos que a alta letalidade na ação policial que se verifica no estado de São Paulo e no Brasil, de modo geral, pode também ser explicada por essa via. No entanto, o caminho sugerido por Miranda (2016) no que concerne ao modo como tratar policiais em situação de vitimização parece não estar nos horizontes dos gestores da segurança pública no Brasil visto o elevado índice de vitimização e policiais com problemas que continuam a trabalhar e o tratamento dado aos agentes pela instituição. Trataremos dessa questão a seguir.

¹⁷ < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/03/imagens-mostram-policial-militar-tirando-roupa-em-sc.html> > Acesso em: 16/01/2017.

CAPÍTULO II

- VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR -

- Soldado e cabo. Porque é o soldado e o cabo que tá na linha de frente, que... Teve um episódio também... eu já perdi um amigo que foi baleado numa troca de tiros. 15 de janeiro de 2000. Uma grande rebelião que teve aqui em ... Eu arrastei meu parceiro pelo colete, ele tomou tiro na cabeça. E depois pra você chegar na família dele, pra você conversar com a família dele? Cara, nem gosto de falar sobre isso....

Então, tudo isso vai juntando e depois você... não tem... você precisa de ajuda pra resolver, e a polícia não ajuda você, cara. Não ajuda. E aí você procura ajuda fora, ela impede você de se tratar. Ela impede você de se tratar fora. Ela não deixa. “Não, mas eu tô gastando do meu dinheiro, eu tô pagando consulta particular...” Eu só preciso de tempo pra me cuidar. “Não. Vai trabalhar”. Aí eu trabalho nessas condições, desarmado, num lugar que não é pra eu trabalhar. É um castigo... entendeu? É uma punição velada. É bastante complicado.

(Cabo da PMESP, 20 anos de serviço)

O relato acima é parte da história contada por um policial a respeito de sua carreira na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Sua história é conturbada e repleta de episódios interessantes, uma “enciclopédia”, segundo o termo utilizado por um ex-policial militar que realizou a intermediação entre mim e meu interlocutor. Vou expor um pouco mais de sua história e da história de outros policiais militares ao longo desta seção com o intuito de ilustrar aquilo que se entende pela questão da vitimização policial militar.

Definindo o conceito de vitimização

O conceito de vitimização, de modo geral, “[...] refere-se a policiais que sofrem lesões e traumas no exercício da profissão e às consequências que os fatos traumáticos trazem para si, para sua saúde, sua família, seus relacionamentos e o desempenho de sua profissão” (SOUZA e MINAYO, 2013, p.11). Esta conceitualização nos serve de base para compreendermos o fato de que a questão da vitimização, para além de envolver a vida profissional dos policiais militares, o modo como eles vão desempenhar seu trabalho, abrange também aspectos da esfera privada de sua vida, indo além das lesões, dos traumas físicos e dos efeitos sobre sua saúde, unicamente, invadindo

âmbitos como a família e seus espaços de relacionamento social para além do trabalho. Vai além da questão dos homicídios, envolvendo praticamente todos os aspectos da vida profissional e pessoal do policial.

A polícia não se limita à esfera profissional da vida do indivíduo invadindo a esfera privada/pessoal (MINAYO et. al., 2007), especialmente nos aspectos negativos que o trabalho policial carrega. Além disso, a vitimização policial pode ter razões no próprio seio de sociabilidade policial, ou seja, pode ocorrer no interior da caserna, do espaço de convivência restrito aos policiais, sem a interferência de terceiros, de ações criminosas ou de hostilidades oriundas do meio civil que atentem contra os policiais, iniciando-se já no processo de formação e estendendo-se ao longo de toda sua carreira.

A vitimização envolve tanto os “danos físicos” (agressões e homicídios em serviço ou fora dele, nos horários de folga ou nos bicos), agressões verbais ou psicológicas como insultos, humilhações, perseguições (MIRANDA, 2016, p.75) por parte de superiores no interior do batalhão em que se trabalha e envolve, também, as transferências sem motivo administrativo ou disciplinar (Idem, p.47). Questões socioeconômicas da vida do policial também integram o rol de vitimização ao qual estão sujeitos: direitos trabalhistas negados ou defasados e baixos salários são pautas de reivindicação praticamente unânimes entre os praças das polícias militares brasileiras. Além disso, ameaça a familiares, danos psicológicos decorrentes do trabalho, mudança de hábitos em função da profissão como uso do transporte público, esconder farda e distintivo, restringir o círculo social aos colegas de trabalho, esconder das pessoas que é profissional do sistema de segurança pública (FBSP, 2015) são situações vivenciadas cotidianamente por essa categoria de profissionais. A vitimização policial envolve também as críticas públicas (Muniz, 1999) que são lidas pelos policiais como baixo reconhecimento social, seja por parte da sociedade civil (SOUZA e MINAYO, 2005) seja por parte das organizações estatais (SÁ, SALLES e NETO, 2015).

Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública acerca da opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da instituição revela que 65,9% dos policiais militares que responderam o questionário afirmaram já terem sido discriminados por ser policial ou profissional do sistema de segurança e 59,6% já foram humilhados ou desrespeitados por superior hierárquico. A falta de reconhecimento por parte da instituição pode decorrer, também, de um quadro clínico de instabilidade apresentado pelo policial e que o impede ou restringe de realizar determinadas funções. De acordo com um dos entrevistados para este livro,

- Quando você é doente e fica muito tempo doente nesse campo da psiquiatria, você é taxado como mão cansada, como o cara que não quer trabalhar, como o cara novidade. Isso aí não serve pra nada. Tudo o que você fez no passado, as medalhas que você teve, os quadros de honra ao mérito, de melhor policial, isso aí não serve pra nada, cara. Isso não serve pra nada. - “Não, mas eu já fui um bom policial. Eu tô doente porque eu dei a minha vida pela polícia”. Não, agora você não presta mais, cara. Você não presta pra nada.

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

A vitimização no interior das corporações militares assume, portanto, várias facetas que estão relacionadas aos mais diversos âmbitos, como o de gênero, o de classe, da discriminação por doença, o âmbito trabalhista e a esfera dos direitos humanos que são, por sua vez, constantemente violados no interior dos batalhões e companhias militares. Apresento a seguir alguns casos empíricos dessas situações que são classificadas como casos de vitimização.

Casos empíricos de vitimização

No caso da questão do gênero, duas foram as problemáticas que apareceram mais claramente ao longo da pesquisa. Vale ressaltar aqui que não pretende-se realizar uma discussão aprofundada sobre gênero e Polícia Militar. Isso, por si só, configura-se como um objeto de pesquisa e, para além disso, esse não é tema central desta pesquisa. Contudo, a questão de gênero aparece como um campo de vitimização policial militar e cabe ser aqui mencionada.

Segundo Marco Ferreira, ex-policial militar que relatou sua vivência na corporação, uma das problemáticas mais recorrentes quanto a questão de gênero é a violação, o assédio sobre o corpo feminino pelos homens que trabalham na mesma localidade que as mulheres e a segregação e imposição de tarefas consideradas subalternas como punição àquelas que não calam diante de tais assédios. Em seu relato, o ex-policial, que hoje trabalha denunciando violações de direitos humanos que ocorrem em meio ao universo policial militar, nos contou a seguinte história:

- Tem uma policial que a gente defendeu aqui, ela sempre foi assediada. Todo mundo sabia que ela era assediada, como todas as mulheres na polícia são. A mulher na polícia ela é pasto pros oficiais. Não conheço uma que não tenha tomado uma passada de mão na bunda num corredor estreito da polícia. Não tem. E é corriqueiro, é normal. Então, se nós temos na seção duas mulheres, elas vão se

revezar entre a faxina, o cafezinho e os afagos... uma “massaginha” na costa do tenente é muito natural. Elas são adestradas pra isso. Então, quando uma delas é assediada e ela não aceita esse assédio, ela é transferida e é queimada. E as outras ficam contra ela. Então, é normal ter o assédio. E ela sorri, ela finge que ela não tomou aquela passada de mão na bunda porque se ela se rebelar ela tá saindo do esquema, né?

E eu, o tempo que eu fiquei dentro, eu sempre fiquei observando isso aí e eu conversava com elas e quando eu montei uma denúncia pra fazer, que essa policial veio falando assim: “oh, eu tenho provas, fulano, ciclano, capitão fulano, coronel ciclano, e a gente sabia que era verdade. Todo mundo sabia que era verdade. Chamei uma repórter policial feminina e falei: “olha, tá acontecendo assim e assim, assim... a policial quer denunciar, ela tá sendo perseguida em razão de ela ter se rebelado contra o cara, ela foi assediada, ela tem como comprovar”. Passei uma relação de policiais femininas, liguei pra cada uma delas e falei: “fulana vai aí te procurar, em reservado, conversa com ela”. O que que aconteceu: essa repórter policial foi conversar com as policiais. Todas elas negaram. “Jamais, imagina. Nunca. Sempre fui tratada com respeito”. Nós sabemos que elas são demitidas. Nós sabemos que elas são pasto.

(Marco Ferreira, ex-presidente da APPMARESP).

Sobre a questão dos assédios e das funções que são designadas às mulheres no dia a dia de trabalho na Polícia Militar, o trabalho de Giuliana Denari (2016) traz importantes contribuições para o tema. Segundo a pesquisadora, as mulheres passaram a ter algum espaço dentro de organizações militares especialmente na II Guerra Mundial, assumindo funções que não estivessem diretamente ligadas ao campo de batalha ou ao combate propriamente dito. Elas trabalhavam em serviços de escritório, enfermagem, dentre outros. Ainda segundo a autora, temos que a inserção de mulheres em forças policiais europeias se dá com base na “mesma ideia de assistencialismo que essas mulheres tiveram durante a guerra” (Idem, Op. cit., p.82). Há, dessa maneira, uma divisão sexual do trabalho nas organizações militares desde o momento em que mulheres passam a integrá-las.

A autora salienta em seu trabalho que houve, ao longo de sua pesquisa de campo, uma preocupação por parte dos e das policiais por ela entrevistados/as em mostrar que o preconceito ligado ao gênero dentro da Polícia Militar é menos visível e cada vez mais velado, fato que

[...] não significa que seja menos efetivo e real em suas consequências. Mas que ele existe em algumas camadas, em algumas esferas de sua vida. No entanto, esse preconceito velado, escondido pode ser muito mais nocivo que o exposto e confirmado: pode criar barreiras e situações constrangedoras que se naturalizam (DENARI, 2016, p.103).

Por mais que essa divisão sexual do trabalho na Polícia Militar não exista mais de maneira oficial, na prática cotidiana ela persiste: “[...] *Então, se nós temos na seção duas mulheres, elas vão se revezar entre a faxina, o cafezinho e os afagos...*”. Para além da atribuição de tarefas secundárias às mulheres que compõem os quadros da Polícia Militar, o preconceito velado contribui sobremaneira para a perpetuação, para a naturalização, como ressalta Denari, dos assédios sexuais sofridos por elas dentro da corporação. Isso fica evidente no relato que trouxemos acima: as mulheres tem medo de denunciar, medo de sofrerem represálias por isso, de serem punidas administrativamente. Nosso interlocutor diz não conhecer uma mulher que não tenha sido assediada por um oficial. E que isso é considerado normal, tal qual o receio em levar a público o acontecido.

O portal de notícias relacionadas à segurança pública *Ponte Jornalismo* trouxe, no ano de 2017, uma série de reportagens¹⁸ que denunciam situações de assédio sexual vivenciadas cotidianamente pelas mulheres que fazem parte da Polícia Militar. Geralmente esses assédios partem de oficiais superiores e giram em torno de “pedidos” constantes de favores sexuais sob, quase sempre, a ameaça de transferências de postos de trabalho para locais distantes de onde essas mulheres residem, fato que poderia prejudicar demasiadamente a vida pessoal das mesmas em função de possuírem filhos. Em uma dessas reportagens, uma ex-policia militar fala sobre o fato de que, mesmo quando a policial assediada tem a coragem de fazer a denúncia, o corporativismo existente entre os homens, maioria na corporação militar, especialmente no quadro de oficiais superiores a quem essas denúncias invariavelmente chegam, impede que as mesmas avancem e que sejam julgadas no âmbito militar. A solução acaba sendo levar esses casos para a justiça civil o que é, por sua vez, proibido segundo o Regulamento Disciplinar da polícia, podendo ser a trabalhadora expulsa da corporação e, conseqüentemente, ficando desempregada.

Observa-se que há, dessa forma, a continuidade de valores e ideias extremamente sexistas e machistas a permear as relações interpessoais entre policiais masculinos e femininos. França (2014b) ao relatar o processo de formação dos policiais do estado da Paraíba, por exemplo, vai nos dizer que é ao longo dessa etapa da carreira policial militar em que o indivíduo passa a assimilar determinados valores que orientam a construção de um espírito militar baseado no que o autor chama de “estilo de masculinidade” (FRANÇA, 2014b, p.7), atitude que é reproduzida tanto dentro

¹⁸ < <http://ponte.cartacapital.com.br/reportagem-especial-mulheres-sao-vitimas-de-assedios-diariamente-na-pm/> >; < <http://ponte.cartacapital.com.br/especial-assedios-na-pm-o-capitao-da-pm-queria-me-fazer-sentar-no-colo-dele/>>; < <http://ponte.cartacapital.com.br/especial-assedios-na-pm-na-policia-tudo-tem-um-preco/>> Acesso em: 29/03/2017.

quanto fora da instituição policial: fora no sentido de que tal estilo, de que a virilidade masculina, está associada a atos de bravura e ousadia como já citado no primeiro capítulo; dentro da instituição policial essa atitude se reproduz no tratamento dado às policiais femininas, seja violando seus corpos, seja lhes atribuindo funções que em muito se distanciam daquelas que são consideradas “heroicas” no meio militar.

Ainda no que tange à questão de gênero, uma segunda problemática emergiu ao longo da pesquisa. O foco são *os* praças da Polícia Militar. Praças que são referidos pelos oficiais como *as* praças ao invés de *os* praças. Essa questão da flexibilização do gênero foi problematizada por um cabo da ativa da Polícia Militar com o qual tivemos a oportunidade de conversar:

*- As praças dá uma impressão, pra quem fala e pra quem ouve, de submissão. É uma coisa machista da questão feminina. E subliminar. Não é **das** praças, e sim **dos** praças. Porque o **das** praças te passa uma percepção de subordinação, de inferioridade, porque é isso que a sociedade tem para com relação a mulher, por exemplo. Não é isso? Os próprios praças falam **as** praças. Por que **das** praças? Porque tem um Q subjetivo nessa questão toda. Flexionar o gênero significa inferiorizar o praça. Nós temos na sociedade que a mulher é inferiorizada. Existem vários debates sobre isso. Se as mulheres são inferiores aos homens, os praças são inferiores aos oficiais.*

(Cabo, PMSC, 24 anos de serviços).

Segundo França (2014b; 2015), o sistema e o processo de formação militar atuam de modo a desenvolver nos indivíduos uma espécie de “virilidade masculina”. Como diz o autor, o ambiente militar é marcado pela valorização e pela crença nos valores masculinos, fato que, para além dos preconceitos e estereótipos de gênero, estimula atitudes violentas por parte dos policiais como sendo atitudes intrínsecas a esse “estilo de masculinidade” (Idem, 2014b, p.7). Nesse universo, “[...] as mulheres acabam sendo obrigadas a introjetar o papel dominador da maioria masculina para conquistarem espaços no universo simbólico policial marcado pelo preconceito a categorias como as mulheres e os homossexuais” (FRANÇA, 2015, p.148).

Se é assim, pode-se observar aqui que a vitimização acontece de modo duplo: em primeiro lugar, o ambiente sexista e machista que predomina na Polícia Militar considera o gênero feminino como sendo inferior ao gênero masculino, ou seja, reproduz o machismo e introjeta esse tipo de pensamento na subjetividade dos e das policiais em formação de modo mais intenso. Isto porque por mais que os preconceitos de gênero permeiem tanto os modelos de sociabilidade civil quanto a

sociabilidade militar e que eles se objetivem ora de maneiras mais veladas, menos aparentes, ora de maneiras mais explícitas e claras, na instituição militar há um fator distintivo que torna esse tipo de discriminação um tanto mais prejudicial: o militarismo. Esse tipo de segregação é elemento estruturante e formador da subjetividade militar. Não há, dessa forma, outro modelo de sociabilidade possível. Quando agrega-se a isso o fato de que o preconceito se dá em meio às relações de trabalho e que estas são orientadas por um regulamento disciplinar que proíbe a externalização de problemas, tem-se um cenário em que fica extremamente difícil vislumbrar mudanças quanto a esse tipo de vitimização que atinge, especialmente, as mulheres da Polícia Militar.

Em segundo lugar, após um período de formação que se baseia, entre outras coisas, na exaltação da virilidade e de valores machistas, flexibilizar o gênero para se referir aos praças da Polícia Militar é agir de forma a subjugar, a sujeitar a subjetividade dos policiais de patentes mais baixas como que demarcando o lugar por eles ocupado na instituição policial. A patente marca a posição hierárquica a ser ocupada pelo corpo do/da policial; a flexibilização do gênero denota a sujeição da subjetividade do mesmo. As duas coisas atuando em conjunto e reproduzindo preconceitos de gênero que permeiam as relações sociais para fora dos quartéis, visto que o machismo e o sexismo não são problemas exclusivos da PM, objetivam colocar os profissionais da base da segurança pública, tanto homens como mulheres, “no seu devido lugar”, o lugar subalterno.

No que concerne à questão de classe, a vitimização ocorre em situações em que há conflitos entre praças e oficiais, conflitos esses que resultam quase sempre em consequências negativas para os praças devido à sua posição hierárquica de inferioridade nas fileiras militares. Essa questão é mais complexa do que esse trabalho consegue compreender, contudo, pelo fato de ter sido recorrente nas falas dos praças, faz-se necessário falar sobre isso ao menos no que se refere à ideia de vitimização, até porque grande parte das esferas em que a vitimização policial se dá no interior das corporações militares envolve, direta ou indiretamente, essa oposição que existe entre as duas categorias de policiais.

Se o assédio sexual é problema entre policiais, o assédio moral também é. Expressando-se de vários modos, essa forma de vitimização, dentre aquelas que ocorrem dentro dos muros dos batalhões e companhias militares, aparenta ser a mais recorrente e a que mais traz problemas aos praças, especialmente os problemas de ordem psíquica. Quando perguntando sobre as raízes das humilhações que já vivenciou ou presenciou, um dos entrevistados disse:

- Eu acredito que isso aí vem lá da academia de polícia de oficiais. Do Barro Branco. Lá eu não sei, eu nunca fui até lá, eu não sei qual é a grade curricular. Mas eu acredito fielmente que lá dentro eles são formados pra que tenha o poder absoluto sobre o trabalho e o pensamento policial. Simples assim.

- Os oficiais são formados pra ter o controle absoluto sobre o trabalho policial?

- Absoluto! Absolutista. Sem sombra de dúvidas, isso é o que eu sinto. Porque eu vejo muitos policiais que eu conheci que eram praças e depois no final do curso voltaram graduados como oficial e mudaram completamente seu jeito de ser. Você percebe que mudou. Parece que é uma outra pessoa. E isso não é bom.

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço).

Com base no relato acima, vê-se que a visão que o praça possui de um oficial é uma visão que atribui ao segundo um caráter autoritário, de atitudes autoritárias que visariam o controle e a vigilância cotidiana dos atos e dos pensamentos de seus subordinados, fato que leva, no limite, à restrição do rol de possibilidades de um fazer autônomo por parte dos praças. De acordo com a percepção do entrevistado a respeito de seus superiores, outra coisa que podemos aferir é o prejuízo no relacionamento interpessoal cotidiano entre a classe subalterna e a classe que gere os batalhões e companhias da Polícia Militar visto a aparente oposição de interesses existente entre uma e outra: o desejo pelo controle e pela obediência irrestrita, de um lado, ou seja, o respeito à hierarquia e a disciplina elevado ao extremo em contraposição ao desejo por maior liberdade e autonomia, de outro, o que não significa necessariamente rompimento com os dois pilares do militarismo.

O controle exercido pelos oficiais sobre os atos, pensamentos ou falas dos praças, ou seja, o cerceamento de sua liberdade de expressão, de sua humanidade é, em si, um problema. Este, por sua vez, é potencializado quando um trabalhador da Polícia Militar, ao adquirir algum tipo de patologia psíquica com origem relacionada ao trabalho, é coagido a não externalizá-la, pois isso poderia resultar em um olhar mais crítico sobre as corporações militares. Quando, no entanto, o praça acometido por alguma patologia resolve expor o quadro em que se encontra, o controle exercido pelos superiores hierárquicos pode se objetivar por meio de mecanismos que dificultem ou impeçam que esse profissional se trate de maneira adequada. Esses mecanismos se consistem na estigmatização do indivíduo perante seus colegas de farda, na obrigatoriedade em se manter trabalhando seja na rua, seja em serviços internos ou ainda em perseguições. Consequências disso podem ser observadas na atitude do policial militar de Santa Catarina que se despiu em um momento de grande estresse que citamos no capítulo anterior.

Abaixo serão reproduzidos alguns trechos de conversas que tive com praças da Polícia Militar que englobam particularidades do dia a dia do universo vivenciado por esses trabalhadores. Os relatos se referem a transformações ocorridas na subjetividade dos indivíduos após o ingresso na PM; o contato diário desses policiais com a violência tanto das ruas como a violência interna cometida por seus pares. Como consequência desse cotidiano, traremos alguns relatos que versam sobre a condição de saúde mental em que se encontram e o modo como a instituição policial militar lida com esses e outros policiais militares que possuem quadros clínicos parecidos. Por fim, tentarei elucidar, a partir de suas falas, como a discriminação para com a sua pessoa por conta de seus problemas de saúde se dá descrevendo situações que os entrevistados consideram como sendo punições ou perseguições devido a serem policiais que “dão problema” para a polícia. Isso acarreta em mais sofrimento e pode ter como consequência o suicídio, algo que pode ser interpretado tanto como efeito desse quadro, o que segundo os PMs entrevistados e segundo Miranda (2016) é uma das formas mais comuns que esses profissionais encontram para lidar com a situação em que se encontram, mas também como forma de resistência a esse cenário de desumanização.

Isto posto, os policiais que terão parte de suas histórias aqui expostas estão na Polícia Militar há um tempo que compreende 20 e 25 anos. Encontram-se na faixa etária entre 40 e 50 anos. Suas identidades serão mantidas em sigilo. São três cabos da Polícia Militar do Estado de São Paulo e um ex-cabo da mesma instituição. Com exceção desse último, os três policiais da ativa encontram-se numa situação delicada quanto à sua saúde psíquica.

Diagnosticados com problemas como ansiedade, depressão e ideação suicida, nossos interlocutores estão em acompanhamento médico. Um deles desde o ano de 2007 e nunca tendo conseguido um afastamento por problemas de saúde pelo tempo considerado necessário por seus médicos e médicas particulares para que ele pudesse se tratar. Os entrevistados atribuem seus problemas de saúde a basicamente duas causas: a vivência cotidiana com a violência das ruas e os assédios e pressões sofridos por superiores hierárquicos na Polícia Militar.

Quando me encontrei com um deles, tive acesso a cópias de documentos que revelam a situação em que sua saúde se encontra. Tal documento contém 107 páginas que compreendem laudos médicos, atestados, documentos de entrada e alta de hospital psiquiátrico, além de e-mails trocados entre ele e sua médica particular.

O dono das 107 páginas de laudos médicos considera-se alvo de perseguições e punições veladas no interior da Polícia Militar em função de seus problemas de saúde. Diz ser taxado de

“mão cansada”, “cara novidade”, “cara que não quer trabalhar” em função de requisitar afastamentos frequentemente para poder tratar de suas patologias.

Cabos da Polícia Militar

- O primeiro impacto que eu tive na minha vida como policial militar foi ver um acidente de trânsito onde tinha uma criança de dois anos morta dentro de um fusca no banco de trás. Foi muito impactante. A segunda foi numa ocorrência numa cidadezinha vizinha que, por incrível que pareça, nessa eu fui até agraciado como policial do mês. Isso foi um absurdo, cara.

Eu trabalhava numa cidade pequena de no máximo 15 mil habitantes e era um domingo de manhã, eu lembro até hoje, e pegou fogo numa funilaria. E tinha uma criança de 4 anos lá dentro da funilaria. A criança tava mexendo com tiner e explodiu lá, pegou fogo. Eu era o único policial da cidade. Até duas horas da tarde eu era o único policial da cidade.

*Era em 98, 99. Eu fui até essa cidade, era a cidade de *¹⁹ eu fui até essa funilaria. Tava todo mundo jogando água em cima da funilaria, o pessoal parava o carro e jogando o extintor... Eu peguei um balde de água, joguei na minha farda, em cima de mim. Peguei e molhei uma toalha que tava no varal e entrei pra dentro da funilaria que tava pegando fogo. Tinha uma criança lá. Toda queimada... a camiseta, o short. Eu abracei essa criança com essa toalha, coloquei no braço, entreguei a chave da viatura pra um cara sem camisa, de bermuda, descalço... acho que tava até embriagado... pra ele dirigir a viatura porque eu tava com a criança no colo, pra sair dessa cidade e ir até a cidade de * que fica a 12 km, pra gente dar entrada no hospital de queimados aqui. E isso foi de manhã e 9 horas da noite essa criança morreu. Então foi... um choque na minha vida que... tive que fazer até terapia, cara.*

(Nesse momento há uma pausa na conversa. O interlocutor, ao contar e lembrar do caso, começa a chorar copiosamente).

- Complicado... E eu to aí, trabalhando. A polícia sabe das minhas condições, não aceita e tamo aí

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

A noção de vitimização profissional engloba, segundo Souza e Minayo (2013, p.111) “[...] agentes de segurança pública que morrem por causa e em consequência de sua missão constitucional ou sofrem agravos físicos e emocionais no exercício de sua profissão”. Vê-se, portanto, que a vivência descrita pelo entrevistado concretiza a conceitualização dos referidos autores. O episódio da criança na funilaria foi o primeiro momento em que o entrevistado considerou procurar ajuda médica, procurou fazer terapia devido ao choque, ao dano psicológico

¹⁹ Optamos por não revelar a cidade em que o policial trabalha com o objetivo resguardar sua identidade.

que o desfecho da ocorrência causou em sua vida. Este foi, segundo minha leitura e com base no conceito de Souza e Minayo (2013), o primeiro momento de vitimização pelo qual o interlocutor passou.

Os autores colocam que os agravos físicos e emocionais que causam a vitimização profissional são decorrentes do trabalho, ou seja, não são consequência somente de situações específicas vivenciadas pelos agentes de segurança pública, mas são resultado da profissão policial militar como um todo, podendo a vitimização ter raízes na própria instituição policial militar quando a mesma impede o indivíduo de se tratar:

*- Essa polícia é maior ingrata, cara. Porque você dá a vida por ela, ela treina você pra isso. Ela treina você pra isso - **fala isso enxugando lágrimas** - tira você do seu mundo, coloca você no mundo dela, destrói seu psicológico, depois quando você tá doente ela te abandona, ela não deixa você nem se tratar fora, ela impede você de se tratar fora, cara. Isso que é complicado. Ela... você tem um ano pra ficar dentro dela fazendo treinamento e treinamento, doutrinando você... tudo que você construiu, a base da sua família, a base da sua religião ela destrói. Impõe o que ela acha que deve ser feito, depois você entra em parafuso, cara.*

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

Pode-se identificar na fala do policial o momento em que a vitimização em decorrência da vivência no interior da instituição policial militar começa a acontecer. Segundo Foucault (1979) o poder se constitui em modos de subjetivação que são controle, domesticação, fabricação de corpos, atos, pensamentos. O autor aponta que o poder constitui-se em espaços e experiências de subjetivação na sujeição. Poder seria, para o autor francês, um conjunto de discursos, de mecanismos que são capazes de produzir, de fabricar indivíduos, de criar e modelar subjetividades (ROSE *apud* DAMAS, 2017, p.104). O poder, de acordo com Foucault (1979), atua a partir de um conjunto de saberes e técnicas de fabricação de indivíduos sujeitos a disciplinas. Esses saberes e técnicas que objetivam a conformação de subjetividades sujeitadas são produzidos no interior de instituições que buscam, com isso, reger de maneira calculada as atitudes dos sujeitos que a integram sob uma racionalidade prática dirigida a certos objetivos (DAMAS, 2017; FOUCAULT, 2002).

Com base no relato do entrevistado, pode-se observar a aplicação desse poder, segundo a ótica foucaultiana, sobre os policiais militares. A instituição policial, “tira o indivíduo do mundo dele” e o

treina, o doutrina. Por meio do processo de formação e dos discursos difundidos cotidianamente no ambiente castrense há a sujeição e conformação da subjetividade do ingressante e integrante das fileiras policiais. Essa sujeição, essa conformação de subjetividades não se dá, no entanto, sem conflitos: *“tudo que você construiu, a base da sua família, a base da sua religião, ela destrói. Impõe o que ela [Polícia Militar] acha que deve ser feito, depois você entra em parafuso, cara...”*.

Dessa forma, observamos o processo de vitimização se concretizando. O “choque” entre os mundos civil e militar, a imposição de discursos, de saberes e técnicas com vistas a produção de uma subjetividade sujeitada aos objetivos e interesses da instituição militar entra em litígio com uma subjetividade conformada por discursos e saberes oriundos de espaços e experiências vividos e vivenciadas pelo indivíduo anteriormente à experiência e ao ambiente militarizado. Essa sujeição das subjetividades no meio militarizado pode ter mais ou menos sucesso. Não é difícil encontramos profissionais da segurança pública que aderem totalmente aos discursos proferidos pela corporação como o discurso de “herói”, de “guerreiro”, dentre outros. No entanto, a experiência do entrevistado no ambiente da caserna constitui-se em caso empírico de que, em algum momento de sua vida, a subjetividade militarizada pode entrar em conflito com suas vivências prévias à experiência e ao espaço marcial, resultando muitas vezes em patologias psíquicas. O sentimento de ingratidão, expresso na fala de nosso entrevistado, é também o sentimento da falta de reconhecimento institucional pelos serviços prestados à Polícia Militar e constitui-se também como vitimização.

Ao longo dos anos, o acúmulo de conflitos de subjetividades e de sentimentos como ingratidão e falta de reconhecimento pode gerar no profissional da segurança pública problemas de saúde psíquica como a depressão, por exemplo, uma das patologias mais frequentes entre os profissionais dessa área e da qual a maior parte dos entrevistados para essa pesquisa sofrem. A sensação de abandono e o impedimento de realizar o tratamento desencadeiam no entrevistado esses sentimentos que podem levar, em muitos casos, ao suicídio:

*- Depois de um certo tempo na polícia, e eu tenho 20 anos, depois de um certo tempo você não consegue mais suportar, você... mesmo procurando ajuda ela não deixa, ela impede você de buscar ajuda. Você busca ajuda fora da polícia e os médicos de fora da polícia diz ‘você não tá legal, preciso tirar você daí, você precisa sair daí’. Mas como eu vou sair? Eles não deixam sair, eles não deixam sair. **Muitos amigos se matam porque não acham outra saída. Não acham.** Porque busca a saída fora... os médicos fazem relatório, mandam atestado, aí chega aqui uma médica que não é psiquiatra, que não é nada e fala: - ‘Não. Você vai trabalhar’. Aí o cara vem trabalhar destruído, não sabe o que fazer e as coisas vão piorando, piorando, piorando porque não acontece de uma hora pra outra. E*

se matam. Ela [Polícia Militar] destrói você e depois joga você fora e se você se matar, pra ela é lucro. E se mate fora do quartel que é melhor ainda.

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

Os relatos acima permitem observar que a vitimização policial não é fruto somente do enfrentamento bélico contra organizações criminosas ou dos ataques organizados desses grupos contra policiais, seja em serviço, seja durante suas folgas. Respaldando-se na alegação de haver necessidade de manter o número de efetivo nas ruas, a instituição policial, sob responsabilidade da SSP e do governo do Estado, não raro nega aos policiais militares a saída temporária da corporação para que possam ser devidamente tratados. Dessa forma, as instituições estatais assumem significativa parcela de responsabilidade pela vitimização desses profissionais.

Dayse Miranda (2016) aponta estudos anglo-saxônicos como o de Kates (2008) que conclui que os policiais estão entre os grupos de alto risco. No caso brasileiro, Miranda (2016, p.19) refere-se a estudos realizados por Soares e Muniz (1998) que concluem que a taxa de suicídio entre os policiais cariocas, no ano de 1995 foi 7,5 vezes maior do que a da população em geral. Seiji (2007), por sua vez, aponta que na PM o número de suicídios é muito maior do que entre os civis. No ano de 2003, por exemplo, houveram 33 casos de suicídio, o que equivale a aproximadamente 17 por 100.000 habitantes enquanto que, na população em geral, esse número oscilou entre 4 e 5 para cada 100.000 habitantes.

Miranda (2016) aponta ainda que, em 2014, 398 policiais foram mortos por homicídio. A vitimização letal desses profissionais pode ser, no entanto, ainda maior, devido aos suicídios não entrarem nas estatísticas oficiais da Polícia Militar. Isso se dá basicamente por duas razões. Miranda (Op. cit., p.28) ao realizar entrevistas com policiais do Rio de Janeiro constatou que

[...] muitos dos casos de suicídios consumados e tentativas de suicídio não são informados ao setor responsável por inúmeras razões. Entre elas, estão as questões socioculturais – o tabu em torno do fenômeno; a proteção ao familiar da vítima (preservação do direito ao seguro de vida) e a existência de preconceito ao policial militar diagnosticado com problemas emocionais e psiquiátricos.

Com base em dados empíricos coletados ao longo da pesquisa de campo e da pesquisa bibliográfica, essa parece ser a realidade não só da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), mas sim das policiais militares brasileiras como um todo, inclusive no Estado de São

Paulo. Ao conversar com um ex-policia! militar paulista sobre essa quest!o ele deixou claro que dados a respeito do suic!dio no interior da corpora!o policial militar s!o praticamente inacess!veis. A institui!o policial militar dificulta direta ou indiretamente o acesso a esses dados reais (diretamente quando nega pura e simplesmente que um civil os acesse e indiretamente quando, em fun!o do militarismo, aparecem elementos como os citados acima: o preconceito com o PM doente, o tabu em torno do fen!meno, e etc). De modo geral, a dificuldade na obten!o dos dados em rela!o ao suic!dio de policiais se d! em fun!o de os dados n!o serem coletados pelas organiza!oes policiais, pela resist!ncia das mesmas em disponibilizar esses dados e pela m! classifica!o das mortes (MIRANDA e GUIMAR!ES, 2016).

Dayse Miranda (2016) realizou estudo recente sobre o suic!dio entre os PMs do Rio de Janeiro. O acesso aos dados ou !s situa!oes de suic!dio foi poss!vel, segundo a autora, gra!as aos relatos dos parentes e amigos das v!timas. A dificuldade no acesso a esses dados ! extremamente grande, o que constitui um problema por dois motivos essenciais: primeiro porque nega ! popula!o o direito ! informa!o; em segundo, porque esta ! uma adversidade que aflige uma classe inteira de profissionais cuja fun!o ! de extrema import!ncia para o bom funcionamento da democracia: a seguran!a p!blica que, por sua vez, precisa ser reestruturada devido aos problemas que vem apresentando. O suic!dio entre PMs ! mais um deles. Por!m, em fun!o da obscuridade em rela!o aos dados reais, a sociedade civil n!o pode, n!o tem plenas condi!oes de discutir aberta e seriamente essa quest!o juntamente aos pr!prios policiais, !s secretarias de seguran!a p!blica etc. Tanto policiais como a sociedade civil s!o privados da participa!o e discuss!o pol!ticas.

O suic!dio j! foi definido pela literatura sociol!gica cl!ssica. Segundo Durkheim (2000, p.14),

Todos os fatos de morte que apresentam essa particularidade caracter!stica (de a v!tima, no momento de agir, saber o que deve resultar de sua conduta) distinguem-se nitidamente de todos os outros em que o paciente ou n!o ! o agente de seu pr!prio falecimento, ou ! apenas o agente inconsciente. [...] Formam, portanto, um grupo definido, homog!neo, discern!vel de qualquer outro que, conseq!entemente, deve ser considerado por uma palavra especial. A palavra suic!dio lhe conv!m e n!o h! por que criar outra; pois a grande generalidade dos fatos que comumente chamamos assim faz parte dele. [...] chama-se suic!dio toda morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo, realizado pela pr!pria v!tima e que ela sabia que produziria esse resultado.

Dessa forma, o suic!dio difere das outras formas de vitimiza!o letal sofridas pelos policiais pelo fato de que a viol!ncia contra a vida ! autoprovocada de maneira consciente e n!o resultado do

confronto bélico. Nas situações de enfrentamento, apesar do constante risco de morte, esta não é passível de ser plenamente prevista e antecipada e nem é a vontade dos policiais. A vitimização policial em situações de confronto é um resultado esperado, porém não desejado. Já no caso dos suicídios, o óbito é o único objetivo a ser alcançado. Um policial militar relatou um caso ocorrido uma semana antes de eu entrevistá-lo que converge para o que quero dizer:

*- Teve um que assumiu a viatura, fugiu com a viatura semana passada. Foi até o rio [...], entrou na água e deu um tiro na cabeça. Então, dá uma olhada no que ele fez: ele, fardado, pegou a viatura sozinho e fugiu com a viatura. Fugiu com a viatura semana passada. Foi até lá no rio [...], entrou dentro até o joelho e deu um tiro na cabeça. **Ele queria se matar. Se ele não conseguisse se matar, pelo menos morria afogado, né? Queria ter a certeza.** Isso um jovem de 20, 21, 22 anos.*

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço)

Segundo Miranda (Ibidem), existem três categorias de violência autoprovocadas: ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado. Todas as três estão presentes no cotidiano de nossos interlocutores como o relato acima nos mostra, seja na vontade de tirar a própria vida, seja no convívio diário com isso quando o fato se dá com colegas de farda. Sobre a ideação suicida, além de estar presente no diagnóstico médico dos policiais militares, ela aparece, quase que de modo natural, corriqueiro, em seu cotidiano:

*- A única coisa que me segura hoje pra eu não fazer uma besteira contra mim é minha família e é deus, onde eu tô buscando um pouquinho de paz. **Senão eu já teria feito uma cagada comigo mesmo, isso aí é certeza.** Porque a pressão é muito grande. E aí a gente acaba entendendo que viver com deus é muito melhor...*

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço).

- Eu tô desarmado porque a minha psiquiatra particular pediu, na verdade ela determinou que recolhessem todas as minhas armas porque eu não tava em condições de andar armado. Arma da polícia, arma particular. Na verdade, foi até bom. Porque me passou por suicídio várias vezes. Pensamento suicida várias vezes. Então, fico até feliz que levem embora mesmo porque eu não tô em condições boas pra andar armado. É um perigo principalmente pra minha família. Porque eu posso, sei lá, cometer alguma coisa e minha família desamparada ou ver lá a cena, aí fica difícil. O filho e a esposa se recuperarem desse trauma, né? Então, é o que ainda me coloca em pé.

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

Ao que parece, ideação suicida e o suicídio consumado são realidades quase que tão inerentes à profissão policial militar quanto a noção de risco. Ambas resultam de um intenso processo de sofrimento psíquico que aflige ampla gama desses profissionais. Os relatos acima, entretanto, permitem observar a existência de outras vias ou caminhos para lidar com a questão do adoecimento. Não só nas falas acima citadas, mas ao longo de praticamente todas as entrevistas realizadas, é possível observar a dimensão que a família e a religião assumem na vida desses profissionais como um fator que os impede, ao menos momentaneamente e em alguns casos, de consumir a ideia suicida:

- [...] *E no decorrer dos anos as coisas foram acontecendo. Hoje não me encontro bem, ao contrário, tenho grandes problemas, muitas perguntas, poucas respostas. Voltei pra igreja. Eu tô buscando a salvação, né, dos erros que eu cometi na vida, no passado. Influenciado diretamente pela PM.*

[...]

*Graças a deus eu consegui, **por enquanto**, passar por esse ciclo. A igreja e a família. A família não sabe o que eu sinto, mas eu tenho amor pela família. Na igreja que me traz a reflexão nesse momento. Se não fosse isso aí eu não sei o que seria. Porque até então eu pensei que eu só fosse um assassino, né?*

[...]

*Eu tô tentando recuperar. **Eu sei que eu não vou conseguir**, mas eu vou tentar pelo menos viver. Eu sou cristão. Tô agora na igreja evangélica. Eu sou cristão, só que eu uso o espaço físico da congregação cristã.*

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço).

No que se refere a atuação de instituições religiosas em relação à polícia e policiais militares, o trabalho de Jácomo (2016) traz importantes reflexões que nos permitem imergir de maneira mais profunda nesse universo. O autor vai analisar como se dá a aproximação entre Estado e Igreja - sendo o primeiro representado pelas diferentes corporações policiais que o Brasil teve ao longo de sua história - e quais os motivos e objetivos dessas aproximações e, por vezes, distanciamentos. O autor afirma que essa ligação sempre possuiu interesses particulares de ambos os lados que viam vantagens nessa associação. No que cabe às instituições religiosas - católica e evangélica, em especial - essas viam oportunidades de usufruir de determinadas benesses, entre elas a ampliação de sua esfera de influência na captação de fiéis por meio de mais um veículo de disseminação de seus

discursos, além de possíveis ganhos financeiros devido ao fato de o Oficial Capelão²⁰ receber um salário pago pelo Estado. Para a corporação policial, as vantagens oriundas dessa associação tem correspondência na preocupação genuinamente humana que as instituições religiosas exercem para com os policiais, para com seu estado emocional e espiritual e sua imagem, enquanto instituição, perante a população (JACOMO, 2016).

Outro elo de ligação que aproxima as duas instituições é a preocupação que existia, especialmente entre os “PMs de Cristo” – associação que reúne PMs evangélicos - em conciliar a profissão com a religiosidade por meio de incentivos à redução do uso da arma de fogo - “só Deus pode tirar a vida” - além da conversão e ressocialização de policiais presos por histórico de execuções sumárias. Jácomo apresenta depoimentos de policiais que ressaltam a importância do trabalho de evangelização dos PMs de Cristo no que concerne ao ato de “trazer uma palavra amiga, um conforto que faz com que um policial que esteja com pensamento de cometer alguma loucura, reflita e procure outras maneiras de resolver seus problemas” (Idem, op. cit., p.77).

Essa característica das organizações religiosas de prestar assistência é, para os fins deste trabalho, a de maior relevância. É importante aqui frisar a incorporação das instituições religiosas ao antigo CASJR – Centro de Assistência Social, Jurídica e Religiosa – realizada na década de 1980 pelo governo de Franco Montoro em São Paulo. Tal fato remete a uma preocupação do governo estadual da época em oficializar ou institucionalizar os serviços religiosos ligados a prestação de assistência sobretudo emocional e psicológica existentes no interior da corporação policial militar.

Com a chegada da década de 1990 e a ascensão de Mário Covas (PSDB) ao governo estadual de São Paulo, no entanto, a PMESP passa por um intenso processo de reestruturação administrativa em função da imagem extremamente negativa que a acometia em decorrência de sua atuação na Casa de Detenção (Carandiru), em 1992, e no episódio da Favela Naval, em 1997. Para além disso, a PM nunca havia matado, morrido e se suicidado tanto quanto na referida década (JACOMO, 2016, p.62). Segundo o autor, esse processo de reestruturação fez com fosse realizado um grande investimento no setor de assistência psicossocial aos policiais militares, dando exclusividade deste ao CASJR, o que culminou na rejeição dos serviços religiosos a segundo plano e em uma espécie de “disputa” pela *psi* dos PMs. Tem-se, de um lado, o discurso e a prática religiosa que concorre,

²⁰ Oficial Capelão é um cargo componente do Quadro de Oficiais da PMESP destinado a autoridades religiosas católicas e que é preenchido via concurso público. A criação desse cargo foi fruto do processo de institucionalização dos serviços realizados por organizações religiosas dentro da PM paulista.

por sua vez, com o discurso e com a prática psicossocial de profissionais da psicologia e psiquiatria a respeito dos métodos a serem utilizados para que se cuide do policial em situação de vitimização.

Com a ascensão de Geraldo Alckmin (PSDB) ao governo do Estado em função da morte de Mário Covas (PSDB) em 2001, no entanto, o CASJR, estruturado pela gestão de seu antecessor sofreu grande revés em razão da justificativa dada pelo novo governador de que as verbas direcionadas aos serviços auxiliares (em especial os médicos e enfermeiros) seriam destinados à investimentos no policiamento ostensivo e construção de novos batalhões (JACOMO, 2016). As organizações religiosas, por sua vez, continuaram atuando, seja de forma centralizada como a manutenção da Capelania Católica como aparato institucional, por exemplo, ou de forma capilarizada através de organizações como a evangélica PMs de Cristo, ou Os espíritas kardecistas e os PMs de Axé (organização de policiais de religiões afro-brasileiras), organizações que atuam de maneira informal, não institucionalizadas na PMESP.

Portanto, o elemento religião, em conjunto com o elemento *família* podem ser fatores que agem de modo a criar espaços de socialização distintos dos quais os policiais militares estão acostumados, espaços onde são vistos e ouvidos, em que se sentem humanizados e que podem auxiliar no controle do uso da força em ações contra civis e mesmo na repressão dos pensamentos suicidas.

Mas, como dissemos acima, tais espaços de sociabilidade não são capazes de envolver e ajudar a todos os policiais doentes. Isso porque igreja e família nem sempre são as primeiras “válvulas de escape” ou pontos de equilíbrio procuradas pelo policial doente. Parte deles logo tenta o suicídio – não sem antes ameaçar fazê-lo para colegas ou familiares -; outros buscam alívio no consumo de drogas, e a instituição religiosa seria somente a terceira opção mais procurada, de acordo com a percepção de um dos entrevistados:

- Eu tenho igreja. Eu procurei voltar pra igreja [...]

- Isso é comum?

- Não digo a maioria. A maioria não vai pra igreja. A maioria busca drogas e mais drogas e mais drogas... as válvulas de escape...

- As válvulas de escape, se eu estou entendendo corretamente são: suicídio, igreja ou drogas?

Sim. Pode ser. Nessa ordem. Suicídio, droga, igreja. Nessa ordem.

Poucos, não é a maioria que vai pra igreja, que busca a igreja como, não digo uma válvula de escape, mas como equilíbrio, como alguma coisa assim. E não é só a igreja né, o prédio, mas as pessoas que fazem parte pra você se relacionar e eles se relacionam com você. Te ajuda.

(Cabo PMESP, 20 anos de serviços).

Perseguições e discriminação no interior da PM

Na pesquisa realizada por Miranda (2016), “[...] os motivos mais citados para o ato suicida foram: conflitos familiares e as condições de trabalho. [...] sensação de perseguição, discriminação e/ou injustiça [...] transferências de local de trabalho e a sobrecarga de trabalho” (2016, p.60). Nas conversas que realizamos com policiais militares de São Paulo essas questões também apareceram. Um episódio narrado por um cabo da PMESP é um tanto quanto paradigmático para pensar as questões do envolvimento familiar em meio aos conflitos relacionados à profissão de policial militar. Numa época em que se encontrava afastado das atividades de polícia e à espera de vaga em hospital psiquiátrico particular para internação e tratamento de saúde, o policial em questão apresenta uma história classificada por ele como “tentativa de sequestro” por parte da PM que tentou levá-lo à força para o hospital psiquiátrico da Polícia Militar, envolvendo sua família em meio ao conflito e potencializando seu sofrimento psíquico.

- Os comandantes do quartel, os coronéis, chamaram a médica, a capitã-médica lá dentro e mandou ela na minha casa e falou: “olha, eu quero que você pegue ele e leve pro hospital militar”. E pronto, acabou. É ordem. E assim ela fez. Ela foi na minha casa com uma viatura, dois policiais. Ela não é psicóloga. Ela é uma médica. Parece que a especialização dela é gastro. E ela atende como médica-geral, clínica-geral. Ela falou: “vou te levar pro hospital psiquiátrico”. Eu falei: “não, não vou”. Tava dentro da minha casa lá, tranquilo. Tava eu e o meu filho. Eu falei “eu não vou”. [...] Ela tentou me pegar a força e me levar embora. Ai meu filho não deixou. Meu filho levou ela pra fora, trancamos o portão de casa. Falei “não, a senhora não vai me levar embora não. Eu tô sob os cuidados da minha médica, particular. A senhora não é psicóloga, a senhora não é psiquiatra. A senhora é uma clínica-geral. Eu tô sendo cuidado pela minha médica psiquiatra, então não vou”. Então ela chamou viaturas, ela chutava o meu portão. Quebrou o trinco do meu portão tentando entrar. Chamou um caminhão do bombeiro pra arrebentar o meu portão, fechou o quarteirão dizendo que eu ia me matar, que eu ia matar o meu filho primeiro e depois eu ia me matar. [...] minha esposa também saiu do serviço e foi lá na porta da minha casa. Ela [a médica] ofendeu a minha esposa [...] Quando minha esposa entrou, ela [a médica] começou a gritar dizendo que eu tinha mais uma refém, que eu ia matar minha esposa... Ai nisso eu já entrei em parafuso, já saí, já comecei a chorar...

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

As condições precárias de trabalho, perseguição e discriminação concretizam-se como

vitimização a partir do momento em que essas são perpetradas, quase como que via de regra, pelos superiores dos praças e começam a influir de modo a elevar o sofrimento no cotidiano policial militar, podendo ocorrer os três modos de vitimização concomitantemente, a depender do contexto.

- Porque, assim ó, eu posso trabalhar na área administrativa interna de segunda a sexta-feira que eu tenho que ser monitorado, que eu tenho que tá junto com mais pessoas que sabem do meu problema [...] Aí eu fico aqui. Não é seguro pra mim e também não é seguro pras pessoas que vem aqui, porque eu atendo as pessoas aqui. Então se existe uma ocorrência, um acidente de trânsito, a briga pode acontecer aqui. As duas partes podem entrar em vias de fato aqui, e o meu estado também não é legal, aí eu posso, sei lá, agir de uma forma mais enérgica do que deveria, me exceder nas minhas ações, sei lá, bater em todo mundo, sei lá.

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

A conversa foi realizada no local de trabalho do policial citado acima: uma companhia da Polícia Militar localizada numa área de grande movimento de uma cidade de aproximadamente 500 mil habitantes do interior do Estado de São Paulo. O policial em questão, diagnosticado com ansiedade, depressão e ideação suicida realiza o trabalho de atendimento ao balcão, ou seja, é o primeiro a lidar com uma ocorrência quando ela chega até a companhia. O policial em questão encontrava-se desarmado e sem colete balístico, diferentemente dos outros policiais que se encontravam na localidade naquele dia.

A localização da companhia, assim como a função por ele desempenhada são vistas pelo mesmo como perigosa e como punição, respectivamente. Perigosa porque caso uma nova onda de ataques contra policiais militares, semelhantes às de 2006 ocorram, ele seria um dos primeiros a ser atingido, estando desarmado e sem colete. E punição porque, segundo ele, seus superiores conhecem seu estado de saúde, portanto, tem ciência de que o policial em questão não tem condições psicológicas de lidar com pessoas que chegam à companhia em estado de estresse ou abalo psicológico. Segundo o PM,

- [...] as pessoas vem aqui cara, não vem porque quer... A pessoa não vai fazer um BO porque tá tudo bem na vida. Não. Ela vem aqui porque aconteceu alguma coisa. [...] já vem aqui frágil...

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

Lidar com esse tipo de situação exige calma e discernimento do policial. O entrevistado

afirma, entretanto, não ter condições de agir de tal forma. Segundo ele próprio,

- Eu entro em parafuso, cara. Quando o estresse chega, eu... escurece tudo. Eu não consigo pensar. Eu não consigo achar uma saída praquele problema. O que eu faço? Eu travo. Eu travo. Como já aconteceu várias vezes. Eu travo, eu não sei o que fazer, sabe? Então... é complicado.

(Idem)

Vê-se, portanto, que devido a uma situação em que o policial em questão se vê como vítima de perseguição ao ser alocado para desempenhar a função supracitada, não só ele é prejudicado, mas também o trabalho policial militar é precarizado, perde em eficiência e qualidade em decorrência daquilo que nosso interlocutor considera como punição dada a ele. Prejudica-se a sociedade civil que necessita dos serviços prestados pela Polícia Militar, prejudica-se o profissional dessa área cujo quadro emocional e psíquico, já instável, é potencializado, elevando portanto, o grau de vitimização e o risco do suicídio.

Estigma, rótulo e sofrimento: um outsider na Polícia Militar

A discriminação sofrida por um policial militar no interior da corporação em decorrência de seu estado de saúde pode se objetivar na forma de apelidos pejorativos como “mão cansada” ou “novidade”, sendo assim chamado por superiores hierárquicos que acusam o praça de não querer trabalhar ou podendo ainda ser chamado de “maluco” por seus pares (MIRANDA, 2016) num processo de estigmatização e rotulação que se dá no seio da sociabilidade policial militar.

- Todos os outros se afastam. Porque... os oficiais, que a PM é dividida em duas classes: os praças e os oficiais, que é de sargento pra baixo e os oficiais. Os oficiais falam “olha, ele é novidade, ele não é bom, ele é má influência, não é boa companhia, ele tá fazendo corpo mole, não tá doente nada, ele tá inventando história”. Os policiais se afastam da gente com medo de serem perseguidos também. Então você se torna uma... você é excluído dentro do seu grupo. Dentro do seu grupo você se torna excluído.

*Eles excluem você, te colocam de lado pra não ser contaminados, não ser vistos com você, não ser **rotulado** igual você. É isso que eles fazem, eles se afastam de você. Se afastam por medo, não por pré-julgamento do policial que está doente. Se afastam por medo.*

- E isso colabora?

- Sim, porque nesse momento você precisa de amigos, de ajuda. E os poucos se

afastam, aí fica difícil.

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

O processo de estigmatização e rotulação tem início quando o indivíduo rotulado passa a viver fora das regras estipuladas pelo grupo social ao qual ele faz parte. Quando o indivíduo age de tal maneira, ele é rotulado como um outsider (BECKER, 2009).

No interior das corporações militares as regras ou normas que norteiam o cotidiano dos policiais são transmitidas ao longo do processo de formação e revitalizadas cotidianamente ao longo da carreira do profissional dessa área da segurança pública. No caso da Polícia Militar, essas regras estipuladas constituem-se em “[...] acordos informais, recém-estabelecidos ou sedimentados com a sanção da idade e da tradição; regras desse tipo são impostas por sanções informais de vários tipos” (Idem, 2009, p.15). Tais normas relacionam-se, basicamente, a um modo de ser pautado pela “[...] incisividade no agir, no qual a postura e aparência, expressões simbólicas do papel do policial militar como agente da Lei, da Ordem e do Estado, têm um lugar decisivo no processo de construção da identidade institucional” (MUNIZ, 1999, p.13). É um padrão de comportamento que impede ou ao menos tenta impedir o policial de demonstrar qualquer tipo de dor, sofrimento ou tristeza, sendo estas vistas como sinal de fraqueza, características localizadas no extremo oposto do que é idealizado tanto para a figura do policial como da polícia.

As patologias psíquicas desenvolvidas não só pelo entrevistado, mas pela categoria profissional de policial militar como um todo podem significar, aos olhos dos superiores hierárquicos e, conseqüentemente, da instituição policial, essa tão temida fraqueza. Se o policial militar, o praça, em especial, desenvolve essas patologias, significa que ele é fraco, que não é viril e nem duro o suficiente para suportar os encargos que a profissão lhe impõe. Dessa forma torna-se um *outsider*, um desviante por apresentar características que fogem àquilo que é esperado de um militar. Segundo Becker (2009, p.21-22),

[...] grupos sociais criam desvios ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. [...] o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete mas a consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.

O desvio é, então, muito mais o produto de sanções aplicadas ao entrevistado do que uma

qualidade específica sua visto, inclusive, o quanto o adoecimento é presente entre os profissionais da polícia militar. O objetivo de se rotular policiais que se encontram nessa situação é, portanto, o de transferir os olhares críticos que poderiam direcionar-se à instituição policial para o indivíduo, estigmatizando o policial, culpabilizando-o por meio de rótulos e isentando a instituição policial militar, assim como as instituições estatais da responsabilidade pelo quadro patológico de seu agente. A rotulação ou estigmatização do indivíduo atuaria como uma espécie de ferramenta, de dispositivo institucional operado pelo Estado por intermédio dos oficiais²¹ da Polícia Militar numa tentativa de personificar um problema que é, por sua vez, recorrente no interior das corporações militares.

Por fim, vale salientar o modo como o adoecimento do praça da polícia militar, tido como motivador de um comportamento considerado como desviante de acordo com os preceitos e valores militares, é tratado. A partir dos relatos acima, é possível observar que o policial que adoece acaba sofrendo um processo de estigmatização via rotulação como “mão cansada”, como “maluco” ou como “novidade”. Dessa estigmatização, oriunda de discursos ancorados em valores militaristas e que tem os oficiais como espécie de ferramenta de difusão do mesmo, é produzida a exclusão social do indivíduo rotulado, do *outsider* perante o grupo ao qual pertence. Pode-se pensar essa dinâmica que se desenvolve no seio da sociabilidade militar em analogia ao tratamento dado aos leprosos ao longo da Idade Média de que Foucault (2001) fala. De acordo com o autor, a exclusão social dos leprosos

[...] era uma prática social que comportava primeiro uma divisão rigorosa, um distanciamento, uma regra de não-contato entre um indivíduo (ou um grupo de indivíduos) e outro. [...] essa exclusão do leproso implicava a desqualificação [...] eles entravam na morte. [...] eram, de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de marginalização, como diríamos hoje. Ora, é sob essa forma que se descreve, e a meu ver ainda hoje, a maneira como o poder se exerce sobre os

²¹ Uma questão interessante que surgiu em meio a essa pesquisa foi a oposição existente entre praças e oficiais. Em uma entrevista que realizamos, um praça da Polícia Militar expressou sua visão a respeito dos oficiais da seguinte forma: “*autoritário. Pró-estado. Vou fazer tudo pelo estado. Vou seguir as regras, sempre (100%) o que é mandado pelo comando da polícia, vai ser desse jeito*”. A partir dessa fala é que pensamos os oficiais como intermediação entre Estado e policiais praças.

loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes, sobre as crianças, sobre os pobres. Descrevem-se em geral os efeitos e os mecanismos de poder que se exercem sobre eles como mecanismos e efeitos de exclusão, de desqualificação, de exílio, de rejeição, de privação, de recusa, de desconhecimento; ou seja, todo o arsenal dos conceitos e mecanismos negativos da exclusão (FOUCAULT, 2001, p.54).

O policial militar que adoece é vitimizado, então, duas vezes: primeiro quando é acometido pela doença e, em segundo, quando sofre a exclusão social no interior de seu grupo. Com base nos relatos, na visão dos praças da Polícia Militar essa exclusão não só é incentivada pelos oficiais como é fruto da mobilização de dispositivos de coerção, visto o medo que outros praças tem de serem desqualificados, de serem rotulados da mesma forma que o policial doente caso mantenham-se próximos a ele. Tem-se aqui a difusão de discursos que mobilizam mecanismos que permitem a execução de uma espécie de poder, de controle operado pelos oficiais sobre o conjunto da tropa a partir da estigmatização, da exclusão e marginalização do PM que adoece em um momento em que a inclusão social e o fortalecimento dos laços de sociabilidade são fundamentais para a recuperação do mesmo. Ideias como as de coragem, de virilidade e de severidade, amplamente valorizados no meio militar, dão lugar a qualificações que visam o oposto do praça doente, ou seja, sua desvalorização e desqualificação moral perante os colegas de farda via adjetivações como “maluco”, fraco, “mão cansada”, dentre outros. Há aqui uma espécie de morte simbólica do militar.

Esse sistema de exclusão desenvolvido inicialmente para tratar da questão dos leprosos na Europa estendeu-se também a outros grupos sociais como loucos, doentes ou criminosos. A temática abordada por esta pesquisa evidencia que PMs estão doentes e que, em função disso, são chamados pejorativamente de “loucos” ou “malucos”. Se o sistema de exclusão dispense o mesmo tratamento à doentes e criminosos, quando utilizado para permear as relações castrenses entre PMs doentes e PMs não doentes (ou que não expuseram a doença), tem-se um quadro em que há, na sociabilidade policial militar, uma espécie de criminalização da patologia. As perseguições e punições dadas à “policiais problema” e aqui relatadas por eles próprios ajudam a embasar essa visão, quer seja, a da patologia e do ser patológico serem tratados como crime e criminoso, respectivamente, fato que potencializa o sofrimento e a vitimização policial militar.

Camas separadas

O autor inglês Anthony Giddens (2002) abre um capítulo de sua obra “Modernidade e Identidade” citando um estudo sobre o divórcio²². Sobre esse estudo Giddens (2002) vai apontar os efeitos que um relacionamento pode ter na subjetividade dos indivíduos dependendo de quanto tempo as pessoas passaram juntas (Op.cit., 2002).

Esse estudo e a perspectiva de Giddens sobre o mesmo colaboram para que se possa interpretar o tipo de relacionamento que existe entre policiais militares e a Polícia Militar e como essa relação pode afetar de modo negativo a subjetividade dos mesmos, em especial aqueles que se encontram em situação de vitimização.

Ao ser questionado sobre o que sentia em relação à PM, um entrevistado para essa pesquisa nos disse:

- Eu gosto da PM, eu não amo mais ela como eu amava, mas eu gosto. [...] Eu posso definir assim oh: eu era um apaixonado pela PM. Hoje eu sou um marido que dorme num quarto apartado dela. Só mantenho as aparências. Essa seria a definição, mas é muito maior que isso aí, né? Eu amava a PM, mas hoje eu durmo em camas separadas.

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço).

A fala acima evidencia uma situação de desgaste entre o cabo da PM e a instituição policial, algo que pode afetar sobremaneira sua subjetividade e sua vida pessoal visto que, para muitos policiais, a polícia é vista como uma espécie de sacerdócio. O sacerdócio tal qual seu equivalente dentre os sacramentos cristãos, ou seja, o matrimônio, envolvem segundo o imaginário religioso, elementos como dedicação integral, sentimentos de afeto e noções de identificação e pertencimento àquela instituição ou pessoa. A ideia de “dormir em camas separadas” pode significar o rompimento, o afastamento em relação a instituição ou, ao menos, uma vontade subjetiva de tal, cerceada, entre outros motivos, por questões objetivas como o impedimento institucional do policial em se afastar para tratar de problemas de saúde ou mesmo o fato de muitos policiais se encontrarem relativamente próximos à aposentadoria e não quererem correr o risco de perdas de garantias e direitos trabalhistas, além de questões subjetivas. Quando questionado sobre o porquê de não se afastar da Polícia Militar em definitivo, um dos entrevistados disse:

²² Judith Wallerstein e Sandra Blakeslee, *Second Chances*, Londres, Bantam, 1989.

- Hoje eu não posso sair porque faltam 4, 5 anos pra mim aposentar. Eu tenho uma família. Que profissão que eu tenho? Fala qual é minha profissão. Você sabe? Eu não sei. Matador? Ferramenta do Estado? Policial Militar? O que eu sou? Eu não tenho profissão. Eu não posso sair da polícia, mas eu posso conter os meus ânimos e não fazer mal pra ninguém. Mas se você falar pra mim: seu filho vai ser policial? Nunca nessa vida. Nunca. Porque eu não quero que ele passe pelo que eu passei.

Depois de 25 anos eu não posso jogar tudo fora e desamparar minha família, tenho que continuar aí, de maneira correta, até o finalzinho...

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço).

Nota-se na sua fala, para além das questões materiais, um questionamento quanto ao que ele mesmo é, um questionamento quanto a sua profissão, chegando mesmo a alegar não possuir uma, mesmo depois de 25 anos de vínculo empregatício com a Polícia Militar. Aparece, então, mais uma espécie de vitimização: a de sua identidade.

Segundo as reflexões de Giddens (2002) acerca do divórcio, os envolvidos na relação devem passar por um tempo de luto, um tempo que “[...] deriva da perda dos prazeres e experiências compartilhados, somado ao necessário abandono das esperanças investidas na relação” (Op.cit., 2002, p.17) para que assim se possa “[...] “retomar o controle de si próprio” (Op.cit., 2002, p.18). Segundo o autor,

Quem consegue se “descolar” de seu conjugue anterior enfrenta a tarefa de estabelecer um “novo sentido do eu”, um “novo sentimento de identidade”. Num casamento longo, o sentido de identidade de cada indivíduo se torna unido ao da outra pessoa e, de fato, ao próprio casamento. Depois da ruptura do casamento, cada pessoa deve “retroceder à sua experiência prévia e encontrar outras imagens e raízes de independência, para ser capaz de viver só e enfrentar a segunda chance que o divórcio oferece”.

Isto posto, o afastamento dos policiais vitimizados de alguma forma é de extrema necessidade e importância para que um novo sentido do “eu” ou mesmo a recuperação quanto aos traumas e abalos especialmente emocionais e psíquicos possam ser sanados. A manutenção do policial vitimizado, seja no âmbito da saúde, seja no âmbito de sua subjetividade, no interior das fileiras militares produz “[...] a prolongação dos sentimentos feridos, às vezes levando ao desespero e a um colapso” (Op.cit., 2002, p.17). Tal desespero e colapso podem resultar, em última instância na perda de vidas, seja de um policial que se suicida, seja de um civil vitimado pela ação descoordenada de um policial militar armado inapto a exercer a função de polícia ostensiva. Tal afastamento, no

entanto, é muitas vezes dificultado pela própria instituição e pelo governo do Estado, cujo o qual importa “ter número na rua”, segundo o relato dado por um PM para essa pesquisa.

O poder público estatal constitui-se, portanto, como um dos principais responsáveis pela ineficiência e ineficácia na administração dos conflitos sociais que se desenvolvem na contemporaneidade. Volta-se, então, àquilo que foi discutido no capítulo anterior: o pouco valor que as vidas assumem na democracia brasileira tal qual ela se desenha na contemporaneidade. A vida de policiais militares, em especial os praças, aparentemente é de pouco valor assim como as vidas dos civis que podem ser ceifadas por ações de policiais inaptos a executar o trabalho de patrulhamento ostensivo das ruas.

Atribuir a responsabilidade sobre o caos e a falência da segurança pública atuais é uma tarefa um tanto quanto complicada a qual não cabe e nem é o objetivo maior desse trabalho. Busca-se com esta reflexão, explorar um universo ainda pouco discutido pela literatura sociológica acerca da Polícia Militar, o do risco e da vitimização policial militar que contribui para elencar o Brasil entre os países cujas taxas de vitimização letal em decorrência de causas violentas ocupam uma posição delicada, enfraquecendo o processo de consolidação de uma ordem democrática tentada desde 1988.

Diretoria de saúde e ações preventivas ao suicídio na PMESP

Ao longo deste capítulo, foram apresentadas situações e cenários que são tidos pelos praças da Polícia Militar, em especial os de São Paulo, como circunstâncias em que a vitimização ocorre. Dá-se destaque aos trabalhadores desta unidade da federação pelo fato de terem sido eles que forneceram a maior parte das entrevistas presentes nessa pesquisa. No entanto, já foi ressaltado que essa é uma problemática nacional e não somente regional. Ao tratar desta temática – a vitimização e a possibilidade de suicídio entre esses profissionais – faz-se necessário citar aqui a existência de programas institucionais da Polícia Militar paulista de prevenção ao comportamento suicida e acompanhamento psicológico destinado a seus profissionais para além do papel que as instituições religiosas desempenham nesse sentido.

Tomando por base o relatório elaborado pela FGV sob autoria de Seiji Uchida (2007) podemos observar a existência de algumas políticas institucionais desenvolvidas no interior das OPMs (Organizações Policiais Militares) ora sob tutela da Corregedoria da PM ora sob tutela da Diretoria de Saúde (DS).

No que diz respeito à Corregedoria da PMESP, sua função primordial se consiste em

[...] assegurar a disciplina e a apuração das infrações penais na Corporação, fornecendo amplos poderes ao Corregedor para a consecução do objetivo maior de oferecer à população um serviço de segurança de excelente qualidade. Ainda, e com orgulho, são mantidas as investigações para a apuração de casos em que o policial militar é vítima, para a satisfação dos anseios de justiça, da corporação e da família daquele que tomba em serviço ou em razão dele (UCHIDA, 2007, p.92).

Portanto, cabe a essa instituição o papel tanto de averiguar e investigar possíveis excessos cometidos por policiais militares no exercício de sua função como também atuar na elucidação de casos em que PMs sejam vitimados em decorrência do trabalho. Para tal, a estrutura da Corregedoria é dividida em três departamentos: Documentação e Triagem; Homicídios - PM Vítimas; e Patrulhamento Disciplinar Ostensivo (PDO) (Idem, op. cit., p.94). Desses três o que mais interessa é o segundo: “Homicídios – PM Vítimas”. Este departamento, segundo o autor do relatório,

atua nos casos em que há policiais perseguidos ou ameaçados e indica como o policial deve agir nas imediações de sua residência ou em ocorrências fora do horário de serviço, por exemplo. Dá respaldo para a família e o suporte necessário para preservar a integridade do policial. Além disso, essa equipe atua quando há morte de policiais militares. Nestes casos, a Corregedoria realiza investigações e atua em conjunto com a Polícia Civil naquilo que for necessário para desvendar o crime. Trata-se de um trabalho extremamente sigiloso e interno, com policiais à paisana e bastante controlados (Idem, Ibidem, p.94).

Já no que diz respeito à atuação da DS, existem algumas ações específicas voltadas para policiais que apresentam transtornos psíquicos oriundos da profissão ou mesmo para a família daqueles que chegaram ao ato extremo do suicídio.

Tais ações passam a ser pensadas no mesmo contexto já citado neste capítulo: a década de 1990, momento de grande tensão no interior da PMESP devido a atuação da mesma no Carandiru, em 1992 e, em especial, na Favela Naval, em 1998, além do alto número de mortes causadas e sofridas por agentes dessa instituição.

Dessa forma, na década de 1990 o CASJ – Centro de Assistência Social e Jurídica – órgão interno da PMESP, passou a pensar políticas que pudessem influir de modo a reduzir as estatísticas referentes a mortalidade de policiais militares. Vale ressaltar que “[...] Em seu início, tanto o corpo de psicólogos (em termos numéricos) quanto o espaço físico para se realizar um atendimento psicológico adequado à demanda interna eram insuficientes” (SEIJI, 2007, p.95). E, ao que parece,

essa insuficiência na estrutura de apoio psicológico aos policiais militares segue, ainda hoje, precária:

- Um amigo percebeu. Inclusive ele já morreu. Ele era cabo da polícia, também. Ele falou pra mim: ‘viu, você não tá legal’ [...] Ele fez um documento mandando pro setor de psiquiatria da Polícia Militar. Isso foi em 2007. Nesse setor da psiquiatria a psicóloga me chamou, aí eu entrei na sala e já comecei a chorar e ela me recomendou fazer um curso de 20 e alguns dias, 20 e poucos dias... nesse curso é o núcleo de apoio psicossocial da Polícia Militar. E eu fiz esse curso mais de uma vez. De segunda a sexta-feira e tal, a gente vai lá, faz dinâmica em grupo e tal. Num primeiro momento, deu uma amenizada, tal. Mas as coisas foram, dentro da polícia, foram acontecendo... e foi se tornando crônico esse problema, a minha ansiedade, a minha depressão, a minha angústia... Aí fui procurar ajuda dentro da polícia, no setor de psiquiatria dentro da polícia.

*Num primeiro momento ele me deu 70 dias em casa. Ele disse: ‘olha, você não tá bem, fica 70 dias lá e depois a gente volta no médico da polícia. Aí ele disse assim: ‘olha, procura um tratamento com uma psiquiatra lá na sua cidade, porque eu não tenho condições de cuidar de você mês a mês. Estamos aqui em SP e você tá em * **Eu não tenho condições de cuidar de você.** Cuida da sua psiquiatra, encontra uma psiquiatra profissional lá pra te ajudar. E foi isso que eu fiz.*

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

Apesar da falta de estrutura adequada do setor psicossocial da PMESP, entre as ações por ele desenvolvidas, Seiji destaca o PVH – Programa de Valorização Humana – criado entre 1999 e 2000 durante a gestão de Mário Covas (PSDB) no governo de São Paulo. A partir da elaboração do PVH, surge o PPMS – Programa de Prevenção de Manifestações Suicidas. O PPMS se consistia na emissão de avaliações e relatórios nas unidades de polícia solicitadas pelos respectivos comandantes que o faziam de acordo com a necessidade que sentiam em avaliar seus subordinados. Os relatórios serviam como “parâmetros para o comandante guiar suas ações administrativas a fim de suavizar os problemas da unidade” (SEIJI, 2007, p.96). [...] “No ano de 2004, quando o PPMS foi implementado, o número caiu para 17 suicídios, equivalente a 9 por 100.000 habitantes. [...] no interior, onde não havia qualquer programa expressivo e focado nessa questão, os casos de suicídio aumentaram”. (Idem, Ibidem, p.98).

O PAAPM – Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar -, implementado em 2005, tinha como objetivo “agir preventivamente em favor do restabelecimento da saúde mental, visando o reequilíbrio psico-emocional do PM, bem como otimizar o desenvolvimento pessoal e consequente uso produtivo de suas potencialidades” (Idem, op cit., p.100). Esse programa era

destinado à policiais militar que passassem pelo chamado EPT – Evento Potencialmente Traumático – tal como resistência seguida de morte, resistência seguida de lesões corporais, disparo de arma de fogo ou acidente de trânsito com vítimas. O PAAPM visava promover a perfeita interação do policial militar com a sociedade, enaltecendo valores ligados à vida, à integridade física e à dignidade humana.

O último programa institucional citado por Seiji é o PPI – Programa de Preparação para a Inatividade. Iniciado no ano de 2003, este era destinado à PMs, tanto praças quanto oficiais, que estavam na iminência de irem para a reserva. Segundo o autor (Ibidem, p.103), a necessidade de um programa dessa natureza encontrava-se no fato de que

Um policial militar que faz uma carreira típica fica no mínimo trinta anos em uma instituição bastante fechada e de características ímpares na sociedade moderna – como a disciplina e hierarquia militares. Além disso, durante estes trinta anos, no mínimo, o policial tem a vivência da profissão de maneira integral no seu dia-a-dia. Por estas peculiaridades, os profissionais do CASJ começaram a dar atenção à clara dificuldade encontrada por qualquer policial em se desligar da vida de policial militar.

Dessa forma, pode-se aferir que o PPI tinha como objetivo central preparar o PM para sua reinserção na comunidade como civil devido a intensa modificação na rotina diária do mesmo. Considerou-se necessário, então, a existência de um programa que o preparasse para a inatividade devido a possíveis patologias que ele pudesse desenvolver em função justamente dessa reviravolta em sua vida, dessa nova “troca de mundos”.

No que diz respeito à Corregedoria, apesar da sua preocupação institucional em apurar casos em que policiais são vítimas na tentativa de fazer justiça e mostrar ao trabalhador da corporação que a Corregedoria não atua somente como órgão punitivo, a visão que os PMs tem a seu respeito não é das melhores. A Corregedoria é vista pelos policiais como sendo uma instituição onde não há bom senso nem sensibilidade, uma instituição que os pune constantemente, porém, os pune por motivos internos, os pune por coisas que a Corregedoria considera como fora dos valores ou tradições, fora dos padrões da Polícia Militar, pune somente quando o policial infringe regras do regimento interno da PM: atrasos, desvios de função, farda suja, etc. (SEIJI, 2007). Não se observa na fala de PMs a atuação da Corregedoria no que diz respeito à investigação de crimes cometidos contra esses profissionais e no auxílio prestados aos mesmos e a seus familiares. Esse órgão da PM é tido como de caráter exclusivamente punitivo. Isso é problemático pois desgasta o dia a dia de trabalho do

policial, elevando seu estresse, seu descontentamento e refletindo isso no trabalho dele na rua e na sua saúde mental. A consequência disso é a violência, seja a violência direcionada à sociedade civil seja a violência auto infringida.

No que se refere aos programas desenvolvidas pela DS da PMESP, é interessante notar que nenhum dos policiais que entrevistados para essa pesquisa citaram qualquer um desses programas. No trabalho de Seiji as referências a esses programas são feitas sempre no tempo pretérito “o PPMS **tinha** o objetivo”, “o PAAPM **era** um programa”, etc. Quando questionado a respeito da continuidade de tais programas, um ex-policial me disse:

- A PM sempre vai inovar em busca de prêmios de gestão e qualidade. Toda e qualquer iniciativa pioneira de direitos humanos e sociabilidade são implantadas experimentalmente na PM. Nenhuma delas sobrevive, porque todas conflitam com o regimento interno. Direito é uma expressão proibida ao bom policial, é uma renúncia consciente.

(Marco Ferreira, ex-presidente da APPMARESP).

Pelo relato acima, é possível perceber que os programas supracitados não existem mais. É importante a fala de Marco Ferreira no sentido de trazer à luz da discussão o fato de que tais ações da PM, na sua perspectiva, visam somente a conquista de prêmios de gestão, não havendo uma preocupação mais incisiva no que diz respeito à saúde mental e emocional de seus profissionais visto que qualquer iniciativa que se relacione à questão dos direitos dos policiais conflita com o regulamento interno da corporação policial (algo que discutiremos com mais afinco no quarto capítulo deste trabalho). A negação de direitos constitui-se, também, como fonte de vitimização policial uma vez que estes se veem como subcidadãos, como indivíduos diferenciados do civil comum.

Para encerrar a presente seção deste trabalho, vale ressaltar que não é plenamente possível estabelecer um marco temporal exato a respeito do início dos problemas referentes à vitimização e ao sofrimento policial. Parece-nos, na verdade, que este problema é inerente às corporações militares. Neste trabalho a maior parte dos dados oriundos de entrevistas que trouxemos são referentes à São Paulo, no entanto, este é um problema de abrangência nacional²³. E, a despeito do

²³ Para a realização desta pesquisa foram consultados trabalhos da área das ciências humanas e da área da saúde que abordavam, cada uma a seu modo, o problema do adoecimento e da vitimização policial tanto entre praças quanto entre oficiais em vários Estados brasileiros. Alguns trabalhos que tivemos contato mas que não foram citados nessa

grau de amplitude que essa questão alcança, aliada às consequências dela resultantes, nos parece que as instituições estatais encarregadas da segurança pública, tanto a nível nacional como a nível regional – SENASP, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministérios Públicos e Secretarias Estaduais de Segurança pública – não possuem um plano estratégico para lidar com a questão do sofrimento e da vitimização policial com a seriedade e profundidade que este demanda, colaborando para um perverso ciclo que opõe policiais de “categorias” diferentes, estigmatiza e prejudica a vida de vários trabalhadores da segurança pública e de quem lhes é próximo; prejudica a sociedade civil que, ao necessitar dos serviços de segurança pública, pode encontrar profissionais sem condições psicológicas adequadas para o trabalho, algo que influencia na sua capacidade de pensar, de tomar decisões rápidas e de administrar de modo minimamente satisfatório os conflitos que se desenvolvem no seio das relações sociais. A violência perpetua-se em meio a sociedade civil e em meio aos círculos militares com a convivência das organizações estatais.

pesquisa são os de Ferreira (2009) sobre policiais em Recife (PE), Spode e Merlo (2006) sobre os capitães da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e Souza (2016) sobre profissionais da segurança pública no Estado do Ceará.

CAPÍTULO III

- CONDIÇÕES DE TRABALHO E COMPORTAMENTO POLICIAL -

I. CONDIÇÕES MATERIAIS OU OBJETIVAS

Na madrugada do dia 29 de janeiro de 2017, Douglas Jesus de Oliveira, soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) transmitiu ao vivo, via redes sociais, seu suicídio. O policial militar estava lotado no 24º Batalhão Policial Militar na região de Queimados, na cidade do Rio de Janeiro. O soldado tinha seis anos de serviços prestados à corporação²⁴.

O caso de suicídio do soldado Douglas é paradigmático para darmos continuidade a esse trabalho de análise sobre o sofrimento decorrente da profissão policial militar que, em muitas vezes, culmina com o ato de tirar a própria vida. Isto devido a todo contexto e a todas as variáveis que permearam seu ato. De acordo com matéria veiculada na página da ABAMF²⁵, os motivos listados por amigos e familiares do soldado para o suicídio são: 1) a morte da avó – pessoa que o criou e com quem morava; 2) instabilidade na relação conjugal; 3) transferência de local de trabalho; 4) salários atrasados; 5) excesso de “bicos”; 6) depressão. Como foi possível verificar nas matérias veiculadas pela imprensa virtual, o soldado já reclamava, via redes sociais, de algumas dessas questões, principalmente o atraso no pagamento do soldo como é possível ver na imagem abaixo. O soldado PM Douglas cometeu suicídio no dia 29 de janeiro.

A imagem a seguir mostra que o soldado utilizou uma rede social para explicitar a situação de atrasos no pagamento do salário do décimo terceiro, sua preocupação com contas a pagar e cobrando Pezão (Luiz Fernando Pezão), atual governador do Estado do Rio de Janeiro, eleito em 2014 pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro – pela situação.

²⁴ < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pm-do-rj-transmite-suicidio-ao-vivo-em-redes-sociais.ghtml> > Acesso em: 29/01/2017.

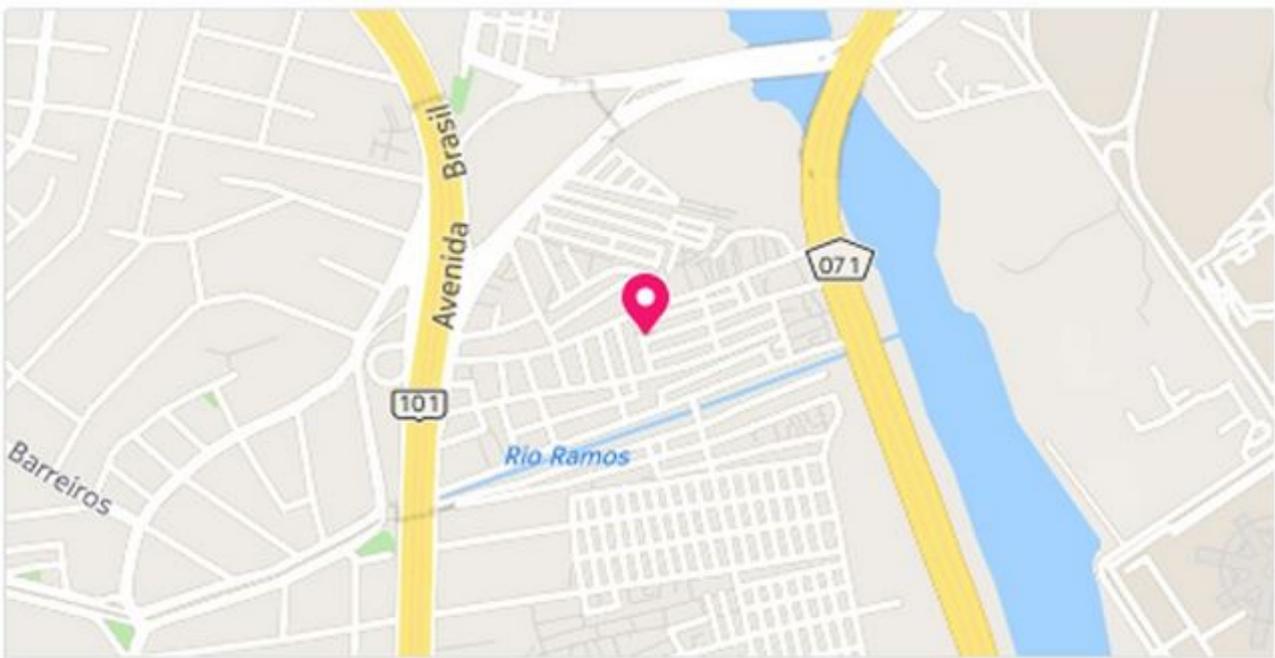
²⁵ < <http://abamf.org/2017/01/rj-mudanca-de-batalhao-e-excesso-de-bicos-agravaram-quadro-de-pm-que-transmitiu-suicidio-ao-vivo/> > Acesso em: 27/02/2017.



Douglas Vieira em Tribunal de Justiça.

11 de janeiro às 07:48 · Rio de Janeiro ·

Eu preciso recebeer 💰 ... As minhas contas 📄 vão vencer PEZÃO... eu já não tiro mais o POG nem SEGURANÇA 🚒...o 13• me dá onda 🌊 e o SALÁRIO 📄 na conta me dá onda 🌊 você me pagando PEZÃO me dá onda 🌊 que saudade 😍 do SALÁRIO 📄 na conta eu quero receber fazer oq Pagar as contas!!! 😂😂😂



(Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pm-do-rj-transmite-suicidio-ao-vivo-em-redes-sociais.ghtml>)

Os elementos envolvidos no ato do policial militar iam desde patologias psíquicas que o acometiam até situações delicadas vividas em sua vida pessoal, passando também por condicionantes ligadas às condições objetivas e subjetivas de trabalho. Ou seja, o rol de vitimização a que o policial estava submetido – considerando os escritos do capítulo anterior – era extenso e complexo. E o caso de Douglas não é um caso isolado ou uma exceção entre os profissionais da base da segurança pública do país, em especial os praças das polícias militares. Alguns movimentos grevistas ocorreram entre policiais militares de outros estados do Brasil ao longo da década de 1990, como no caso de Minas Gerais, em 1997 (SÁ, SALES e NETO, 2015), Ceará, em 2012 e, mais recentemente, no Espírito Santo, em 2017. Salvando-se as particularidades de cada

mobilização, todas elas tinham em comum um elemento: a busca por melhores condições objetivas de trabalho, como mudanças nas jornadas de trabalho e aumento dos salários. Esse tipo de problema não é exclusividade da Polícia Militar de uma unidade da federação específica e nem de um momento histórico específico, mas são pautas que permanecem como reivindicação dessa classe de trabalhadores e trabalhadoras ao menos desde a década de 1990. Dessa forma, alguns pontos tem que ser por nós abordados no que se refere a variáveis que envolvem o universo material do trabalho policial militar e como o policial militar, em si, está inserido nesse mundo.

Nesse sentido, o primeiro elemento acerca do universo de trabalho desses profissionais da segurança pública que podemos elencar aqui diz respeito aos motivos para a entrada na carreira policial militar. São, essencialmente, dois: em primeiro lugar, é possível apontar questões que tem relação com mundo do trabalho propriamente dito, ou seja, são questões de ordem objetiva, de ordem material. Segundo um ex-policial militar e hoje integrante do Corpo de Bombeiros Militar que conversou comigo, as pessoas que procuram a carreira policial atualmente o fazem por motivos pragmáticos como a estabilidade oferecida pelo serviço público. Segundo ele, “*não é mais como antes, não tem mais amor à farda. Primeiro era por amor, hoje é pelo serviço público*”. Ao acessarmos uma página na web sobre concursos públicos para carreira policial, pudemos observar um texto cujo título era “6 motivos para ser policial”²⁶. Dentre os seis, três motivos faziam referência direta a questões pragmáticas (estabilidade, salário garantido e serviço público). Não se pretende aqui engessar a questão e atribuir única e exclusivamente à escolha pela carreira policial os motivos acima listados, contudo não se pode ignorar que tais questões exercem grande influência sobre a decisão dos indivíduos que optam pela profissão.

Desde o surgimento das primeiras forças de segurança ligadas à burocracia estatal brasileira, ainda no século XIX, os indivíduos recrutados para compor os grupos de policiamento, cujo objetivo girava em torno de realizar o controle e manutenção da ordem social por meio do uso da força física, são oriundos de segmentos sociais menos favorecidos socioeconomicamente. Ao reportar-se às origens sociais dos praças da Polícia Militar, Muniz (1999, p.55) vai afirmar que

[...] Os homens armados encarregados de fazer valer a autoridade pública saíam daqueles segmentos populares percebidos como insurretos e indolentes. Os “pobres sem padrão”, os ex-escravos, os descendentes de escravos, os mestiços, os artesãos e os biscateiros engrossavam as fileiras dos meios de força.

²⁶ < <http://concursopolicial.com.br/6-motivos-para-ser-policial/> > Acesso em: 1/3/2017.

Sobre a origem social dos praças, em tempos atuais, Major Olímpio, deputado federal pelo Partido Solidariedade, em entrevista à *Ponte Jornalismo*²⁷, relatou que “os jovens policiais estão desesperados, que sentem-se abandonados pelo Estado e que a guerra diária nas periferias [*entre policiais e moradores dessas regiões*] é uma guerra entre pessoas da mesma origem social”. Assim, se na origem das forças de segurança e controle social brasileiras, indivíduos desprovidos de posses materiais significativas eram aqueles que eram encarregados do trabalho de patrulhamento das ruas, podemos observar, a partir da fala do Major, que essa característica se mantém.

Se pensarmos, portanto, em termos práticos ou nos aspectos materiais da vida, a possibilidade de seguir carreira na Polícia Militar pode, ao menos num primeiro momento, representar para esses segmentos menos favorecidos da população, uma possibilidade de melhoria das condições de subsistência ou mesmo de ascensão social devido a elementos como a carreira pública e a estabilidade no emprego que a profissão oferece. Tais características podem ocupar um lugar de demasiada importância no imaginário desses indivíduos, ainda mais se pensarmos o contexto atual do mundo do trabalho, um contexto de reestruturação produtiva, de flexibilização das leis e garantias trabalhistas e de uma exigência cada vez maior por qualificação de mão de obra (ALVES, 2005).

Não é a intenção homogeneizar a classe dos praças da Polícia Militar por meio de um estabelecimento determinista quanto às suas origens sociais e motivações para a escolha por essa carreira profissional. Somente no Estado de São Paulo, cujo efetivo da Polícia Militar é o maior do Brasil, existem, segundo o 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2014, cerca de 80.729 praças. São milhares de pessoas, milhares de origens, vivências e subjetividades. Não nos é possível, ao menos dentro dos limites dessa pesquisa, cravar motivações e interesses totalizantes que permeiam as vidas desses profissionais. O que pretendemos é mostrar que dentre outras razões ou motivações, as que se referem a uma perspectiva material e objetiva de vida podem influenciar na decisão de ingressar e seguir a carreira da caserna.

Isto posto, ao falar sobre as questões objetivas que permeiam o cotidiano dessa classe de profissionais, pude observar ao longo da pesquisa o fato de que, apesar da estabilidade proporcionada pela carreira pública, grande é o número de adversidades por eles encontradas para que possam executar seu trabalho com alguma qualidade. Na introdução deste trabalho já foram

²⁷ < <http://ponte.org/os-jovens-policiais-estao-desesperados/> > Acesso em: 2/8/2014.

citados alguns fatores, elencados pelos próprios policiais, como sendo dificultadores da realização do seu trabalho, podendo ser interpretados, então, como elementos de um processo de precarização da atividade policial. Dentre eles está a questão salarial que ocupa lugar central na insatisfação dos policiais em relação a profissão e relaciona-se ao sofrimento e a tensão com gênese no trabalho e vivenciadas pelos praças.

Se os indivíduos que ocupam as mais baixas patentes da Polícia Militar tendem a ser oriundos de grupos sociais com acesso limitado aos bens materiais e imateriais produzidos pelo trabalho coletivo, a estabilidade oferecida pelo emprego público, por si só, pode não ser capaz de contrabalancear de maneira eficaz os baixos salários a que os policiais militares alegam estar submetidos (BRASIL, 2012, p.59). Esse fato acaba fazendo com que as jornadas de trabalho, alvo de constantes críticas por parte dos policiais militares devido a sua extensão e desregulamentação (MINAYO, 2008), seja intensificada pela necessidade de realização de “bicos”, geralmente trabalhos como seguranças particulares realizados por policiais militares quando estão em seus horários de folga. Essa é uma realidade extremamente comum no meio policial militar: - “*Eu não conheço um policial que seja honesto e que não faça bico*”, afirmou Marco Ferreira, ex-cabo da PMESP, que nos concedeu uma entrevista ao longo dessa pesquisa.

Assim, “a folga do policial militar não significa descanso, pois o percentual dos que trabalham em outra atividade – quase sempre em empresas e em serviços de segurança – é muito elevado” (MINAYO, 2008, p.197). Tem-se, então, uma realidade objetiva em que há prolongamento de uma jornada de trabalho já extensa – policiais militares trabalham, geralmente, numa escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso – e, por consequência, a elevação do cansaço físico e mental, visto que essas horas destinadas ao descanso são ocupadas por outras atividades trabalhistas com vistas à complementação de renda. Vale lembrar que o excesso de bicos estava entre as causas apontadas para o suicídio do soldado Douglas da PMERJ, cujo caso citamos na abertura deste capítulo.

A questão econômica, portanto, tem grande influência negativa na vida dos policiais militares. E, se num primeiro momento, há no ingressante da carreira policial militar uma expectativa de melhoria das condições objetivas de vida, isso logo pode ser desfeito devido aos baixos rendimentos pagos aos praças. Isso pode ser verificado a partir do que Fernandes (2014) vai apontar. Ao analisar a violência e o processo de gestão da ordem social na região de Furnas-Tremembé, periferia da zona norte de São Paulo, processo esse realizado pelas forças de segurança estatais, essencialmente a

Polícia Militar, o autor vai afirmar que uma das razões que tornam o trabalho do policial militar daquela região tenso é o fato de que, muitas vezes, “os policiais residem nos bairros onde trabalham” (Fernandes, 2014, p.66). Essa informação nos permite aferir que ao menos uma parcela significativa dos praças, aqueles que são “encarregados de fazer valer a autoridade pública”, como já dizia Muniz (1999), continuam residindo em áreas periféricas do espaço urbano.

Outros elementos característicos do trabalho precarizado aparentam ser corriqueiros no cotidiano dos policiais militares da base da hierarquia, como o fato de usarem armamentos defasados ou com defeito²⁸ ou a falta de coletes balísticos²⁹, materiais básicos do exercício da profissão policial. Como aponta Minayo (2008, p.127), “boa parte deles [PMs] é unânime em admitir que as condições materiais, técnicas e ambientais não permitem o desenvolvimento adequado de sua atividade. [...] há um forte grau de insatisfação”.

A intensificação da jornada de trabalho é uma realidade, não só entre policiais, mas entre a classe trabalhadora de modo geral, e tem sido apontada por alguns(mas) autores(as) (MINAYO, 2008; MIRANDA e GUIMARÃES, 2016; PEREIRA, 2010; SOUZA, 2016) como um dos principais fatores geradores de sofrimento e/ou patologias relacionadas ao trabalho. Luciano Pereira (2010), por exemplo, ao analisar o mundo do trabalho estruturado pelo pós-fordismo e pelo que ele chama de “mobilização total” (2010, p.13) e a relação deste com o sofrimento social, vai apontar que

[...] o lugar central do sofrimento social em nossa sociedade, que tem sido apontado por pesquisadores de diferentes matizes, está relacionado com o trabalho. [...] Tomando como parâmetro os últimos trinta anos [...] em diversos setores, o trabalho está sob ritmo, velocidade e pressão mais intensos (PEREIRA, 2010, p.12)

Essa intensificação do ritmo, velocidade e pressão no trabalho é realidade também nas polícias militares. Ao falar sobre a jornada de trabalho de um policial militar, além da estrutura e dos serviços prestados pelo COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar (190) – um cabo da

²⁸ < <https://www.youtube.com/watch?v=m6PXi4Vpl8Q> > Armas com defeito. Acesso em: 31/03/2016.

A página web “Vítimas da Taurus” reúne uma série de reportagens e vídeos que delatam casos em que as armas da marca Taurus, usada pelas polícias militares do Brasil, apresentam falhas. Essa questão é de suma importância visto que, no Brasil, a empresa Taurus tem o monopólio do fornecimento de armas de fogo para as polícias militares. < <https://vitasdataurus.com/> >

²⁹ Sobre a falta de coletes balísticos: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1725900-pms-fazem-rodizio-de-coletes-a-prova-de-bala-na-periferia-de-sao-paulo.shtml> > Acesso em: 17/01/2016.

Polícia Militar de São Paulo relatou um pouco de sua experiência como profissional da segurança pública. O relato é um pouco extenso, contudo, ilustra muito bem as questões acima mencionadas:

- Jornada de trabalho não é regulamentada. É exaustiva. Hoje, por exemplo, no COPOM, quem trabalha no setor de despacho... eu posso dizer pra você, porque eu trabalhei nesse setor aí, tive grandes dificuldades. Me estressou, eu não aguentei. Pedi pra sair. Depois de 25 anos na polícia.

Hoje o policial trabalha 12 horas atendendo ocorrência, 600, 700 chamadas em 12 horas, onde ele trabalha uma hora e meia e descansa quinze minutos. Uma hora e meia você recebendo a cada um, dois minutos você recebendo uma carga de problemas de pessoas que você não conhece e você tendo imediatamente que acalmá-las e enviar viaturas. Isso aí é de um peso tão grande pro policial, tão grande, que eu, particularmente, não aguentei. Sai de lá. Parece simples... Se fosse uma hora e meia por trinta minutos não dá, não dá pra você se desconectar daquela hora e meia de informações maciças e perturbadoras que você recebe. Pode ter certeza disso aí.

Se você sentar do lado do atendimento 190 e você ficar conectado ouvindo o que ele tá falando durante uma hora e meia, você vai ver que é insuportável. Imagina 12 horas seguidas. E não é um atendimento a cada uma hora, é um a cada minuto. O policial tem no máximo três minutos pra atender a ocorrência. No telefone. Pegar os dados, todas as informações possíveis, encaminhar. É impossível.

Viu? Não dá. Pra você acalmar um cidadão pelo telefone, uma esposa que foi agredida, você demora quase um minuto pra você tentar acalmar e consiga buscar o mínimo de informações. Agora você imagina você receber 700 ligações... Você sai destruído.

- Isso o senhor sozinho?

- São várias baias, cada um fica numa baia. Tanto é que essa noite, ontem mesmo, um policial do COPOM infartou. Infartou! Sofreu um infarto! No meio do serviço! (Não faleceu).

- Essa quantidade de PMs que trabalham no COPOM é suficiente para a quantidade de denúncias?

- Não. Vou dar um exemplo, vou dizer pra você em números: quando eu iniciei meu trabalho lá eram 15 pessoas atendendo ocorrência e aproximadamente 18 cidades. Hoje são 25 cidades pra 5. Então de 15 caiu pra 5, e de 18 cidades, foi pra 25 cidades. 24 horas por dia. O policial fica 12 horas fazendo isso.

- Quais os tipos de ocorrência?

- Desde o trote até um assassinato. Esse leque... são todas. Brigas de marido e mulher, denúncia de tráfico de entorpecente, problemas de gestantes... crianças engasgadas.

[...]

Os policiais acabam salvando 5, 6 vidas por dia só pelo telefone. Você entendeu como é importantíssimo o telefone? É a porta de entrada, é o cartão de visitas da PM e ela mesmo assim consegue arrebentar o que é mais importante que é o recebimento das informações com qualidade.

É uma estrutura. [...] no geral eu posso dizer que é essa pegada.

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço).

A intensificação do trabalho pode ser vista no relato acima sob o prisma da multiplicidade de tipos de ocorrências que os policiais militares enfrentam no dia a dia só pelo telefone além da redução de efetivo destinado aos serviços do COPOM. São inúmeras ocorrências diferentes num intervalo de tempo muito curto e poucos trabalhadores para a execução das primeiras medidas no atendimento de ocorrências que podem variar muito na sua complexidade, o que pode limitar o raio de ação do policial ao mesmo tempo em que não permite o descanso mental do mesmo, resultando em grande estresse e desgaste físico e mental. A mão de obra policial que atende no COPOM é, ao que parece, extraordinariamente explorada.

Muniz (1999) já aludia à questão da multiplicidade de ocorrências que os policiais militares tem que atender além da questão de as polícias militares estarem “[...] constrangidas a acompanhar [...] as reinscrições e os desafios propostos pela multiplicidade de atores que constroem o cenário político-urbano” (Idem, op.cit., p.34-35), ou seja, da quase obrigatoriedade que essas instituições possuem de estarem atentas às transformações que ocorrem no cenário das conflitos sociais e de se adaptarem a elas, de estarem atentas justamente a essa amplitude de formas que os conflitos podem assumir.

Contudo, com base no relato sobre a estrutura do COPOM e com base no “*Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências*”, realizado pela SENASP e pelo Ministério da Justiça, em 2012, que aponta como uma das principais reclamações dos policiais militares de todas as unidades da federação a falta de cursos de capacitação continuada e curso de formação inadequado (BRASIL, 2012, p.61), pode-se depreender que pouca coisa tem sido feita pela instituição policial militar e pelas instituições por ela responsáveis no sentido de preparar de maneira adequada seus profissionais e no sentido de lhes dar condições de trabalho que sejam condizentes com as tarefas que devem executar no seu dia a dia. As condições de trabalho não permitem também aos PMs se “adequarem aos caprichos e às críticas de suas mais diferenciadas clientelas” (MUNIZ, 1999). O próprio bombeiro militar com o qual conversei alegou que um dos motivos de ter se transferido da PM para o Corpo de Bombeiros foi o fato de que ali são oferecidos mais cursos de capacitação e formação continuada.

Se a instituição policial militar apresenta dificuldades em adequar-se às variadas modalidades de conflitos que tem que mediar e de responderem de maneira satisfatória às críticas oriundas tanto da sociedade civil quanto do poder público, resultado disso pode ser a continuidade das críticas direcionadas aos seus profissionais e, por conseguinte, uma intensificação do desgaste do

trabalhador, especialmente o desgaste mental. Observa-se um processo em que se intensifica o trabalho e se precarizam as condições materiais para realizá-lo, o que pode resultar em sofrimento, como é possível aferir no relato que trouxemos acima, seja o sofrimento físico que causa um infarto, seja o sofrimento psíquico de “não aguentar a pressão”. Segundo Minayo (2008, p.129),

[...] O trabalho mal remunerado, sem reconhecimento e sem perspectivas de crescimento profissional leva ao baixo desempenho no cumprimento das tarefas, o que se reflete na insatisfação da população. Esse subconjunto de temas aferidos negativamente [...] traz como consequência um sentimento de frustração muito forte, que tem impacto sobre a saúde física e emocional dos policiais.

Um segundo elemento que pode ser apontado como mote de ingresso na profissão policial tem a ver com questões referentes à subjetividade. Já foi citado no primeiro capítulo o fato de haver policiais que optam por essa carreira devido à adrenalina que ela pode ser capaz de proporcionar, devido ao gosto pessoal pelo enfrentamento, pelo risco. Para além disso, ingressar na Polícia Militar pode ter como motivação o *ideal* de tornar-se uma espécie de herói, de combater o crime, de defender a sociedade. Segundo um policial militar que conversou conosco,

- [...] *num primeiro momento eu entrei achando que a polícia seria uma coisa maravilhosa, eu ia defender a sociedade, eu ia mudar o mundo, eu ia ajudar as pessoas e depois, quando a gente está nela, a gente se envolve por esse aparato que ela tem que é viatura, que é helicóptero, que é os parceiros e mais viaturas e armamentos... isso vai seduzindo a gente. A gente vai entrando nesse universo achando que nós podemos tudo.*

(Cabo PMESP, 20 anos de serviço).

Uma vez que apontamos acima como as questões de ordem objetiva relacionadas ao trabalho podem ser fonte de sofrimento, é importante agora apontar para algumas questões referentes ao âmbito do sofrimento com raiz na subjetividade. Se as condições materiais e ambientais de trabalho contribuem para a quebra das expectativas com relação as atividades que os policiais tem que desempenhar e com a profissão policial, de maneira geral, as condições imateriais ou subjetivas de trabalho a que esses profissionais estão submetidos também devem ser levadas em consideração. Dedico especial atenção sobre dois aspectos referentes a essa ordem de sofrimento: a ideia do policial como super-herói e questões referentes a vigilância constante que as instituições que compõem o campo da segurança pública inferem sobre os policiais, em especial os praças.

II. CONDIÇÕES IMATERIAIS OU SUBJETIVAS

Existe um tipo de discurso amplamente difundido entre os mais variados segmentos sociais, tais como os meios de comunicação (virtuais, televisivos ou impressos), tais como órgãos estatais (governo executivo, secretarias de segurança ou a própria instituição policial militar), ou mesmo a sociedade civil, que busca enaltecer a figura do policial militar por meio da caracterização do mesmo como herói, como super-herói. Um cabo da ativa da Polícia Militar de Santa Catarina, ao nos falar sobre essa questão, disse:

- [...] se vende uma ideia de que o soldado, o cabo, o sargento, o policial, ele é um herói. Se vende essa ideia, e essa ideia se vende a partir de uma lógica. Qual? É muito fácil pras autoridades políticas, por exemplo, dizer que o fulano de tal é super herói e que morreu sendo um herói da comunidade porque a partir dessa lógica do herói o Estado não precisa fazer a sua parte de dar condições de trabalho, um salário decente. E isso é importante porque a sociedade aceita esse discurso, os próprios policiais aceitam esse discurso de que somos heróis. O herói é o herói. Ele não morre. Só que na prática isso não acontece. Assim como o herói pode trabalhar 25, 30 horas por dia porque ele é um herói. E herói pode tudo. Então isso se vende pra sociedade e as autoridades também fazem questão de vender isso e aí, como outro lado, não dão as condições como um tratamento psicológico pra uma eventual troca de tiros, as condições de um colete, etc. Então, isso é importante.

(Cabo PMSC, 24 anos de serviços).

Esse tipo de discurso apresenta uma série de problemas, tanto para a sociedade civil como para o próprio policial. É um tipo de discurso que, em primeiro lugar, cria um relativo distanciamento entre as autoridades estatais e sua responsabilidade pela gestão, estrutura e organização da segurança pública, mais especificamente, da sua responsabilidade para com os profissionais que atuam na área da segurança. Esse tipo de discurso, quando parte de indivíduos vinculados à esfera da política institucional (parlamentares ligados à bancada da bala, gestores de órgãos vinculados à segurança pública e o próprio poder executivo estadual) ou ainda do Alto-Comando da PM, age de modo a ativar mecanismos que obscurecem a relação que existe entre a vitimização de policiais militares brasileiros e a letalidade de suas ações com as opções feitas pelo poder público em relação às estratégias de administração de conflitos. No caso da vitimização policial que leva ao adoecimento, a causa disso, como já vimos, estaria vinculada à fraqueza

individual do policial que adoece. Quando o profissional *tomba em serviço*, atribui-se sua morte única e exclusivamente à criminalidade. Diz-se que o policial foi herói, que estava defendendo a sociedade, lhe são prestadas algumas homenagens e ponto. Não se fala a respeito das condições estruturais de trabalho, não se questiona o modelo de policiamento e segurança pública, não se questiona a quantidade de mortes entre trabalhadores de uma segurança pública que opera pautada por princípios anacrônicos, oriundos da ditadura civil-militar³⁰. Em relação à letalidade policial, essa se justifica ou se legitima por meio dos maniqueísmos rasos que permeiam o campo da segurança pública e parte do pensamento social comum.

De maneira geral, o discurso do policial herói age de modo a personalizar as questões da segurança pública na figura do policial militar, seja sua atuação que resulta em mortes de “suspeitos”, seja nos casos em que ele é que é a vítima, isentando, de certa maneira, os gestores da área da responsabilidade para com os efeitos negativos que as estratégias de administração de conflitos adotadas, em especial a militarizada (MACEDO, 2015; LIMA et. al., 2015), trazem.

O discurso do policial herói significa também, de certa forma, uma tentativa de ativar em sua subjetividade valores amplamente difundidos pela instituição militar e interiorizados por esses profissionais como por exemplo a força, a coragem, a honra e a virilidade, etc. São valores disseminados já no processo de formação desses profissionais e que perpassam toda sua carreira. Visem a adesão total da subjetividade do indivíduo aos valores militaristas, visam a imersão total do indivíduo no universo castrense com o objetivo de se exercer poder, controle e vigilância sobre seus corpos e suas subjetividades.

Não é correto pensar, entretanto, que este tipo de ideia é aceita por todos os policiais militares de maneira unívoca. Existe, no entanto, uma ampla parcela de indivíduos que discordam desse tipo de pensamento, fato que se torna evidente visto os resultados obtidos por pesquisas realizadas pela

³⁰ Maria Pia Guerra, em sua obra, “*Polícia e Ditadura. Arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988*”, publicada em 2016, discorre sobre transformações ocorridas na segurança pública brasileira a partir da instauração da ditadura civil-militar de 1964. A autora fala, em especial, sobre como a gestão e estruturação segurança pública passou a ser cada vez mais centralizada pelo governo federal ao mesmo tempo em que abria espaço para uma maior autonomia das unidades da federação na gestão das polícias, desde que essa autonomia não ferisse as determinações vindas do executivo nacional por meio de decretos-lei como, por exemplo, o decreto 317/67 que vinculou as instituições policiais ao Exército ou o decreto-lei 667/69 que intensificou a militarização das polícias e deu a Polícia Militar a exclusividade do patrulhamento ostensivo das ruas. A autora afirma, ainda, que com a redemocratização e a Constituição de 1998, nada foi alterado no que se refere a arquitetura institucional da segurança pública.

SENASP, pelo Ministério da Justiça e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública³¹ e mesmo pelos relatos obtidos por meio de praças da Polícia Militar ao longo dessa pesquisa.

Quando esse tipo de pensamento não é aceito por toda essa classe de profissionais, um segundo tipo de problema pode aparecer. Seria a possibilidade de haver uma espécie de estranhamento, de conflito moral entre indivíduos que integram uma instituição cujo um dos pilares da sociabilidade está no chamado “espírito militar” que, segundo Castro (2004, p.49-50), “[...] compreende o conjunto de características que conformam a personalidade do indivíduo ao meio militar [...] como o entusiasmo profissional, lealdade, discrição, disciplina, apresentação e camaradagem”, ou no chamado “*esprit de corp*” que, segundo Muniz (1999, p.97),

[...] apresenta-se como um ingrediente indispensável à subjetividade policial militar. O perigo e os riscos vividos – e, em parcelas significativas dos casos, idealizados de forma extremamente romantizada – são compartilhados tão somente com os pares, favorecendo a elaboração de fortes sentimentos de união e cumplicidade.

A partir das duas conceitualizações podemos observar que traço marcante da personalidade e subjetividade militares está em valores como a “camaradagem”, a “união” e “cumplicidade”. Há uma disciplina no curso de formação de praças chamada “ordem unida” cujo objetivo é o ensinamento de princípios de coletividade (Minayo, 2008). Assim, se a ideia de “super-herói” não é interiorizada por todos os policiais, esse aspecto fundamental da sociabilidade militar, quer seja, a irmandade, pode ser afetada e, conseqüentemente, o ambiente de trabalho pode tornar-se um local hostil e marcado pela frustração e pela estigmatização visto que a união e a cumplicidade entre colegas de farda ficam fragilizadas, sendo substituída por uma visão repreensiva ou desconfiada de seus pares.

Se um policial doente pode ser visto como um *outsider*, segundo Howard Becker (2009), um policial que não interiorize esse discurso de super-herói também o pode, visto que esses podem apresentar um tipo de comportamento desviante em relação a norma estabelecida pelos *empreendedores morais*³² do campo da segurança pública.

³¹ Pesquisas já citadas ao longo deste trabalho, como por exemplo, “Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da Segurança Pública”, publicada pelo FBSP e pela FGV, no ano de 2014 e a pesquisa “Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública: estudo profissiográfico e mapeamento de competências”, realizada pelo Ministério da Justiça e pela SENASP e publicada em 2012.

Ainda é possível pensar sob uma outra chave de interpretação essa questão da difusão de um discurso de “heroicização” dos policiais militares oriundo do alto escalão da instituição policial ou de agentes do poder público – como os parlamentares da *bancada da bala*, por exemplo - e que relaciona-se com a constituição de uma condição subjetiva de trabalho desfavorável aos praças.

Considerando que o meio ambiente policial é permeado pela difusão contínua de uma série de valores morais que pregam - como já vimos ao longo dessa dissertação - atitudes sexistas, o enfrentamento físico da criminalidade, a exposição ao risco e a depreciação dos policiais que fogem a esses modelos de comportamento, podemos observar que o processo de construção da subjetividade militar³³ funciona, também, de modo a desenvolver nos policiais militares aquilo que é definido por Pereira (2010) como *mobilização total*, que significa uma nova forma de controle social em relação ao mundo do trabalho. Para além da hierarquia e da disciplina, elementos basilares da sociabilidade militar e que servem a disciplinarização dos corpos (Foucault, 1987), o conceito de *mobilização total*, de acordo com Pereira (2010, p.13), envolve um espectro em que

[...] Não se vende apenas a força de trabalho física ou intelectual, vende-se a alma.
[...] A mobilização total é uma nova forma de controle social, cuja face discursiva é caracterizada pela convocação do indivíduo, mas de uma forma que apela por sua autonomia. Em outras palavras, as novas formas de controle social conclamam os sujeitos à autonomia para obter, contudo, a mobilização total do trabalhador e do consumidor.

A mobilização total seria, portanto, uma forma de evocar manifestações de força e coragem no dia a dia de trabalho de um policial militar a despeito dos riscos que estão correndo ao fazê-lo. O policial deve demonstrar capacidade de resolução de conflitos e nunca demonstrar fraqueza e, caso venha a perder a vida em decorrência do trabalho, isso deve ser visto como uma forma de

³² Em sua obra, “*Outsiders: estudos de sociologia do desvio*” (2009), Howard Becker vai discorrer sobre como padrões de comportamento são impostos aos indivíduos que compõe determinados grupos ou espaços sociais por meio de uma estrutura de dominação edificada sobre um conjunto de mecanismos de controle dos indivíduos; mecanismos de sujeição postos em prática por determinados indivíduos que ocupam determinadas posições de autoridade na ordem social e desta maneira impõem suas regras, sua moralidade sobre o restante do corpo social e, mais do que isso, atribuem categorias de depreciação àqueles que não se sujeitam a essas moralidades.

³³ Fábio Gomes França (2015), ao remeter ao processo de construção da subjetividade policial militar, vai aludir à percepção de Castro (2004) sobre o “‘espírito militar’, o qual propicia a subjetivação dos alunos de modo que eles passam a se sentir diferenciados do paisano ou do civil. [...] participam de uma lógica pedagógica que os ensina a incorporar a um novo *habitus* (Bourdieu, 2007), o qual é exteriorizado na figura simbólica do ser militar”.

glorificação, como uma atitude honrosa, digna de um verdadeiro militar, digna de um herói. Fantasia-se uma situação que envolve penosas consequências concretas para a sociedade civil: a elevada taxa de letalidade policial simultaneamente à elevada taxa de vitimização policial, seja esta caracterizada pelo adoecimento ou pela morte. Dessa forma, políticas belicistas e militarizadas de segurança pública são postas em prática atendendo às expectativas dos gestores dessa área e contribuindo para as altas taxas de letalidade, tanto civil quanto policial. As instituições encarregadas do braço armado do Estado sabem como o policial, de modo geral, vai agir porque o policial sabe como agir. Isso porque caso sua atitude, diante de uma ocorrência ou de uma situação de conflito não seja condizente com o código de conduta esperado de um militar, ele ficará marcado de maneira negativa no meio policial, ele será estigmatizado ou mesmo punido administrativamente.

O processo de mobilização total em conjunto com uma instituição estruturada sobre princípios como hierarquia e disciplina, atuam de forma a extrair o máximo possível da capacidade física e mental dos policiais militares, incentivando-os a isso, oferecendo em troca a alcunha de herói. Essa crença desenvolvida por alguns policiais pode levar a um esgotamento físico e mental e, por consequência, a uma situação de vitimização.

- O policial tem dificuldade de aceitar. Não é uma prática que é institucionalizada oficialmente. É uma coisa subjetiva. No dia a dia se diz que o policial é herói, que o policial pode tudo e ele acaba somatizando isso. Ele vai acumulando essa narrativa no dia a dia do seu trabalho, e uma hora ele acaba explodindo.

(Cabo PMSC, 24 anos de serviços).

Por vezes, o processo de mobilização total é tão bem desenvolvido no mundo do trabalho que o(a) trabalhador(a) não é capaz de enxergar ou tem medo de admitir que seus limites físicos e intelectuais já foram extrapolados. No caso da Polícia Militar, quando um(a) trabalhador(a) dá sinais claros de desgaste, representados pelo estresse, pela ansiedade, pela depressão ou outras enfermidades psíquicas, uma das soluções adotadas pelo comando da unidade de policiamento é afastar o profissional em questão. Porém, sua subjetividade está tão comprometida com a lógica da instituição que ele pode vir a enxergar tal medida como sendo uma punição:

- Para aquele policial isso era uma punição. Ele não se sentia doente, ele não se sentia na necessidade de ter um tratamento. Então, isso tem que ser trabalhado de

uma forma que ele compreenda que ele é um ser humano, que ele precisa de um tratamento pra que a gente possa, lá na frente, desenvolver um trabalho de segurança pública muito mais tranquilo.

(Idem).

Com base na conceitualização de Pereira (2010) e no relato acima, conclui-se que o processo de mobilização total – característico do mundo do trabalho contemporâneo – pode ser usado para se interpretar a condição subjetiva de trabalho dos policiais militares e que tem como uma das consequências a *desumanização* do policial. Entre os discursos que estão em disputa pela subjetividade policial, aquele que se refere ao mesmo como *herói*, age de modo a reificá-lo uma vez que heróis não são seres humanos, heróis não adoecem, não fraquejam e estão sempre dispostos, no caso dos policiais militares, a “enfrentar a criminalidade” e “dar a vida pela sociedade”.

Um segundo elemento que pode afetar de maneira negativa a subjetividade do policial militar é um elemento caro ao mundo do trabalho de modo geral, mas que encontra uma certa centralidade no caso da profissão policial. Está relacionado a *execução de tarefas que, em muitos casos, atentam contra a ética e a moral pessoal dos indivíduos policiais militares*. A centralidade desse aspecto em relação ao trabalho da Polícia Militar advém do fato de que poucas profissões lidam, cotidianamente, com situações tão delicadas e complexas quanto a violência e a vida humana. Ao longo da pesquisa bibliográfica e de campo foi possível perceber que os componentes “vida” e “morte” afetam de maneira excessiva a subjetividade policial. Sobre isso, um cabo da PMESP disse:

- Matar é a essência da polícia. Quando o policial sai à rua numa viatura policial, infelizmente, a noite, principalmente, o policial sai pensando que vai fazer justiça na sociedade, ele traz pra si a responsabilidade de fazer justiça porque o judiciário não dá a resposta que a população quer. A população quer sangue. A população quer uma resposta rápida. Quer que o ladrão tenha medo.

O policial aceita como a coisa mais lógica a se fazer. Então o policial ele sai a noite pra caçar. Num vou falar que é 100%. Mas a grande maioria, assim, ela tá preparada pra noite pra mandar nego pra vala, matar, matar. [...] O ser humano não foi feito pra matar. Eu matei, matei dois jovens de 17 e 15 anos.

[...]

Mas o ser humano não foi feito pra matar. Isso eu vejo hoje. Você pensa que eu não penso nessas duas crianças de 15 e 17 anos? Porque são crianças movidas pelo consumismo, pela gana de ter o que não pode, os pais são pobres, e acabam se envolvendo com o tráfico que o é dinheiro fácil.

[...]

Você acha que eu me sinto bem sabendo que eu matei duas pessoas?

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço).

Nota-se no relato acima que o policial em questão não considera humano o ato de matar, notamos que ele não se sente bem com o fato de ter matado dois adolescentes, ainda que, segundo a história que contou, tenha matado em legítima defesa. “*Tanto é que não fui condenado, o promotor já pediu arquivamento do meu caso*”, disse ele. O ato de matar é elemento considerado como desencadeador de patologias psíquicas pelo fato de, em muitos casos, entrar em conflito com a moral e a ética pessoal do policial. Outro exemplo sobre o agir contra valores e princípios pessoais está no seguinte relato dado por um cabo da Polícia Militar de Santa Catarina:

- Cara, a pior coisa pra mim, enquanto policial, é fazer uma reintegração de posse, por exemplo, de um terreno que tá abandonado, com 10 anos de imposto atrasado e que aí uma comunidade ou um grupo de pessoas que não tem onde morar acabam invadindo. Aí vai lá o cara que é um bem aquinhoado, entra com uma ação na justiça e a polícia é obrigada a ir lá tirar aquelas pessoas todas em nome disso, sabe? Isso é horrível de se fazer, eu me sinto muito mal. Agora, se eu não fizer, eu posso ser preso, eu posso ser processado, eu respondo por desobediência. Então o Estado utiliza-se dessa questão hierárquica, militar e usa as polícias pra fazer a sua política neoliberal. Isso acontece todos os dias.

Do primeiro relato, pode-se extrair, em especial, a questão de o policial afirmar que o fato de a “população querer sangue” em função das respostas não dadas pelo Judiciário aos problemas de segurança pública, contribui sobremaneira para que o policial assuma a categorização de herói, deixando de ser um agente de repressão para personalizar a justiça e executá-la, segundo seus próprios parâmetros. Uma das principais consequências disso relaciona-se às altas taxas de letalidade policial do Brasil, que ocupam o primeiro lugar no ranking mundial e, por consequência, fazem dos policiais militares alvos de constantes críticas por parte de segmentos da sociedade civil. Tem-se um paradoxo entre a figura do policial herói e do policial homicida: ao mesmo tempo em que há, de um lado, apoio de parte da sociedade civil para com a ação letal da polícia quando direcionada, especialmente, entre a população negra e periférica, de outro lado existem as críticas em relação a isso e o baixo reconhecimento social pelo trabalho policial, assim como no nível de confiança na instituição.

O segundo relato apresenta a percepção que o policial tem em relação a problemas de desigualdade social quando tem que atuar em uma ação de reintegração de posse e como isso afeta sua subjetividade. Quando o indivíduo inserido no mundo do trabalho é forçado a agir contra seus princípios, cria-se, então “um intenso sofrimento” (LANCMAN e UCHIDA, 2003, p.82),

potencializado pela influência negativa que a falta de reconhecimento pelo trabalho possui sobre a subjetividade do trabalhador. Segundo Dejours (*apud* Lancman e Uchida, 2003, p. 85), “o que o sujeito procura fazer reconhecido é o seu *fazer* e não seu ser (...) Somente depois de ter reconhecida a qualidade do meu trabalho é que posso, em um momento posterior, repatriar esse reconhecimento para o registro da identidade”.

O ato de tirar uma vida ou de expulsar pessoas sem moradia do local por elas ocupado pode gerar críticas da sociedade e não condizer com os princípios éticos e morais do trabalhador da Polícia Militar. Ele próprio pode não reconhecer o seu *fazer*, fato que gera a perda de sentido e significação de seu trabalho, além de uma obscuridade em relação ao próprio reconhecimento enquanto indivíduo. Há uma situação de alienação do trabalho. Como diz Pereira, (2010, p.49),

Além do estado de mobilização permanente em que está submetido, o trabalhador não encontra mais reconhecimento. Com isso, o trabalho perde seu sentido e deixa de ser um mediador na relação entre o eu e o social. Sem essa mediação e o reconhecimento a ela relacionado, há um campo aberto para a descompensação psíquica que na maioria das vezes se manifesta na forma de um sofrimento depressivo.

Dentro do quadro das condições subjetivas de trabalho como fatores precarizadores da atividade policial, outro elemento importante de ser considerado aqui é a vigilância e o controle das mentes e dos corpos que as instituições estatais operam sobre as organizações policiais, em especial sobre os praças da Polícia Militar. Não é raro, por exemplo, ouvir desses indivíduos ou de associações de classe que os representam no âmbito jurídico, reclamações que remetem à perseguições e/ou opressão por parte dos oficiais com relação aos policiais de mais baixa patente.

Segundo Muniz (1999), ainda durante o século XIX, “[...] a lealdade e a confiança esperadas dos meios de força – sobretudo os militares – se tornaram uma fonte de interrogações e de constante preocupação para os que compunham o Estado e pretendiam se manter no poder” (Idem, *op.cit.*, p.51). Segundo a autora, a origem social dos praças aliada a uma necessidade de tirá-los de seu meio social de origem para que passassem a policiá-lo suscitou na burocracia estatal do século XIX uma “dupla exigência operacional: a polícia deveria policiar a sociedade e ser policiada pelo estado com eficácia”. O meio encontrado pelos gestores do estado brasileiro à época e que se mantém até os tempos atuais foi a militarização das forças de segurança.

No século XIX os responsáveis pela conservação da ordem e controle social deveriam, eles mesmos, estar sob controle estatal para que pudessem manter “os capoeiras, os estrangeiros, os negros forros e os portugueses de pouca posse, como objetos de normatização” (MUNIZ, 1999). Hoje os indivíduos alvo dessa normatização aplicada pelas forças de segurança são representados pelos grupos sociais estigmatizados pela chamada *sujeição criminal*, conceito desenvolvido por Michel Misse (1995, p.204) e que remete a “[...] um processo social pelo qual se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa não só é verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade”. Esse estigma de *sujeito criminoso* é lançado, via de regra, sobre a população negra, pobre e moradora das periferias das grandes cidades. São esses os corpos a serem vigiados e mantidos em seu lugar pelas forças policiais estatais que, por sua vez, estão mantidas sob o controle das instituições estatais por meio de mecanismos caros ao militarismo como a hierarquia e a disciplina extrema dos corpos (FOUCAULT, 1987).

Sobre o controle dos corpos, Michel Foucault (Idem, p.163), nos diz que

[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas entretanto são novas nessas técnicas (a partir do século XVIII). A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo.

A militarização cumpre bem o papel de se manter as forças policiais sob controle em função de realizar a conformação das subjetividades dos indivíduos que compõem essas forças policiais a uma subjetividade unívoca: a militar. “O soldado tornou-se algo que se fabrica”, afirmou Michel Foucault em “*Vigiar e Punir*”³⁴. Essa fabricação ou conformação dos corpos e das subjetividades militares se dá em meio a um processo de socialização secundária a que os policiais são submetidos logo que ingressam na instituição policial e traz consigo, como dois valores fundamentais para além daqueles já discutidos nesse texto, a *disciplina* e a *hierarquia*.

A um processo educacional baseado na severidade, na dor e no sofrimento (FRANÇA, 2014a; 2014b; 2015; CANETTI, 2013; ADORNO, 1995) soma-se um ambiente de socialização secundária

³⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Historia da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p.117-142.

onde o respeito à hierarquia se consiste num dos maiores valores a serem incorporados pelo militar. Tendo como base esse valor, a principal lição aprendida é a do cumprimento estrito do dever que na prática se traduz em uma obediência quase cega e inquestionável à autoridade (SOUZA, 2013). A hierarquia, segundo Minayo (2008, p. 89),

[...] é o princípio fundamental da divisão do trabalho dessa corporação, expressando-se em papéis, tarefas e status que determinam condutas e estruturam relações de comando-subordinação. É também a base sobre a qual se reatualizam, cotidianamente, sinais de respeito, honras, cerimoniais e rituais de ordem e de disciplina.

Já a disciplina é configurada, segundo Foucault (1987, p.164), por “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. O autor francês nos lembra que essa disciplinarização dos corpos teve início na sociedade industrial com o objetivo de habilitar os corpos à execução de tarefas prescritas, ou seja, surge em meio ao universo das novas relações de produção econômica que estão se estruturando naquele momento. A disciplinarização dos corpos encontra uma de suas gêneses no mundo do trabalho e os regulamentos militares são os mais evidentes modelos dessa disciplinarização (Minayo, 2008) com vistas ao desenvolvimento de um mecanismo que torna o corpo do militar ou do trabalhador, “tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 1987).

A rígida hierarquização de posições existente e ensinada no interior da corporação militar e a disciplinarização dos corpos resulta numa estrutura organizacional que ativa dispositivos que desumanizam o militar, uma vez que a demarcação irreduzível e seriada de posições, lugares e funções restringe a ação autônoma do trabalhador da base da segurança pública em face a exigência da mesma que o caráter do trabalho de policiamento das ruas e manutenção da ordem lhe impõe. Canetti (2013) descreverá o oficial da seguinte forma:

[...] posição passiva, sempre a espera de ordens dos seus superiores. Sendo, porém, toda a ação precedida por uma ordem, sua expectativa volta-se para esta última; o soldado encontra-se num estado consciente de expectativa da ordem. Isso demonstra o estado de repressão dos seus sentimentos habituais a que é submetido. [...] o momento vital na existência de um militar é o da posição atenta diante do superior. (CANETTI *apud* SOUZA, 2013, p.60)

Com base na citação acima, podemos interpretar que o(a) policial militar é educado não com vistas ao estímulo e desenvolvimento da autonomia e de habilidades próprias que sejam adequadas à resolução dos mais variados tipos de conflitos que a sociedade pode apresentar. O propósito da educação militar é o de evocar, dentre tantos aspectos da subjetividade humana, a capacidade de obediência, de viver uma vida profissional baseada no cumprimento de ordens dos superiores restringindo as possibilidades de tomada de decisão rápida, independente e que esteja dentro da margem dos padrões da legalidade. Dessa forma,

A subjetividade dos trabalhadores é reafirmada pela necessidade de seu controle para que aquilo que foi traçado seja rigorosamente cumprido. Dito de outro modo, sua importância é reconhecida pelo avesso, ou seja, para evitar ao máximo a possibilidade dos trabalhadores criarem obstáculos e desvios na produção. Logo, quanto mais se desce na hierarquia da empresa, menor vai ser a possibilidade de expressão de seus pensamentos e desejos na condução das atividades. (LANCMAN e UCHIDA, 2003, p.79).

A sólida demarcação dos corpos e das mentes policiais contribuem para a insatisfação com relação ao trabalho que “[...] é também uma ação, mas dependendo de como está organizado, ele impede o indivíduo de pensar a racionalidade dessa ação, o que gera, ao mesmo tempo, uma limitação na capacidade de se pensar. (Idem, 2003, p.87).

Essa vigilância que a burocracia estatal opera sobre os praças da Polícia Militar se dá na forma como a instituição policial se organiza hoje em dia: a divisão da classe policial militar entre *praças* e *oficiais*. Tomando como referência a fala de um praça da PMESP, os oficiais são considerados como sendo policiais “*pró-estado*”:

- *“Vou fazer tudo pelo estado. Vou seguir as regras, sempre (100%) o que é mandado pelo comando da polícia, vai ser desse jeito”. É assim porque é a única maneira de manter policiais bons ou maus. É sobre uma regra muita dura que é desnecessária.*

(Cabo PMESP, 25 anos de serviço).

O capítulo anterior traz relatos de situações vividas por um praça da PM paulista que ele considera ser perseguição devido ao seu estado de saúde e aos “problemas” que ele causa à instituição em decorrência do mesmo. Outros relatos que obtivemos evidenciam algumas situações de conflito entre oficiais e praças quando estes agem de modo a ser encarado pelos oficiais

superiores como desrespeitoso ou como quebra de hierarquia, ou mesmo por uma questão de status. Tive conhecimento da história de um cabo da PMESP que foi alvo de retaliações por parte do comando da mesma, segundo um de meus entrevistados, pelo fato de estar sendo convidado pelas Forças Armadas para dar palestras sobre cinoterapia³⁵. Segundo o relato que nos foi dado, os constantes convites feitos ao cabo da PMESP, nas suas palavras,

- despertou inveja dos comandantes. Por quê? Porque o Alto-Comando das Forças Armadas tava requisitando ele pra dar palestras. E numa dessas palestras que ele foi, o coronel comandante do Batalhão tava na condição de convidado e ele na condição de palestrante. Era no horário de folga dele, não tinha vínculo nenhum com o trabalho, porque você não aprende isso na polícia. O treinamento que ele aprendeu foi fora da polícia. E daí ele foi como palestrante. O coronel se ofendeu por ele ser convidado do Rotary e ele palestrante. E o coronel chamou ele e disse que não era mais pra ele fazer essa atividade.

O policial em questão, segundo o relato, passou a sofrer perseguições por parte do comando da PMESP, pois, mesmo com a proibição do comando da PMESP, continuou a dar suas palestras, respaldado pelas próprias Forças Armadas. Assim, ele tornou-se um “problema” para o comando da PMESP e foi aberto um Conselho de Disciplina³⁶ para ele *“porque quando eles [comando da polícia] não conseguem lidar com o problema, se eu for um problema, se ele for um problema, por exemplo: se essa entrevista vazar, ele se torna um problema. Então eles vão fazer o que pra ele? Vão abrir um CD pra ele, um Conselho de Disciplina”*. O policial em questão acabou por ser inocentado do processo aberto contra ele pelo comando da PMESP, contudo, ao ser acusado publicamente de ter roubado um cão do canil da Polícia Militar, as doações que recebia de entidades privadas para financiamento de sua ONG que desenvolvia os trabalhos relacionados a cinoterapia foi cortado. Segundo nosso interlocutor, hoje esse cabo da PMESP *“está sob efeito de medicação, trabalhando sob efeito de medicação, trabalhando interno. Não consegue ir pra rua por conta do trauma”*.

³⁵ Cinoterapia é uma terapia realizada com o auxílio de cães. Cinoterapia é muito utilizada como terapia para crianças com problemas psicológicos, problemas de relacionamento social ou afetividade (por exemplo, [autismo](#)) ou [distúrbios de aprendizagem](#). Fonte: < <http://educamais.com/cinoterapia/> >. Acesso em: 7/3/20167.

³⁶ Segundo o Artigo 1º da Lei de nº 6.477 de 1977, o Conselho de Disciplina é destinado a julgar da incapacidade do Aspirante-a-Oficial PM ou BM e das demais praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal com estabilidade assegurada, para permanecerem na ativa, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2008, p.92),

[...] a sanção normatizadora é consoante com a ideia de que para que haja disciplina, é necessário haver um mecanismo penal. [...] O castigo ocorre para reduzir desvios e reafirmar a lei, ao mesmo tempo que visa a explicitar os dois únicos polos possíveis de comportamentos que ressaltam a divisão binária da ordem (normal-anormal) e da repartição coercitiva (quem é, onde deve ficar, como reconhecer e exercer uma vigilância constante).

Essa relação entre oficiais e praças, por vezes problemática, ajuda a criar condições ambientais desfavoráveis ao trabalho do policial militar, refletindo em sua atuação no patrulhamento ostensivo das ruas, atividade que caracteriza a essência do trabalho do praça da Polícia Militar. A conformação e homogeneização das subjetividades, buscadas por meio de dispositivos como a rígida estrutura hierarquizada mantida, por sua vez, por uma forte disciplina, objetivam manter o policial sob constante controle para que suas ações reflitam aquilo que os gestores da segurança pública esperam dele. Em termos relativos ao mundo do trabalho, essa situação pode se configurar como um contexto de desmotivação, de perda de sentido e significado do trabalho, falta de estímulo para a realização das tarefas com qualidade, entre outras coisas:

[...] a disciplina e a dura hierarquia dentro da corporação são fontes também de estresse, pois às praças cabe cumprir ordens que vem de seus superiores sem questioná-las, mesmo quando estão envolvidas em atividades de alto risco. Por sua vez, os oficiais tem de determinar ordens que seriam muito mais efetivas e afetivamente eficazes se pudessem ser discutidas por quem está na ponta, realizando ações. [...] O trabalho do policial militar configura, sem dúvida, um espaço de dominação e submissão do trabalhador, mediante a hierarquia militar, embora o conflito e as brechas de resistência e de expressão de subjetividade continuem sempre existindo. (MINAYO, 2008, p.239).

Dessa forma, o trabalho, visto no momento de ingresso na Polícia Militar como fonte de satisfação moral, perde essa conotação e, aos poucos, vai deixando de fazer sentido para o profissional da segurança pública e pode passar a ser entendido como fator motivador de determinados comportamentos por parte desses profissionais como, por exemplo, o uso exacerbado da força, uma normalidade aparente com relação a operações das quais participa em que direitos humanos são violados sem pudor e também o comportamento suicida.

III. COMPORTAMENTO POLICIAL MILITAR

Em relação ao mundo do trabalho, Lancman & Uchida (2003, p.83) afirmam que “o comportamento deve ser visto como um sintoma, constituído de deslizes e sobreposições de sentido”. Os policiais militares são profissionais que se confrontam diariamente com a sordidez da realidade/sociedade e, em função disso, podem reagir de diferentes formas: aceitação cínica, intenso desajuste, vontade messiânica de transformar o mundo (Bretas & Poncioni, 1999). Além disso, o contato com a crueza da realidade social, permeado por inúmeras situações delicadas pelas quais os policiais passam, como ocorrências que envolvem violência, mortes de adultos e crianças, por exemplo, colaboram para que se construa em sua subjetividade “uma concepção negativa de mundo e em relação à natureza humana” (MINAYO, 2008; BRETAS & PONCIONI, 1999).

Ao longo do trabalho de campo que apareceram um ou outro desses traços nos praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo com que consegui conversar. Quase todos afirmaram sentir profundo desejo e expectativa em servir a sociedade, em “salvar o mundo”, etc., no momento de ingresso na carreira policial militar. Da mesma forma, em boa parte deles esse ideal converteu-se, ao longo da carreira, em frustração com relação à corporação militar e para com a atividade policial em si. Essa frustração aparenta ter duas raízes: as dinâmicas de sociabilidade internas do universo castrense e o próprio contato com a realidade social.

Ao policial militar cabe a administração de conflitos com vistas à manutenção da ordem social observando-se os limites do uso de sua força legal a fim de garantir os direitos do cidadão. Essa tarefa deve ser desenvolvida em um contexto que apresenta altas taxas de criminalidade ao mesmo tempo que apresenta índices insatisfatórios de resolução desses crimes aliado a uma percepção de ineficácia do sistema judiciário (Lima et. al., 2015; FBSP, 2014) mais a falta de reconhecimento social sentida pelo profissional da segurança. Esses elementos, se pensados em conjunto, podem ser o mote desencadeador de um outro aspecto muito presente na subjetividade policial militar, o pessimismo:

[...] ressaltando uma visão pessimista da realidade, muitos policiais falam da hipocrisia social quanto ao cumprimento e da falta de uma educação cívica. Consideram que há uma situação, uma cultura da sociedade que imputa os erros de suas próprias condutas à instituição que quer reprimi-los e corrigi-los (MINAYO, 2008, p.172).

Esse pessimismo, via de regra direcionado à realidade social ou à natureza humana pode se traduzir em um comportamento de desconfiança com relação aos atores sociais que compõem os espaços externos à caserna, em especial indivíduos ou grupos sociais sujeitados criminalmente (Misse, 2014) ou ainda organizações que buscam desenvolver pesquisas científicas voltadas a segurança pública ou a Polícia Militar, mais especificamente.

No dia de realização da primeira entrevista, ao entrar na sala para conversar com um policial militar que se encontrava sob tratamento psiquiátrico, a primeira coisa que ele disse foi: “*você não é da Polícia Militar, né? Não foi a Polícia Militar que mandou você aqui, né?*”. O cabo da PM paulista só ficou convencido e sentiu-se à vontade para conversar conosco após minha comprovação de vínculo com uma universidade e após o aval do então presidente da APPMARESP que fez o intermédio entre eu e o policial. Vale ressaltar que, ao final da entrevista, para assegurar o sigilo em relação à sua identidade, o policial disse: “*Você mora em Araraquara, né? Eu te acho. Se eu precisar, eu te acho*”.

Para além do medo de punições administrativas que podem acometer policiais militares que se propõe a falar sobre o cotidiano por eles vivenciado, Bretas & Poncioni (1999), apontam que essa resistência em fazer circular a informação pode ser oriunda de um medo de se perder parte integrante do que os autores consideram como sendo um capital simbólico de que os policiais militares são providos. Os autores colocam essa questão da circulação das informações trabalhando com o contexto da Polícia Civil do Rio de Janeiro, contudo, pode-se pensar nessa mesma chave para a Polícia Militar. Isso porque é fala relativamente comum entre parte dos policiais militares que, somente quem está inserido no dia a dia policial é que conhece, de fato, a realidade desses profissionais. Unindo-se isso à falta de reconhecimento pelo seu trabalho, sentida por uma parcela significativa dessa classe, temos outra origem para a problemática da negação dos dados: para além do receio de demonstração de fraqueza ou problemas inerentes à segurança pública, existe também esse receio de se perder o capital simbólico.

O pessimismo e a desconfiança podem se manifestar também nas relações intramuros da caserna. As ideias de solidariedade, coletividade e união entre os pares, não só é parte integrante dos valores que norteiam o militarismo como são ensinadas no curso de formação de soldados. Porém, fatores como a intensa competitividade que existe já entre os cadetes³⁷ e que, segundo Castro (2004) é estimulada já no processo de formação policial, além do conservadorismo e da estigmatização dos

³⁷ Designação que se refere a militares em formação.

pares em situação de adoecimento com base em valores sexistas que permeiam o cotidiano policial militar além da podem contribuir para a desestruturação desse elemento. Segundo Dejours (2010), a ausência de solidariedade entre os trabalhadores, de modo geral, tem atuado como um fator de destruição dos elos sociais entre eles e como fatores potencializadores do suicídio. Isso no interior da Polícia Militar ganha uma centralidade ainda maior em função do quão representativa é a ideia de união e coletividade pregada, disseminada no interior da caserna.

Outra característica que observamos ser relativamente comum na fala dos nossos interlocutores é a ocorrência de um discurso que visa uma espécie de partilha da responsabilidade pelos excessos cometidos por policiais militares com a sociedade na qual eles estão inseridos e da qual são originários. “*Não é a polícia que é ruim: é a sociedade que é ruim. A polícia é o espelho da sociedade*”, afirmou um dos entrevistados. Sobre esse comportamento, um cabo da Polícia Militar de Santa Catarina disse:

- Por que um policial é violento? E a gente é violento. Já disse isso várias vezes e sou questionado pela minha categoria porque reconheço isso. Nós somos produto de uma situação. Um policial não é retirado de marte, trazido pra cá e começa a atuar. Ele é retirado do seio da sociedade, que é uma sociedade violenta. E a partir do momento que ele é retirado dessa sociedade violenta, a ele também é inculcido lógicas onde a esquerda é inimiga, direitos humanos é inimigo, bandido bom é bandido morto. E ele somatiza isso pra ele e aí na rua ele desempenha isso. Aí o debate: a culpa é dele, policial? Não, ele é treinado pra isso.

[...]

Agora, não é uma cultura da polícia, é da sociedade. A polícia é produto. E eu não tô protegendo, é tentar compreender esse fenômeno. São 3.500 pessoas que a polícia matou, mas são 500 policiais que morreram. Se for uma cultura de extermínio, ela tá funcionando bem pra todos os lados. Pros policiais e pra sociedade como um todo, a sociedade tá exterminando muita gente também.

Esse comportamento pode ser indicador do desenvolvimento de um mecanismo de defesa, aparentemente coletivo, contra as críticas oriundas da sociedade civil que, quando feitas de maneira superficial, podem de fato responsabilizar única e exclusivamente o policial militar pelas lacunas que a segurança pública brasileira apresenta. Essas lacunas podem envolver desde elementos relacionados à ineficácia e seletividade do sistema judiciário (LIMA et. al., 2015), passando pela desigualdade no acesso à justiça (ZALUAR, 1985; 2007; CALDEIRA & HOLSTON, 1999; LIMA et. al., 2015) e passando, também, pelas ações dos policiais militares que extrapolam os limites constitucionais para o uso da força convertendo-se e gritantes violações dos direitos humanos. Essas

lacunas apresentadas pela segurança pública tem de ser vistas como sendo responsabilidade das políticas desenvolvidas para a área, tem de ser atribuídas mais aos gestores desse campo do que aos seus executores.

No entanto, não é raro vermos discursos que pretendem criticar as políticas de segurança pública, amparadas, por sua vez, em um modelo de pensamento que sujeita indivíduos à criminalidade, sendo direcionadas somente aos policiais militares. O policial, como qualquer outro indivíduo, está inserido em uma rede na qual diferentes discursos acerca da violência e da segurança pública disputam legitimidade. Se o PM assimila aquele que atribui demasiada responsabilidade pelas falhas e excessos da segurança pública somente a ele, isto pode resultar em grande frustração profissional e em um comportamento que tende a reproduzir lógicas de pensamento superficiais que criticam a existência e aplicação dos direitos humanos. Em outros casos, PMs tendem a se afastar de partidos políticos ou movimentos sociais ligados à esquerda em função de um distanciamento ou de uma visão parcial que os policiais julgam existir de tais movimentos ou partidos para com eles. Sobre o comportamento de policiais com relação à esquerda, Elisandro Lotin, presidente da ANASPRA, afirmou que:

- A esquerda trata essa questão do policial de forma muito errada. Os direitos humanos também trata. Há uma certa razão dos policiais em defenestrar as esquerdas e os direitos humanos, de modo gera. Claro que isso também é incutido na cabeça deles, mas eles não estão de todo errados na medida em que tanto as esquerdas quanto os direitos humanos veem a questão dos policiais como sendo meros representantes do estado. De fato é, mas tem que ver o policial como um ser humano, como um cidadão. Se nós não tivermos a maturidade, as esquerdas e a população de modo geral, de ver o policial como um cidadão, como um ser humano, nós jamais vamos evoluir na perspectiva de ter uma segurança pública mais moderna, mais atuante, mais democrática. Porque o policial é um cidadão, é um ser humano e se enxerga ele como um robô. É preciso ter apoio das entidades de direitos humanos.

A fala do policial é importante por expor o modo como, ao menos parte do efetivo da Polícia Militar, relaciona-se com a esquerda e com os direitos humanos. Expõe um pouco das categorias de pensamento que estruturam a visão política de mundo dessa classe de profissionais e nos serve para pensarmos, uma vez mais, o papel que nós, pesquisadores da sociologia e de demais áreas do conhecimento temos desempenhado na construção de uma sociedade menos excludente. Evita que

deixemos cair no esquecimento o exercício da autocrítica, tão necessário para que possamos conceber nosso objetivo³⁸.

Alguns autores como Minayo (2008), Bretas (1997) e Reiner (1992) apontam para a existência de uma suposta *cultura policial* que se estruturaria em torno de valores como o pessimismo, o preconceito racial e sexual, a suspeita em relação aos cidadãos e o isolamento em relação às comunidades que atendem, posturas e atitudes contrabalançadas pelo espírito de corpo. Cremos que essa cultura existe e que desenvolve-se em simbiose com a experiência policial, com o *fazer* e o *ser* policial e que, dessa forma, opera de modo a estruturar uma visão de mundo que reverbera nas ações desses indivíduos, tanto no âmbito da profissão como no âmbito da vida pessoal. Assim, se há uma *cultura policial* que estrutura e molda o fazer e o pensar policial, entendemos a situação da profissão do policial militar como um emaranhado de questões políticas e sociais.

Os policiais vivem sob uma organização de estrutura trabalhista que visa a conformação de subjetividades, a padronização do comportamento coletivo a fim de que estejam constantemente sob o controle do poder estatal. Além disso, não podemos deixar de considerar a existência de questões referentes as estruturas de dominação e exploração trabalhista no modo como a segurança pública do Brasil contemporâneo está edificada. O trabalho do policial militar é dotado de longas jornadas de trabalho e baixos salários, além da excessiva exposição ao risco, potencializada por uma política de segurança pública baseada na repressão em detrimento da investigação/inteligência. As oportunidades de um enfrentamento bélico são maximizadas por uma estratégia que abusa das prisões em flagrante e apreensões de drogas e armas, além de motivarem os *forjamentos* de flagrante que, quando descobertos e veiculados na imprensa, podem gerar descrédito sobre a instituição policial e, conseqüentemente sobre seus profissionais. É uma estratégia de segurança que

³⁸ Nesse sentido, algumas ações de cunho progressista e efetivadas por entidades civis e órgãos do governo, já encontram-se em curso a fim de tentar diminuir o distanciamento entre PMs e sociedade civil. Em 2017, no Estado do Rio de Janeiro, o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL) fechou uma parceria entre a ALERJ – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – e a PMERJ para a realização de trabalhos conjuntos no atendimento a parentes de policiais mortos. No Estado de São Paulo temos o *Instituto Sou da Paz* que publica trimestralmente, por meio do “*Boletim Sou da Paz Analisa*” dados referentes à vitimização policial, entre outras estatísticas relacionadas à segurança pública. Há ainda o *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, instituição que congrega profissionais de várias áreas do conhecimento e que, por meio de inúmeras publicações de relatórios e anuários sobre segurança pública, visa contribuir para a constituição de uma segurança pública mais cidadã e democrática, além de contribuir para a desconstrução de uma série de estereótipos que envolvem o mundo policial militar.

não prioriza a vida dos policiais, mas ao contrário, influencia no desenvolvimento de um relativo *embrutecimento* (MIRANDA, 2016) que pode ser lido também como desumanização, além da eclosão de um sentimento de banalização da vida (MINAYO, 2008; MINAYO et. al., 2011), percepções que derivam da experiência rotineira de enfrentamento bélico que resulta, invariavelmente, em mortes tanto de PMs quanto de civis, em especial negros e pobres nas periferias das grandes cidades (SINHORETTO et. al., 2016) vidas ainda mais subvalorizadas por essa estratégia de segurança pública. Vê-se a exploração do trabalho a serviço da perpetuação de um arranjo social que garante privilégios para uns em detrimento da negação de direitos e da vida de outros.

Percebe-se, assim, um conjunto de fatores sociais e discursos que, quando introjetados na subjetividade do trabalhador da segurança pública, causam conflitos que derivam em intenso sofrimento e, por vezes, no suicídio. O praça da Polícia Militar, assim como um grande número de categorias profissionais, representa mão de obra barata e de fácil reposição por parte do poder público devido, entre outras coisas, à estabilidade que o emprego oferece em meio a uma sociedade permeada pela desigualdade socioeconômica e de oportunidades e pela flexibilização das relações trabalhistas. Outro elemento que se deve considerar ao afirmar que os praças da PM são de “fácil reposição” é o da existência de um conjunto de discursos vigentes em nossa sociedade e com grande poder de alcance por meio dos meios de comunicação que enaltecem e incentivam a violência. O Brasil liderar o ranking mundial de homicídios assim como estar entre os lugares em que mais policiais morrem do mundo é extremamente sintomático disso.

Em suma, toda essa estrutura de trabalho a que estão submetidos os e as praças das polícias militares colaboram sobremaneira para o desenvolvimento de um quadro de sofrimento entre essa classe de trabalhadores e trabalhadoras e que lhes proporcionam uma qualidade de vida precária.

CAPÍTULO IV

- POLÍCIA E POLÍTICA: MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS, ASSOCIAÇÕES E BANCADA DA BALA –

I. CICLO DE PROTESTOS DE 1997

O ano de 1997 foi emblemático para a história das polícias militares no Brasil. Quatorze estados brasileiros tiveram movimentos reivindicatórios dessa classe de profissionais. As mobilizações tiveram início no Estado de Minas Gerais e, após vitória do movimento dos militares mineiros, policiais de outras unidades da federação (Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Pará, Paraíba, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro) iniciaram movimentos reivindicatórios.

Em Minas Gerais as mobilizações tiveram início após aumento de salário concedido pelo governo estadual aos oficiais da corporação militar mineira, aumento esse que não englobou os praças da polícia daquele estado. A partir daí eclodiram passeatas, protestos e “reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, flexibilização dos regulamentos e tratamento mais humano por parte dos oficiais” (ALVES, 2013, p.11). O movimento dos policiais mineiros ficou marcado devido a sua relevância para o cenário nacional, seu ineditismo e pela incorporação de elementos caros a manifestações de civis (Idem, op.cit., p.11). Ficou marcado também por outras duas questões: em primeiro lugar, a morte de um cabo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), o cabo Valério, vitimado durante um tiroteio entre os policiais grevistas e a ForLeg (Força da Legalidade)³⁹ num momento em que houve tentativa de invasão do Alto Comando da PMMG por

39

parte dos policiais paredistas (grevistas); e, em segundo lugar, pela principal conquista daquele movimento: a extinção do RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar – substituído pelo chamado CEDM - Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais (ALMEIDA, 2010; ALVES, 2013). Segundo Sargento Rodrigues, da PMMG, em entrevista a Almeida (2010, p.76), “[...] o Código de Ética [...] quebrou um paradigma. Ele rompeu com os abusos dos oficiais. O Código de Ética substituiu o RDPM, que era o pior inimigo dos praças. O RDPM era o AI-5 dos quartéis”. Entre as principais modificações que o Código de Ética trouxe para o dia a dia dos militares mineiros foi a abolição das prisões administrativas (ALMEIDA, 2010, p.76-77).

Os policiais mineiros conseguiram também aumento de salários após aqueles movimentos reivindicatórios que ocorreram ao longo de quase todo o mês de julho de 1997. Essas conquistas não passaram ilesas de punição, no entanto. Ao final do movimento reivindicatório, 186 policiais foram expulsos da corporação e, posteriormente, anistiados de modo incompleto, visto que foram reintegrados ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e não à Polícia Militar, fato que não satisfaz completamente os ex-policiais militares devido, entre outras coisas, a identificação que possuíam com a corporação policial e falta da mesma para com o Corpo de Bombeiros (ALMEIDA, 2010; ALVES, 2013).

Os movimentos reivindicatórios que ocorreram nas outras quatorze unidades da federação apresentaram semelhanças e diferenças em relação ao movimento mineiro. Essas paridades e disparidades referem-se, em primeiro lugar, à nomenclatura dada às mobilizações: em Minas Gerais, por exemplo, os policiais que protestaram relutaram em referir-se ao movimento que estava em andamento como “greve” (ALVES, 2013) apesar da imprensa local assim o qualificar; já nos estados de Alagoas e Ceará, por exemplo, houve declaração clara de greve (ALMEIDA, 2010). Em segundo lugar, há a questão da conquista dos objetivos: o movimento mineiro, se desconsiderarmos as expulsões, sagrou-se vitorioso nas suas reivindicações, assim como em Alagoas. O movimento cearense, por exemplo, já não obteve o mesmo êxito. Foram observadas afinidades e discrepâncias também no que se refere às estratégias de ação usadas pelos militares: em Minas Gerais, assim como na Paraíba as táticas de ação envolveram elementos característicos de manifestações de civis, como passeatas, acampamentos nas ruas, queima de contracheques e distribuição de flores (ALMEIDA, 2010). Já mobilizações como a feita pelos policiais militares paraenses envolveram a utilização de capuzes a fim de esconder a identidade dos policiais manifestantes. Paraíba, Bahia,

Segundo Juliana Alves (2010), a ForLeg – Forças da Legalidade – foi uma força policial composto por militares e cadetes criada com o fim de resguardar prédios públicos como o Palácio da Liberdade que pudessem ser o destino final de passeatas realizadas durante as mobilizações dos policiais militares mineiros.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram movimentos reivindicatórios desarmados; em Alagoas, no Ceará, em Pernambuco e no Pará policiais foram às ruas armados. Rio Grande do Sul, Piauí, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro tiveram mobilizações que foram classificadas como “à margem do ciclo de protestos” (Ibidem, 2010) por serem marcadas ora pelo não desejo de afrontamento com o alto escalão da Polícia Militar, como no Rio Grande do Sul, ora pelas negociações diretas entre governo estadual e representantes dos policiais militares como nos casos de Teresina e Goiânia ou ainda pelo fato de não terem se caracterizado como movimentos reivindicatórios de fato como em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, por exemplo, o presidente da Associação de Cabos e Soldados no ano de 1997, cabo Wilson, articulou negociações diretas com o governador do Estado à época – Mário Covas, do PSDB – pois “não acreditava na greve como forma de pressão” (ALMEIDA, 2010, p.156). Conseguiu o aumento salarial para subtenentes, cabos e soldados. Conseguiu, também, um lugar como deputado estadual nas eleições de 1998, sendo eleito pelo mesmo partido de Covas. No Rio de Janeiro, segundo Juniele Almeida (2010) observaram-se apenas manifestações organizadas pela ASPRA/RJ – Associação dos Praças da Polícia Militar/RJ - em solidariedade ao cabo Valério.

Apesar das heterogeneidades que permearam as manifestações, há dois traços que são comuns a todas elas: a pauta de reivindicação orientada, basicamente, por questões salariais e melhores condições de trabalho e a menção a associações de policiais militares, seja atuando na organização dos policiais manifestantes, seja fazendo o intermédio entre eles e os governos estaduais ou ainda prestando assessoria jurídica aos profissionais da segurança pública em casos de expulsão da corporação ou punições de outros tipos. Juniele Almeida (2010), em sua tese de doutorado acerca dos movimentos reivindicatórios ocorridos no Brasil ao longo do ano de 1997, traz um relato interessante que exemplifica essa última questão, o relato do Cabo Pires, da Polícia Militar da Bahia, onde o policial afirma que a Associação de Cabos e Soldados daquele estado havia se precavido de possíveis expulsões orquestradas pelo Alto Comando da PM. Segundo a autora (p.122), “[...] Em entrevista, Cabo Pires (presidente da Associação em 1997) afirmou que a diretoria da Associação [...] assegurou, em ata, a permanência de possíveis excluídos em cargos na Associação”. Este fato é de grande importância para pensar o papel que as associações de praças da Polícia Militar podem desempenhar no amparo aos profissionais que buscam representar pois, entre outras coisas, cria um mecanismo que minimiza os danos causados por uma expulsão da corporação e o consequente desemprego e que permite ao policial militar, categoria profissional destituída do uso palavra como instrumento político (RANCIÈRE, 1996), manifestar-se.

Houve uma situação muito semelhante ocorrida no estado de Santa Catarina, onze anos após o ciclo de manifestações de policiais militares ocorrido no Brasil. Elisandro Lotin, presidente da ANASPRA – Associação Nacional de Praças – relatou o seguinte episódio:

- Em 2008 nós fizemos uma mobilização policial por reivindicação salarial e nós tivemos 22 policiais expulsos. Nós mudamos nosso estatuto na perspectiva de que um membro da diretoria, ou as pessoas expulsas por conta de reivindicações, a própria entidade pagaria o salário dele enquanto durasse a expulsão. Nós ficamos durante dois anos e meio pagando o salário desses policiais expulsos e depois, na justiça, a gente acabou revertendo e o pessoal voltou.

Não é possível afirmar se a medida adotada em Santa Catarina espelhou-se no ato da Associação de Cabos e Soldados da Bahia. Contudo e independentemente dos catarinenses terem sido ou não inspirados pelos baianos, vemos que uma medida desse cunho tem relativa importância para a manutenção de questões policiais no âmbito da política.

Não é o objetivo desta dissertação realizar uma análise profunda sobre o chamado *ciclo de movimentos reivindicatórios* (Almeida, 2010) ocorridos ao longo do ano de 1997. No entanto, é importante trazer esse tema à tona, ainda que de modo geral, pela pauta da politização das questões policiais. As manifestações ocorridas naquele ano foram de grande importância representativa por terem sido a primeira vez, desde a intensificação da militarização das polícias ainda no regime ditatorial, em que as condições de trabalho e os abusos de oficiais sobre os praças, materializados na ótica dos segundos pela existência do RDPM, foram abertamente expostos à sociedade brasileira e por terem sido, conseqüentemente, a primeira vez em que houve um rompimento da disciplina e da hierarquia visto que o próprio ato de falar é considerado crime militar.

Se naquele momento o conflito de interesses dos praças e dos oficiais, a politização desses dilemas deu-se, majoritariamente, por meio de protestos, atualmente observamos que existem dois campos em disputa pela verdade no que se refere à problematização política das questões que envolvem o policial militar: de um lado temos as associações de praças das polícias militares que, já presentes no ano de 1997, expandiram-se tanto em termos numéricos quanto em termos de rol de possibilidade de ações na defesa dos interesses jurídico-políticos desses profissionais; e, de outro lado, temos a chamada *bancada da bala*, conjunto de parlamentares brasileiros que recebem essa designação por defenderem posturas como manutenção e intensificação do modelo militarizado de segurança pública, flexibilização do estatuto do desarmamento e por terem suas campanhas financiadas por indústrias brasileiras do setor bélico, principalmente a fabricante de armas *Taurus*,

empresa que detém o monopólio do fornecimento de armamentos para as corporações militares brasileiras, e a CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos.

Neste capítulo vou me dedicar a compreender quais os discursos difundidos por cada um desses campos e quais os recursos mobilizados pelas associações de policiais militares e pela bancada da bala para trazerem para a esfera da política a questão do sofrimento e da vitimização policial militar.

II. ASSOCIAÇÕES DE PRAÇAS DAS POLÍCIAS MILITARES

As associações de praças das policiais militares que existem hoje constituem entidades que visam representar os interesses jurídico-políticos dessa classe de profissionais do Brasil. Existem tanto a nível estadual, como a ASPRA – Associação dos Praças da Polícia Militar – tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, por exemplo, e existem também a nível nacional, como a ANASPRA – Associação Nacional dos Praças da Polícia Militar. As associações de praças não são, no entanto, entidades completamente homogêneas no que se refere aos seus objetivos ou à amplitude de influência e congruência de interesses que pretendem alcançar. Nesse sentido, Elisandro Lotin, presidente da ANASPRA, conta que

Existem hoje associações que primam muito pela questão trabalhista mas sem essa visão mais ampla de trabalhar isso com outros sindicatos, com trabalhadores de modo geral, porque acham que tem que defender o meu quinhão primeiro e pronto, sem ter um espaço mais abrangente. [...] Existem associações que primam única e exclusivamente pela lógica de benfeitorias, por exemplo. Existem associações que tem lá o seu clube, sua piscina, que não faz um trabalho sindical mais direto porque acham que isso é uma coisa do comando, então não tem que se meter. Ou o comando acaba intervindo. [...] de modo geral, hoje existe um debate que mescla a questão trabalhista, mas também a partir de uma perspectiva de sociedade mais ampla, de cidadania, de direitos e etc, mas também de deveres.

Desde os movimentos reivindicatórios de 1997 essas associações tem crescido, tanto em quantidade quanto nas suas possibilidades de ação, seja em defesa de policiais militares, seja nos debates sobre segurança pública. Mais uma vez a fala de Lotin ilustra bem a questão:

[...] a partir de 97, começa um boom de associações a nível de Brasil. Os estados começam a criar essas associações que fazem as vezes de um sindicato. A gente não tem o nome de sindicato porque a constituição veda, mas a gente tem uma associação que acaba fazendo as vezes. [...] Aí vai discutir questões de trabalhadores, salários, carreira, condições de trabalho, mas a partir também de uma ótica de vislumbrar uma mudança no modelo de segurança pública. E pra mudar o modelo é preciso mudar também as instituições. As instituições precisam

evoluir nesse processo. Não dá mais pra que um policial ou um bombeiro militar – especificamente a questão dos militares – não possa discutir segurança pública de forma aberta, de forma transparente, de forma cidadã.

O depoimento de Lotin revela um traço que permeia sobremaneira o discurso de policiais militares que tem críticas à corporação e conseguem externá-las de alguma forma, além deste traço ser comum no discurso das próprias associações e também no discurso acadêmico acerca do campo policial: a condição de *subcidadania* a que o militar está submetido. Tal condição seria proveniente, dentre outras coisas, da negação de determinados direitos a essa categoria, o que seria reflexo de uma condição de cidadania diferenciada vivida por esses profissionais. Diferenciada porque pelo fato de serem trabalhadores regidos por um código de conduta militar, o RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar -, uma série de direitos constitucionais lhes é negada. A esse respeito, Lotin disse o seguinte:

*- Nossos regulamentos, a despeito de tudo que foi feito ao longo desses 10, 15 ou 20 anos, manifestações de policiais, greves, inclusive, do ponto de vista jurídico isso ainda é crime militar. Cabe prisão, punição, cabe exclusão. Ainda agora, tu ainda tem policiais, em pleno 2017, que são punidos disciplinarmente e até criminalmente porque expressam opinião. Então, nós temos uma constituição cidadã, mas uma segurança pública que, para os seus trabalhadores, essa constituição ainda não entrou dentro dos quartéis de forma geral. Ainda se veda muito aos policiais e bombeiros a questão da cidadania. Eu sempre tenho dito que nós ainda somos **subcidadãos** [grifo nosso] do ponto de vista da constituição de 88.*

Com base na fala do presidente da ANASPRA pode-se observar que os direitos que são negados a policiais militares remetem à interdição da manifestação de insatisfação para com a organização a que estão vinculados, remetem ao impedimento de externar opinião sobre a Polícia Militar enquanto instituição, sobre política ou sobre segurança pública de modo mais geral, estando esses funcionários públicos sujeitos a punições diversas caso o façam. Recentemente um caso ilustrou bem essa situação: no ano de 2016, o soldado PM João Maria Figueiredo da Silva, membro da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, teve voz de prisão decretada por fazer críticas ao modelo de policiamento em uma rede social. Segundo reportagem do *Portal G1*⁴⁰, o soldado foi punido com 15 dias de privação da liberdade, sentença considerada em consonância com o regulamento disciplinar, segundo o tenente-coronel PM Arthur de Araújo, assessor de comunicação da PM do Rio Grande do Norte à época do acontecido. Embora tais direitos sejam elementares para uma

⁴⁰ (<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/09/comandante-manda-prender-pm-que-usou-rede-social-para-criticar-policia.html>). Acesso em: 6/4/2017.

sociedade que se queira viver sob um arranjo jurídico-político que se pretende democrático, a greve trabalhista ou a liberdade de expressão, por exemplo, são proibidos a essa categoria profissional.

Isso não quer dizer que ao civil, ao indivíduo não militar esses direitos sejam plenamente assegurados na prática. É de conhecimento comum o modo como uma parcela da classe política brasileira tende a agir, historicamente, quando a sociedade civil se mobiliza em atos, passeatas e manifestações de contestação ou reivindicação política: a repressão violenta por meio da própria Polícia Militar.

Como bem colocou Otávio Ianni (2004) a questão social, no Brasil, é questão de polícia. Contudo, ao menos na teoria, é certo que existe essa diferenciação no acesso a determinados direitos entre os civis e os militares, distinção essa que se configura na imposição de uma série de procedimentos com vistas a moldar comportamentos e, assim, manter sob constante vigília e controle uma ampla gama de indivíduos, no caso, os praças da PM. A materialização desses procedimentos encontra-se nos chamados Regulamentos Disciplinares das PMs.

De acordo com Trindade e Porto (2011) em trabalho sobre os códigos de deontologia (deveres) que norteiam o trabalho dos policiais, estes são instrumentos que “determinam os princípios e valores que devem nortear as atitudes e o comportamento que os policiais devem assumir dentro da corporação e na sua relação com o público”. São documentos que versam a respeito da discricionariedade no trabalho policial militar e encontram relevância como instrumento de adequação do *fazer* policial em relação à legislação e a uma espécie de medição do que é uso legal da força e do que é violência/abuso policial. Os códigos de conduta tem essa função primordial. No entanto, não é objetivo central deste trabalho realizar uma análise propriamente dita do *fazer* policial, mas sim como esses códigos de conduta podem funcionar, para além de uma ferramenta de harmonização entre o trabalho policial e a legislação federal, como instrumentos de opressão, controle e vigilância extremos sobre o *fazer político* do policial militar, sobre suas ações e palavras enquanto cidadão.

No RDPM paulista, a seção que versa sobre as transgressões disciplinares é emblemática nesse sentido. São consideradas enquanto tal, atitudes de policiais que violem os direitos civis e humanos de que todo cidadão dispõe, como por exemplo:

- 1 - desconsiderar os direitos constitucionais da pessoa no ato da prisão (G);
- 2 - usar de força desnecessária no atendimento de ocorrência ou no ato de efetuar prisão (G);
- 3 - deixar de providenciar para que seja garantida a integridade física das pessoas que prender ou detiver(G);
- 4 - agredir física, moral ou psicologicamente preso sob sua guarda ou permitir que outros o façam (G);
- 7- faltar com a verdade (G);
- 8 -

ameaçar, induzir ou instigar alguém para que não declare a verdade em procedimento administrativo, civil ou penal (G); 9 - utilizar-se do anonimato para fins ilícitos (G);

(ALESP - LEI COMPLEMENTAR Nº 893, DE 09 DE MARÇO DE 2001)

No entanto, existem um rol de transgressões que cerceiam a autonomia policial no que se refere ao mesmo enquanto indivíduo detentor da palavra e do direito à manifestação de ideias e pensamentos, enquanto ser político. Tomando como referência o filósofo francês Michel Foucault (1987; 1979), o corpo está inserido no interior de relações de poder que sempre impõem limitações, proibições ou obrigações. Temos corpos que, modelados por uma série de dispositivos que funcionam em rede, agem sujeitados por esses poderes. Essa articulação orquestrada de movimentos, ações, gestos buscam o poder infinitesimal sobre o corpo ativo.

Fruto do processo de militarização das polícias, os RDPMs atuais consistem, para além de um documento regulador da conduta do policial militar, em um dispositivo de controle extremamente rígido e, como o próprio nome já coloca, disciplinador dos “movimentos, gestos, atitudes” do corpo do profissional da segurança pública.

Os RDPMs, compostos por uma série de arranjos sutis e minuciosamente calculados, aliados aos princípios da hierarquia e da disciplina, inserem o corpo do policial militar, numa “ [...] maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (Foucault, 1987, p.164) iniciada já no processo de formação do policial militar e se configura como o instrumento último e definitivo de desumanização do profissional da base da segurança pública, visto os vários mecanismos de vigilância e restrição de suas ações, gestos e palavras, de sua autonomia, tanto no âmbito da vida profissional como no âmbito da vida privada.

O processo de sujeição da subjetividade do indivíduo policial militar não é completamente fluído, mas sim permeado por uma série de conflitos na mente daqueles que ingressam nas fileiras militares. Como já foi elucidado no segundo capítulo desta dissertação, a sujeição da subjetividade nas corporações militares é um procedimento que se inicia já na formação desses profissionais e que contrapõe um conjunto de valores e uma moral que estruturam a subjetividade do indivíduo a um novo código moral que nem sempre é plenamente interiorizado por ele:

A polícia [...] Tira você do seu mundo, coloca você no mundo dela, destrói seu psicológico [...] tudo que você construiu, a base da sua família, a base da sua religião ela destrói. Impõe o que ela acha que deve ser feito, depois você entra em

parafuso, cara.

(Cabo PMESP, 20 anos de serviços)

Dessa maneira, entendemos que os RDPMs são ferramentas que, a despeito dos conflitos internos existentes na subjetividade dos indivíduos policiais militares, cumprem uma função de garantir que tais conflitos ou possíveis questionamentos para com a corporação militar não sejam externalizados por aqueles que a compõem, restringindo sobremaneira a materialização da autonomia e do pensar do praça da Polícia Militar em nome de um comportamento público intensamente mecanizado, pautado estritamente pelos princípios militares,

Tomando como referência o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2001), é possível observar algumas sanções e mecanismos de controle que são impostos a esses funcionários da segurança pública. Nota-se que entre os *deveres* do policial militar paulista, elencados na Seção III do Capítulo II, intitulado “*Da deontologia Policial Militar*”, alguns elementos do artigo 8º da referida seção e capítulo chamam nossa atenção: o *parágrafo 1º*, por exemplo, veda aos PMs a execução de atividades profissionais ligadas à segurança privada, comércio ou tomar parte da administração ou gerência de sociedade comercial ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista, cotista ou comanditário; o *parágrafo 3º* proíbe aos militares da ativa manifestações coletivas sobre atos de superiores, de caráter reivindicatório, de cunho político-partidário; e o *parágrafo 4º* que permite ao militar *inativo* o direito de manifestação de pensamento e conceito ideológico e filosófico desde que esta externalização do pensamento não fira os valores e a ética policial militar.

Os mecanismos acima citados visam manter o corpo do policial militar sempre à disposição da corporação. Proibir os policiais de executarem outras atividades trabalhistas significa uma intenção de manter o corpo desse indivíduo sempre disponível para a organização militar, significa engessar suas possibilidades de movimento, garantindo que estes estarão sempre à mercê dos interesses e necessidades da Polícia Militar, concretizando a relação docilidade-utilidade pensada por Foucault (1987).

Além disso, há os mecanismos que visam, para além do poder sobre o corpo, o poder sobre a mente, o controle de seus pensamentos ou ao menos do ato de expô-los. Policiais militares são proibidos de manifestações de caráter político, reivindicatório e, àqueles a que é permitido, essa permissão vem acompanhada de restrições: aos militares da reserva é permitida a exposição de ideias políticas desde que essas não contrariem os valores da corporação militar, ou seja, a menos que o

indivíduo queira externar ideias de conformidade com a ética e os valores militares, fazer uso da palavra lhe é proibido.

O RDPM/SP elenca na Seção II, intitulada “Transgressões Disciplinares”, presente no Capítulo IV “*Das violações dos valores, dos deveres e da disciplina*”, 132 modalidades diferentes de infrações que os policiais estão sujeitos a cometer. Segundo o documento, entende-se por transgressão disciplinar “infração administrativa caracterizada pela violação dos deveres policiais-militares, cominando ao infrator as sanções previstas neste Regulamento”. De acordo com o *parágrafo 1º do Artigo 12* desta seção, “As transgressões disciplinares compreendem: **1** - todas as ações ou omissões contrárias à disciplina policial-militar, especificadas no artigo 13 deste Regulamento; **2** - todas as ações ou omissões não especificadas no artigo 13 deste Regulamento, mas que também violem os valores e deveres policiais-militares”. Já o *Artigo 13*, por sua vez, vem listar, de fato, as 132 transgressões diferentes que esses profissionais podem cometer.

Há aqui uma questão intrigante: o item 2 do artigo 12 do RDPM paulista diz que são transgressões todas as ações ou omissões **não especificadas** no regulamento mas que também violem a ética e os valores da PM. Ou seja, para além das mais de cem transgressões diferentes que estão listadas no documento, o referido item do regulamento abre um leque de possibilidades de transgressões que dependem única e exclusivamente da interpretação do comando da PM para que uma ação, gesto ou palavra de um policial militar possa ser considerado violação da ética militar, uma vez que não estando especificada, certa prática será considerada infração ou não a depender única e exclusivamente da leitura que o comando da PM fará da situação. Ou o policial militar tem um comportamento que esteja extraordinariamente de acordo com o que está escrito no RDPM ou qualquer ato, gesto ou palavra poderá ser tido como infração e será punido. O que significa isso senão uma tentativa de execução do poder infinitesimal de que fala Foucault?

Dentre as infrações listadas no *Artigo 13* chama-nos a atenção, para os fins deste trabalho e para elucidarmos o papel que as associações de praças desempenham, as seguintes:

125 - frequentar ou fazer parte de sindicatos, associações profissionais com caráter de sindicato, ou de associações cujos estatutos não estejam de conformidade com a lei (G)⁴¹;

126 - autorizar, promover ou participar de petições ou manifestações de caráter reivindicatório, de cunho político-partidário, religioso, de crítica ou de apoio a ato de superior, para tratar de assuntos de natureza policial-militar; ressalvados os de natureza técnica ou científica havidos em razão do exercício da função policial (M);

⁴¹ As letras (L), (M) e (G) ao final de cada transgressão especificam se são infrações consideradas leves, médias ou graves, respectivamente.

127 – aceitar qualquer manifestação coletiva de subordinados, com exceção das demonstrações de boa e sã camaradagem e com prévio conhecimento do homenageado (L);

128 - discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos, militares ou policiais, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado (L);

129 - frequentar lugares incompatíveis com o decoro social ou policial-militar, salvo por motivo de serviço (M);

130 - recorrer a outros órgãos, pessoas ou instituições, exceto ao Poder Judiciário, para resolver assunto de interesse pessoal relacionados com a Polícia Militar (M);

131 - assumir compromisso em nome da Polícia Militar, ou representá-la em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado (M).

(ALESP - LEI COMPLEMENTAR Nº 893, DE 09 DE MARÇO DE 2001)

A grande questão em relação a essas tipificações de transgressões relaciona-se à vigilância e controle da vida pessoal do policial militar exposta no item 129, por exemplo, e ao tolhimento de direitos civis e políticos dos policiais militares como a liberdade de associação sindical ou de uso da palavra para manifestar-se politicamente.

No início deste capítulo quando me referi à série de protestos ocorridos no ano de 1997, em especial Minas Gerais, coloquei, com base no trabalho de Alves (2013), que uma das vitórias do movimento mineiro foi a extinção do RDPM e sua substituição pelo Código de Ética militar. Isso foi considerado um grande êxito pelo fato de o regulamento ser responsável pela existência de uma espécie de dualidade na percepção sobre si mesmo que os policiais tem/tinham, uma oposição representada na dicotomia “militar x cidadão” (ALMEIDA, 2010). Tal dualidade foi considerada por Almeida (2010) e Alves (2013) como um dos principais fatores subjetivos desencadeadores das manifestações dos PMs mineiros. Segundo Almeida (op.cit., p.178),

A redemocratização brasileira, iniciada na década de 1980, evidenciou, nas corporações policiais militares, a falta de sintonia entre a estrutura militarizante e a cidadania policial. Os questionamentos sobre a função pública que os policiais militares deveriam assumir diante do Estado Democrático de Direito indicaram a emergência de um novo policial militar. Nos mitos, símbolos e rituais, procurou-se maior identidade com o caráter militar, e não com a profissão policial. Nesse sentido, cabe entender esse novo policial militar no que se refere aos ideais disciplinares e aos abusos recorrentes, que estimularam, no ano de 1997, as manifestações grevistas e posteriores punições corporativas.

Esse novo policial que emerge é o policial que requer direitos, que requer um tratamento compatível com um contexto político-institucional que se orienta, justamente, pelos direitos. São sujeitos que reivindicam a prerrogativa constitucional de externalizar determinados descontentamentos e denunciar situações de abuso de autoridade e opressão no cotidiano castrense. São sujeitos que requerem um tratamento mais humanizado por parte das instituições a que servem, em especial a Polícia Militar e seu Alto Comando. O ciclo de manifestações no ano de 1997 foi reflexo disso.

No entanto, existem inúmeras situações em que praças da Polícia Militar fizeram uso da palavra para manifestar cenários de injustiça ou para manifestar o que lhes é desfavorável nas relações interpessoais do cotidiano profissional em que estão inseridos e como isso interfere na sua vida pessoal. As pautas da cidadania e da humanização do policial militar apareceram com muita frequência nas entrevistas realizadas e nos trabalhos acadêmicos sobre o tema consultados ao longo dessa pesquisa. Todavia, persiste na grande maioria dos casos em que mazelas e insatisfações que afetam a rotina dos(as) praças da PM são manifestas, as punições administrativas com penas que variam de advertência, passando pela privação da liberdade por determinado período de tempo, por perseguições e, em casos extremos, com a expulsão da corporação.

No que se refere às perseguições sofridas por esses indivíduos, um caso presenciado ao longo desse trabalho é paradigmático para ilustrar tal questão. Durante a realização de entrevistas com praças da PM encontrei uma associação denominada de APPMARESP - Associação dos Praças da Polícia Militar da Ativa e da Reserva do Estado de São Paulo. O ex-presidente da associação, Marco Ferreira, ex-cabo da PMESP, disse que a entidade fazia um trabalho de representação e suporte jurídico à policiais militares que desejassem denunciar alguma situação de abuso, assédio ou opressão dos oficiais da PM sobre seus subalternos. Esse trabalho, segundo o ex-presidente da entidade, irritou alguns oficiais da corporação, fato que acarretou em mais de um processo por calúnia e difamação enfrentado por esse indivíduo e pela sua associação. Mais de uma Marco Ferreira foi obrigado a apagar textos do site da associação sendo passível de pagamento de indenizações caso não o fizesse. As constantes punições fizeram com que a APPMARESP deixasse de existir.

Esse quadro, segundo Lotin, é comum:

- No Brasil tem acontecido isso muito nos últimos anos. Porque a gente não tem a liberação, né, nós policiais e bombeiros militares, por conta da vedação inconstitucional nós não temos associação ou sindicatos. E aí quando cria uma associação que ela faz as vezes de sindicato e tu acaba fazendo esse trabalho de

reivindicação, enfim, tu acaba muitas vezes sendo punido, sendo perseguido, e aí acaba. Quando o cara tem muito peito, vai tocando pra frente enquanto dá. Ou ele para, ou ele desiste, ou ele aceita, digamos assim, né.

Uma vez que há essa perspectiva por parte dos policiais militares de serem considerados subcidadãos, entendemos que isso acontece devido justamente à proibição de associação política ou manifestação da palavra como mecanismo de crítica à corporação policial militar ou à estrutura da segurança pública de modo geral. A palavra, segundo Jacques Rancière (1996), é instrumento político. Para o autor francês,

Único entre todos os animais, o homem possui a palavra. [...] a palavra está aí para manifestar o útil e o nocivo e, por consequência, o justo e o injusto. É isso que é próprio dos homens, em comparação com os outros animais: o homem é o único que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto (RANCIÈRE, 1996, p. 17)

Assim sendo, se é a palavra que dá ao ser humano uma qualidade única em relação aos outros animais, o policial militar, que não tem o direito de fazer questionamentos de qualquer tipo, é desumanizado pelo RDPM. Isso não quer dizer que o policial não é capaz de elaborar críticas e questionamentos à Polícia Militar ou à estrutura da segurança pública, de modo geral. O que ocorre é que ele não pode externalizar tais ideias, não pode usar da palavra para manifestar-se politicamente, a menos que autorizado e que sua palavra seja manifesta em concordância com a ética e os valores policiais militares. Se a palavra for utilizada para o dissenso, para a reflexão, para suscitar o litígio, esta lhe é proibida.

Segundo Rancière (1996), é por meio da palavra, da exposição do que é injusto, da exposição de uma situação de opressão ou desigualdade que a política pode ser feita. A palavra é instrumento político porque, por meio dela e conseqüentemente das denúncias do que é injusto, nocivo ou representa o mal, o dissenso é levado a cabo no ordenamento social. A palavra, segundo o autor, indica a posse do *logos*, indica a capacidade de manifestar-se, de ser contado como ser constituinte de um corpo social e consciente de si. É a palavra, a posse do *logos* que permite a existência da política:

[...] Existe política porque aqueles que não tem direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados (através da transgressão), e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão (Idem, op.cit., p.40).

Assim, os policiais militares, em especial os praças, são aqueles que não possuem o direito de serem contados como seres falantes no interior da comunidade que integram, visto que isso se configura como transgressão disciplinar. Eis aqui, portanto, o papel que as associações visam desempenhar: elas podem expor à sociedade, de maneira mais aberta, um cotidiano de violência intramuros vivido pelos trabalhadores(as) que ocupam a base da segurança pública, da Polícia Militar.

As associações podem constituir essa comunidade que coloca em comum o dano por meio da exposição dos pensamentos dos policiais militares que tem críticas a serem feitas em relação à corporação policial ou à segurança pública. As entidades de policiais militares podem, portanto, suscitar o conflito, o dissenso, engendrar a política pois essa só existe “[...] mediante a interrupção, mediante a torção primária que institui a política como o desdobramento de um dano ou de um litígio fundamental” (Idem, Ibidem, p.28). Dessa forma, ao formalizar denúncias, ao reivindicar direitos constitucionais para os praças da Polícia Militar, as associações instituem esse dano fundamental, esse dano primeiro que representaria, segundo os Regulamentos Disciplinares uma transgressão. A partir dessa transgressão inicial, está dado o conflito entre praças, representados pelas associações, e a Polícia Militar enquanto instituição. É uma forma, uma via que se tem hoje para a politização das causas policiais.

Se a reivindicação por cidadania é uma via pela qual seguem as entidades que agregam praças da Polícia Militar na tentativa de levar para o âmbito da política as questões que perpassam o dia a dia desses profissionais, tratar a questão da vitimização e do sofrimento policial decorrentes da profissão também podem ser um meio para tal. Isto porque a pauta da vitimização relaciona-se intimamente com outro aspecto que envolve demasiadamente o imaginário do policial militar: a questão da (des)humanização dessa classe profissional.

Mantendo-se o referencial de Rancière (1996) sobre a noção de política, falar sobre a questão da vitimização de maneira aberta, incluindo na discussão entidades de praças, representantes de instituições governamentais e sociedade civil, traz essa pauta para a ordem do dia no que se refere à segurança pública. Isso também representa um atrito, também traz à tona um conflito entre policiais e Polícia Militar, entre funcionários públicos e Estado, entre profissionais da segurança pública e aqueles que dependem de seus serviços. Falar sobre isso fomenta a existência da política porque

- [...] as instituições de segurança pública, independente de serem militares ou civil ou guarda municipal, elas tem uma dificuldade enorme de trabalhar essa questão da vitimização do policial. Ainda não há uma cultura interna, institucional de aceitar que o policial, que o profissional de segurança pública é um ser humano, que ele tem problemas, que ele sofre, enfim. Talvez sofra até mais em função da

profissão que exerce, enfim, sofre várias situações que redundam em problemas psicológicos. A instituição tem dificuldade de aceitar. [...] Dificuldade da instituição de aceitar que o policial é um ser humano. Há essa dificuldade por conta de que é um órgão de segurança pública e não pode demonstrar fraqueza porque se ele demonstrar fraqueza ele fica suscetível a críticas, inclusive suscetível a mudanças e aí não se quer mudar muito, não se tem esse interesse todo em mudar. Tem isso que é muito pontual.

(Cabo PMSC).

A questão da vitimização profissional é delicada para as instituições de segurança pública. Isso foi comprovado durante a realização desse trabalho visto a dificuldade em se encontrar dados que versassem a respeito dos suicídios ocorridos entre esses profissionais, por exemplo. É assunto sobre o qual não se quer falar. A literatura sociológica que trata especificamente do tema (MUNIZ & SOARES, 1998; MINAYO, 2008; MIRANDA, 2016) aponta para uma afirmação semelhante à deste trabalho como o discurso dos próprios praças da PM.

A questão da vitimização policial, no entanto, é central no imaginário desses profissionais. Como já foi exposto nos capítulos anteriores por meio de relatos obtidos ao longo da pesquisa, ela é uma realidade extremamente problemática por afetar tanto a vida profissional quanto a vida pessoal desses indivíduos. A medida em que policiais adoecem em decorrência da profissão emerge um problema de caráter estrutural na segurança pública brasileira. Falar sobre isso significa expor esse problema, expor a instituição a questionamentos e possíveis sugestões de mudança na sua organização. E como aos policiais é vedado o direito à crítica, esse problema tende a permanecer oculto. Quando as associações trazem essa discussão à luz da sociedade civil e das instituições governamentais e de segurança pública colaboram, uma vez mais, para a promoção do enfrentamento entre organizações e policiais, colaboram para a promoção da política.

Dessa forma, as associações buscam, por meio da concatenação das situações de sofrimento, perseguição e opressão construir um discurso que visa trazer para a esfera do debate político aberto, exterior à caserna ou ao cotidiano policial militar os problemas que existem no interior da corporação militar. É uma forma de a palavra do policial militar, enquanto instrumento político, possa ser expressada driblando, de certa forma, as punições individuais previstas nos regulamentos disciplinares. As associações podem, portanto, constituir-se em meio de externalização da palavra do policial militar, em meio de expressão de suas subjetividades, em meio de transformação do sofrimento, da opressão e das condições precárias de trabalho em questões políticas.

Pude verificar essa atuação de associações no sentido de representação dos interesses dos praças graças ao contato mais próximo que tive com membros da ANASPRA e da APPMARESP –

enquanto essa existia. A proximidade que consegui estabelecer com alguns poucos membros dessas agremiações me colocou a par de uma série de situações em que suas organizações ora foram requisitadas por praças que buscavam auxílio para denunciar situações como abuso de autoridade ou assédio moral e sexual, situações de perseguição devido a um quadro clínico de adoecimento psíquico apresentado por alguns desses profissionais e que ora foram procuradas por praças que buscavam assistência jurídica para responderem a processos disciplinares impostos a eles pelos comandos das polícias militares.

No entanto, não são somente as associações de praças da Polícia Militar que buscam politizar as questões referentes ao cotidiano desses profissionais. Existe, na política institucional brasileira, uma ala composta por parlamentares ligados à questão policial denominada de “bancada da bala” que objetiva, também, trazer para a esfera da política assuntos referentes ao universo castrense. Seus discursos e estratégias de politização da causa, no entanto, diferem daqueles utilizados pelas associações. A seguir mostrarei qual é o papel que esse grupo de parlamentares visa desempenhar.

III. BANCADA DA BALA

Bancada da bala é nome pelo qual passou a ser chamado o conjunto de parlamentares que atua tanto a nível estadual quanto a nível nacional na proposição e defesa de projetos de lei e posturas político-ideológicas punitivistas, de endurecimento penal e contra o desarmamento. É componente da chamada *bancada BBB* – boi, bíblia e bala – que reúne parlamentares comprometidos com os interesses do agronegócio (boi) e com os interesses da igreja, em especial a evangélica (bíblia). De modo geral, as três bancadas defendem pautas de caráter conservador e reacionárias e costumam votar em bloco quando o assunto é do interesse de qualquer uma das três. Um grupo apoia o outro e assim vem acumulando algumas vitórias políticas no legislativo brasileiro.

Segundo Marco Antonio Faganello, a *bancada da bala*, especificamente,

[...] se concentra em torno das chamadas questões securitárias, defendendo a redução da maioria penal e da revogação do Estatuto do Desarmamento. [...] advoga medidas repressivas no combate à criminalidade e compõe-se majoritariamente por ex-policiais militares e delegados da polícia civil.

[...]

A Bancada da Bala do Congresso Nacional encontra correspondência, por exemplo, em uma Bancada da Bala Paulista, conformada pela estruturação institucional da segurança pública no Estado e pela dinâmica política em torno da segurança

pública local. Com ramificações na Câmara de Vereadores da capital, na Assembleia Legislativa do Estado e na Câmara Federal, essa bancada empunha as mesmas bandeiras securitizadoras expressas no parlamento nacional (FAGANELLO, 2015, p.147).

Na defesa de suas posturas e projetos de lei, boa parte dos parlamentares ligados à questão da segurança pública atuam de modo a disseminar um discurso extremamente minimalista em torno de todo rol de agentes, instituições e relações sociais que abarcam essa esfera política. Sendo a segurança pública “[...] um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais” (Costa & Lima *apud* LIMA et al., 2015, p.123), parte dos indivíduos que compõem a bancada da bala não raro fazem uso de sua palavra para reduzi-la um mero maniqueísmo traduzido na famosa oposição “*cidadão de bem*” x “*vagabundo*”, ou em falas como a do vereador da cidade de São Paulo, Conte Lopes, ex-comandante da ROTA e eleito pelo PP – Partido Progressista – que afirmou à TV Folha⁴² que, enquanto policial militar, “*defende o bem, né*”?, ou ainda em falas como a do Coronel Telhada, também ex-comandante da ROTA e deputado estadual (PSDB) por São Paulo que afirmou que a sociedade deve escolher de que lado está, se do lado da polícia ou dos bandidos (MACEDO, 2015).

O discurso generalista e minimalista da bancada da bala se ampara também em expressões como “bandido bom é bandido morto” ou em discursos rasos e simplistas que afirmam que medidas governamentais que visem a redução dos excessos e arbitrariedades cometidos por PMs, que visem a redução da letalidade policial ou medidas como a prisão de policiais que agem de modo a ferir os direitos humanos, a exemplo das execuções sumárias, seriam, na ótica dos parlamentares da bancada da bala, ações que “criminalizam o policial e passam a mão na cabeça de bandidos”, seriam medidas que “impedem o policial de trabalhar”.

O discurso dos parlamentares da bancada da bala assume, dessa forma, uma postura que entende que a violação dos direitos humanos e as execuções sumárias são parte da essência, do caráter básico do trabalho do policial militar no Brasil, um discurso extremamente perigoso para a manutenção de um Estado democrático de direitos mas que encontra legitimidade em parte da sociedade civil e em parte dos próprios policiais. Nesse sentido, um episódio que ganhou repercussão e que ilustra bem a questão relaciona-se à fala do 1º Tenente da ROTA, PM Guilherme Derrite, que disse “ser uma vergonha não matar três pessoas em cinco anos de rua”⁴³. A fala do oficial da PMESP foi

⁴² “Bancada da bala quer alçar voos maiores”. TV Folha. < <https://www.youtube.com/watch?v=PBhmxfW4EPw> >
Acesso em 14/04/2017.

⁴³ < <http://ponte.cartacapital.com.br/pm-da-rot-a-que-disse-ser-vergonha-nao-matar-3-em-5-anos-de-rua-e-pres-administrativamente/> > Acesso em: 07/07/2015.

motivada, segundo reportagem da *Ponte Jornalismo*, pela transferência de batalhão do Tenente PM Rafael Telhada, amigo pessoal de Derrite, também membro da ROTA e filho do deputado estadual e componente da bancada da bala, Coronel Telhada e exprime grande alinhamento e proximidade com o discurso proferido pela mesma. Em trecho extraído da referida reportagem, Derrite afirmou que:

“Quem vai pra cima, quem combate o crime, no Estado de São Paulo, onde o ladrão tá estourando caixa eletrônico toda madrugada, atirando em polícia... Mas esse daí é o reconhecimento que a gente tem por parte da nossa instituição. Esse é o grande reconhecimento. Tomar um pé na bunda”[...] Sobre a transferência de Telhada, ele diz: “É meu amigo, é meu irmão, é meu afilhado de braçal. A gente fica triste, né. E principalmente por tudo o que o pai dele fez e continua fazendo pela Polícia Militar”.

Existem ainda outras duas modalidades de discursos muito comuns entre parlamentares ligados à bancada da bala e que limitam a complexidade das coisas que envolvem a segurança pública. A primeira modalidade encontra eco na visão que alguns desses políticos possuem a respeito das ouvidorias de polícias. Segundo o deputado estadual por São Paulo, Coronel Álvaro Camilo (PSD), por exemplo, a Ouvidoria de Polícia de São Paulo faria críticas não condizentes com a realidade, faria críticas que, segundo sua visão, somente serviriam para “levar a população a ficar contra a polícia”⁴⁴. A fala do deputado Coronel Camilo foi motivada pelo posicionamento adotado por Júlio César Neves, Ouvidor das polícias de São Paulo, que condenou a atuação da PMESP em três ocasiões: a invasão da subsede do Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo quando ocorria uma homenagem ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva⁴⁵, classificada pela ouvidoria como “um risco à democracia”; a segunda ocasião remete à truculência e uso desproporcional da força na desocupação de escolas por estudantes secundaristas no ano de 2015⁴⁶; e a terceira ocasião diz respeito a declaração do ouvidor de que a PMESP atuou com a intenção de matar dois menores de idade que haviam furtado um veículo no bairro do Morumbi, zonal sul de São Paulo⁴⁷. Os três posicionamentos motivaram ampla discussão entre deputados estaduais ligados à bancada da bala paulista – o já referido Coronel Camilo e o deputado Coronel Telhada (PSDB) – e

⁴⁴ Deputados da Bancada da Bala tentam intimidar Ouvidor da Polícia de SP. < <https://www.youtube.com/watch?v=TK4vZZjwyPM> > Acesso em: 14/04/2017.

⁴⁵ < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/03/12/ouvidor-da-pm-diz-que-invasao-em-reuniao-pro-lula-e-risco-a-democracia.htm> > Acesso em: 14/04/2017.

⁴⁶ < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/ouvidor-das-policias-diz-que-pm-foi-truculenta-ao-desocupar-escolas-e-vias.htm> > Acesso em: 14/04/2017.

Júlio César Neves. Como resultado disso, a bancada da bala paulista, por intermédio da *Defenda PM - Associação de Oficiais Militares do Estado de São Paulo em Defesa da Polícia Militar* – escreveu uma carta endereçada ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) pedindo a exoneração do ouvidor das polícias⁴⁸. Júlio César Neves, por sua vez, acusou os parlamentares de tentativa de intimidação.

Jorge Zaverucha (2008) ao escrever sobre o papel das ouvidorias de polícia ressalta a importância que essa instituição tem para a preservação de um Estado de direito dado o seu caráter essencial de fiscalização da atuação das polícias na preservação de direitos elementares da pessoa humana. Para o autor, as ouvidorias devem permanecer autônomas em relação ao governo do Estado, dado seu caráter de instituição estatal e não governamental, ou seja, independente do governador que exerce o cargo num determinado período. Para além disso, as ouvidorias, ainda segundo Zaverucha (2008, p.225), devem atuar sobre uma tríplice faceta:

- 1) Acolher as denúncias dos indivíduos contra os agentes estatais; 2) acolher denúncias de policiais contra policiais ou outros agentes estatais; 3) acolher as denúncias de policiais contra indivíduos. Agindo assim, acredito que a Ouvidoria será capaz de ganhar legitimidade, tanto entre policiais, quanto entre os usuários de seus serviços. E mais, como entre as próprias instituições policiais.

Entendemos que as posturas adotadas pelo ouvidor das polícias nas três ocasiões acima citadas não estão em desacordo com as funções que se espera de uma ouvidoria, visto que nos três casos houveram claras violações de direitos civis e uso desproporcional da força por parte das forças policiais. Entendemos também que houve, por parte dos parlamentares, tentativa de intimidação e violação da autonomia do órgão ao sugerir ao governador em exercício do Estado a exoneração de Júlio César Neves de seu cargo, atitude que reflete o corporativismo existente entre a classe policial militar, nesse caso, em específico, dos oficiais da PMESP e que pouco colabora para a administração dos conflitos sociais e para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos profissionais que esses parlamentares visam representar.

A segunda modalidade de discurso amplamente difundida por parte dos integrantes da bancada da bala como, por exemplo, Conte Lopes e o deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), vão num sentido de reforçar um já existente distanciamento entre sociedade civil e Polícia Militar,

⁴⁷ < <http://veja.abril.com.br/brasil/foi-para-matar-diz-ouvidor-da-pm-sobre-morte-de-menino/> > Acesso em: 14/04/2017

⁴⁸ < <http://ponte.cartacapital.com.br/associacao-de-pms-de-sp-pede-a-alckmin-a-exoneracao-do-ouvidor-da-policia/> > Acesso em: 14/04/2017.

reforçar o *insulamento* (GUERRA, 2016; PINHEIRO, 1991) dos policiais militares em relação àqueles que dependem de seus serviços. Segundo Conte Lopes, “quando a pessoa precisa, chama a polícia. Quando não precisa, xinga”. No mesmo sentido, Fraga afirmou que “o povo brasileiro não respeita a polícia. A sociedade critica. A mídia critica. O Poder Judiciário arrebenta com a polícia. O Ministério Público trucidada a polícia. Os governadores não respeitam as policias. Mas na hora que o caos se instala, recorrem à polícia”⁴⁹.

É necessário tomar um certo cuidado e não afirmar que todos os integrantes dessa *bancada*, sem exceção alguma, sustentam posições e discursos completamente homogêneos em relação a todos os temas que perpassam a segurança pública. No entanto, segundo Faganello (2015, p.152),

O que unifica e permite o enquadramento desses candidatos em uma Bancada da Bala, [...] é sua perspectiva de ação política que se orienta pela exigência de um maior recrudescimento das leis como forma de resolver os problemas da segurança pública, especialmente visando atenuar o problema do sentimento de impunidade supostamente generalizado entre a população.

A difusão desses tipos de discursos, ora maniqueístas, ora instigadores de um antagonismo entre policiais militares e sociedade civil, objetiva duas coisas: em primeiro lugar, “convocar” os policiais militares para a “guerra” estimulando o enfrentamento e a estratégia militarizada de combate ao crime (SINHORETTO, 2014; SILVESTRE et. al., 2013; MACEDO, 2015) em uma suposta luta do bem contra o mal; e, em segundo lugar, e intrinsecamente ligado a esse estímulo à belicização da segurança pública, os discursos proferidos pela bancada da bala buscam legitimidade para realizarem mudanças na legislação brasileira em temas como a flexibilização/extinção do Estatuto do Desarmamento, propondo alterações que visam, entre outras coisas, facilitar a aquisição de armas de fogo e munição por civis brasileiros; temas como a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, além de revisões no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Para além dessas duas pautas, estão no rol de ações desse conjunto de congressistas temas como a política sobre drogas e o endurecimento da legislação penal.

Sendo majoritariamente composta por indivíduos oriundos de categorias profissionais que trabalham diretamente com a segurança pública tais quais policiais militares, tanto praças quanto oficiais e policiais civis, essa bancada teve um crescimento de 25% no número de policiais eleitos no pleito de 2014 em relação às eleições de 2010, segundo reportagem da BBC⁵⁰. De acordo com a

⁴⁹ Dep. Alberto Fraga (DEM-DF) fala sobre segurança pública à TV Câmara. < https://www.youtube.com/watch?v=qPGp5rWlc_A > Acesso em: 14/04/2017.

⁵⁰ < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141006_eleicoes2014_policiais_cc > Acesso em: 6/4/2017.

mesma reportagem, grande parte de seu eleitorado encontra-se no universo que abrange os próprios policiais militares, seus amigos e familiares⁵¹. Outro fator que colabora para a vitória eleitoral de candidatos ligados à esta visão da segurança pública, em especial às polícias militares, está no discurso de insegurança fortemente difundido por esses políticos e reforçados por programas televisivos e sítios eletrônicos de caráter policialesco. Um elemento associado ao outro é capaz de gerar duas coisas: primeiro, o medo em boa parte da sociedade civil, fator que angariaria votos para esses parlamentares; segundo, reforçar no imaginário dos policiais militares duas condições já presentes no seu cotidiano profissional e já tratadas nos capítulos anteriores: as sensações de abandono da categoria por parte das organizações governamentais e de falta de reconhecimento da sociedade civil para com eles e para com seu trabalho.

Esse uso político da palavra feito pelos parlamentares ligados às questões da segurança pública objetivam realçar esse contexto de modo que os policiais militares assimilem uma ideia de que estão “sozinhos” no “combate ao crime”. Tal fator, aliado ao discurso de “herói” que permeia o cotidiano do profissional da Polícia Militar, simultaneamente à convicção presente entre 57% da população brasileira de que “bandido bom é bandido morto”⁵², tem como consequência a crença quase mística de que esse trabalhador deve superar as dificuldades e lutar, diariamente, na guerra contra o crime, utilizando-se inclusive de todo e qualquer meio entendido como eficaz para tal, violando, não raro, diversos pontos de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Segundo Elisandro Lotin,

- [...] 50% da sociedade acredita que bandido bom é bandido morto. [...] E o policial vive isso. Ele não está alijado desse debate. E claro que ele pega aquilo que é dominante em termos de discurso. [...] Muitos policiais acreditam que espancando bandido na rua é o que a sociedade quer e que se eu não fizer isso, eu vou ser condenado. Se tu pegar programas como o Datena, influencia na cabeça do PM, ele é um ser humano. Ele vê televisão. Se a população quer matar o cara (bandido) por que que eu não posso? Eu que sou policial, que sou autoridade?

Um fator caro a boa parte dos membros da *bancada da bala* é o financiamento de suas campanhas eleitorais feito por grandes indústrias do setor bélico brasileiro, como a *Companhia Brasileira de Cartuchos* e a *Taurus*, maior fabricante de armas leves do Brasil e uma das maiores do

⁵¹ Na referida reportagem, Major Olímpio, deputado federal pelo Partido Solidariedade e membro da bancada da bala, estima que a rede que constitui o eleitorado de candidatos policiais militares é composta de aproximadamente 1,6 milhão de eleitores.

⁵² < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/para-57-dos-brasileiros-bandido-bom-e-bandido-morto-diz-datafolha.html>> Acesso em: 15/04/2017.

mundo no ramo. A indústria da bala, de modo geral, doou cerca de 2 milhões de reais para políticos no ano de 2014⁵³. Isso ajuda a explicar a grande coesão existente entre esses parlamentares no que tange a mudança do Estatuto do Desarmamento numa clara intenção de favorecer e de ampliar o comércio de armas de fogo no Brasil e, dessa forma, elevar os lucros dessas indústrias a despeito dos extraordinários índices de homicídio que assolam o país e dos estudos que comprovam que mais armas de fogo em circulação não representam menores índices de violência⁵⁴.

A problemática aqui é a de que grande parte dos congressistas brasileiros vinculados à bancada da bala são eleitos por policiais militares com base em discursos de que irão defender os interesses da causa policial. Entretanto, como venho tentando apontar nessa pesquisa, alguns dos maiores problemas que assolam a categoria policial, segundo eles próprios, dizem respeito às condições de trabalho, aos baixos salários e ao adoecimento em decorrência da profissão. Há, nesse ponto, uma contradição: facilmente verificável é o fato de que armamentos usados pelas polícias militares do Brasil são frequentemente alvos de reclamação por parte desses profissionais em função de falhas e acidentes provocados por mal funcionamento dessas armas. Entretanto, em função de uma legislação que favorece o monopólio do mercado de armas de fogo no Brasil, a *Taurus* detém, com a ajuda do Exército, o domínio desse segmento na economia brasileira e é fornecedora de armas para as corporações policiais brasileiras⁵⁵. Os casos são tão constantes que existe um *website* que reúne histórias de agentes de segurança pública vitimizados pelas armas da *Taurus*⁵⁶.

Estabelece-se aqui, portanto, um problema de ordem política: os deputados ligados a pautas da segurança pública elegem-se com promessas de defender os interesses dos profissionais dessa classe, no entanto, em função da origem das verbas de campanha desses deputados, eles estão presos aos interesses da indústria armamentista que, por sua vez, tem colaborado para a vitimização e para prejuízos na vida dos usuários dessas armas.

⁵³ < <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/industria-da-bala-doa-quase-r-2-milhoes-em-2014/> > Acesso em: 7/4/2016.

⁵⁴ < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quatro-mitos-sobre-o-cidadao-de-bem-armado> >. Aqui são citados estudos norte-americanos além de teses de doutorado produzidas em instituições brasileiras como PUC-RJ, FGV e USP que desmistificam a ideia de que o porte de armas reduz a criminalidade e a violência. Acesso em: 13/01/2017.

⁵⁵ < <https://glauciapaiva.com/2016/09/28/especial-armas-taurus-um-monopolio-que-mata/> > Nesse link podemos encontrar uma reportagem completa sobre os casos de vitimização policial militar em decorrência de falhas nos armamentos *Taurus* utilizados por eles. Acesso em: 7/4/2017.

⁵⁶ < <https://vitimasdataurus.com> >

Característico, portanto, é a ênfase que o discurso do policial herói e da guerra cotidiana contra o crime assume no uso político da palavra por parte dos parlamentares ligados à bancada da bala. Dessa forma, esse tipo de discurso funciona como estratégia para angariar votos e mobilizar população e profissionais da segurança pública na defesa de políticas de segurança pública que prezem pelo enfrentamento e pelo endurecimento das penas, o que colabora para a perpetuação de um ciclo de violência que vitimiza, anualmente, centenas, milhares de civis em ações policiais.

Este cenário duas consequências distintas porém igualmente maléficas para um Estado que se queira democrático e de direitos: de um lado há o apoio de parte da sociedade civil e de parte dos PMs para com a letalidade policial, aspecto que contribui para a perpetuação de elevadas estatísticas sobre homicídios no Brasil; de outro, há uma culpabilização demasiada sobre os policiais militares pela arbitrariedade e uso excessivo da força que, por sua vez, acaba agindo como coeficiente da vitimização policial em função de colaborar na manutenção de um distanciamento entre profissionais da segurança pública e sociedade civil. Sobre esse contexto, Faganello (2015., p.150-51), vai dizer que

[...] Diante de um Estado corrupto e de uma justiça percebida como uma instituição conivente ou pouco rigorosa com o banditismo – e que, portanto, é parte e causadora do problema da desordem –, o indivíduo deposita suas esperanças naqueles que estão na “linha de frente do conflito”; passa-se, assim, a uma aberta glorificação da força policial, seja a partir da valorização dos seus símbolos, seja na defesa intransigente de seus atos. Os discursos enfatizam o caráter heroico da figura e da atividade policial: este é o agente último da ordem, braço armado do “cidadão de bem”; aquele que cumpre seu dever mesmo com o Estado lhe oferecendo baixos salários e condições precárias de trabalho. Concebe-se uma apreciação da autoridade policial como uma força portadora de uma autonomia radical, a exaltação das virtudes guerreiras e do heroísmo da figura policial se conjugam com um discurso que entende a violência como ferramenta purificadora, legitimadora e resolutive de problemas sociais.

A percepção que ronda parte do imaginário social de que a justiça seria pouco rigorosa pode estar relacionada àquilo que Holston (2013) denomina de democracia disjuntiva. De acordo com o autor, esta noção se relaciona ao fato de que no Brasil opera um tipo de cidadania insurgente, uma cidadania que não implica em igualdade legal entre os indivíduos que compõem o Estado-Nação, que “distribui” direitos de modo desigual tomando por base determinadas clivagens sociais relacionadas à gênero, raça, ocupação, propriedade ou renda, por exemplo.

De acordo com Peralva (2000), o processo de democratização implicou tão somente em um *sentimento* de igualdade entre a população, possível graças a democratização e expansão do

consumo, em detrimento de uma igualdade real. Junto a isso tem-se aquilo que Lima, Sinhoretto e Bueno (2015) consideram como sendo o grande paradoxo do processo de democratização do Brasil: a coincidência desta com o aumento notável dos índices de criminalidade, fato que “acirrou os conflitos sociais e aprofundou a desconfiança nas instituições democráticas” (LIMA et. al., 2015, p.126). A democracia disjuntiva se dá pela estruturação de um contexto em que se ampliam os direitos sociais e políticos ao passo que os direitos civis são cerceados, são acessíveis a parcelas diferenciadas dos indivíduos.

Juntamente a isso, se pretendemos compreender o porquê do descrédito de parte da sociedade civil para com a justiça, há de se levar em consideração o elevado índice de homicídios que assolam o país – em torno de 60 mil por ano - e o baixo índice de resolução dessa modalidade de crime: de acordo com o FBSP (2014), as taxas de resolução de homicídios no Brasil variam de 5 a 8%. Entre os militares, por sua vez, a descrença para com as instituições de justiça encontra respaldo nos discursos da bancada da bala e em pensamentos comuns a caserna e que, invariavelmente motivam execuções sumárias, como por exemplo a ideia de que “o policial prende e a justiça solta”. A isso tudo somam-se os discursos midiáticos que incentivam o fazer justiça com as próprias mãos. Sobre isso, um policial militar que cedeu sua palavra para este trabalho aponta que:

- A sociedade quer justiça com as próprias mãos, a sociedade pedindo no dia a dia que tem que matar, tem que espancar, bater. Discursos televisivos: se a própria sociedade tá autorizada a fazer justiça com as próprias mãos (discurso de Sheherazade) por que o policial não vai estar, que é a autoridade? Tudo isso influencia e gera excessos, gera situações que culminam com violência. Isso é inevitável. Então assim, se culpa muito o policial, se esquece de avaliar que aquele policial é produto de um meio e produto de uma sociedade que é violenta e que por vezes exige dele que ele seja violento. [...] As polícias são usadas politicamente independente do cara que estiver lá de plantão [grifo nosso].

(Cabo PMSC).

Já citei, em capítulos anteriores, como esse tipo de discurso é acionado ao longo tanto do processo de formação do policial militar e durante toda sua carreira e os reflexos disso para a vida profissional e pessoal, em especial, do praça policial militar. A questão é a de que esse tipo de discurso que concatena elementos como a heroicização, desvalorização e falta de reconhecimento do trabalho do policial militar, é utilizado como ferramenta que orienta a política institucional. Esse tipo de discurso é instrumentalizado pelos parlamentares da bancada da bala funcionando como catalisador de votos, seja pela parcela da sociedade civil que compartilha de ideias que buscam como solução para os problemas da segurança pública a radicalização das políticas públicas

desenvolvidas nessa área, seja pela parcela de policiais militares que assimilam esse tipo de pensamento. Ao mobilizar os elementos supracitados, o discurso da bancada da bala age de forma a reificar o policial militar, pois reduz a ele próprio e tudo o que lhe é inerente à mero capital político que, por sua vez, serve de base para a legitimação de suas verdades e de *lobby* para a implementação de políticas que beneficiariam diretamente a indústria bélica nacional.

Dessa forma, os parlamentares ligados à *bancada da bala* conseguem, aos poucos, obter vitórias políticas no legislativo brasileiro que satisfaçam não só seus interesses políticos particulares como os de toda a *bancada bbb*, assim como os interesses econômicos de suas financiadoras. O estímulo ao enfrentamento bélico, entretanto, expõe sobremaneira os praças da Polícia Militar, aqueles que compõem a linha de frente no enfrentamento do crime organizado e suas condições de trabalho e de vida pouco são transformadas. No ano de 2015 foi sancionada a lei de nº 13.142 que torna o assassinato de policiais, integrantes das Forças Armadas e seus familiares em crime hediondo. Essa lei é tida pelos parlamentares da bancada da bala como uma grande vitória política na defesa da causa e dos interesses dessa categoria profissional. cremos, no entanto, que do ponto de vista pragmático, praticamente nada se altera com relação ao risco de vitimização a que esses profissionais estão submetidos visto que não influi nos fatores que geram a violência contra os policiais e nem previne os fatores de exposição – principalmente os ligados à repressão subjetiva que a corporação impõe ao policial.

IV. POLITIZAÇÃO DA CAUSA POLICIAL: CAMPO ABERTO DE ENFRENTAMENTO DE DISCURSOS

No que diz respeito às pautas de reivindicação da categoria profissional dos policiais militares podemos observar que existem, de modo geral, duas esferas que reivindicam para si, no âmbito da política, a transformação desse tópico em questão política: de um lado, as associações de praças da Polícia Militar; de outro, os parlamentares da bancada da bala. No primeiro caso observa-se a centralidade que as demandas por melhorias nas condições de vida e trabalho e a questão da humanização dessa classe de trabalhadores ganham no uso político da palavra feito por essas associações. É quase que lugar comum nos discursos com origem nessas entidades, falas que vão no sentido de enaltecer a condição humana desses profissionais, de que esses profissionais não são meros robôs ou máquinas que somente cumprem ordens (SÁ et al., 2011; MIRANDA, 2016a; 2016b), a tentativa de aproximação dos profissionais da segurança pública com a sociedade civil e

a luta por direitos, representada pela busca dessas associações da extinção dos RDPMs como meio para dar aos policiais militares uma melhor condição de vida e fazer valer os direitos constitucionais e os direitos humanos de que seriam desprovidos os profissionais dessa categoria.

De outro lado, porém, tem-se a bancada da bala, que centra seus discursos sob uma perspectiva que reforça no imaginário policial o insulamento e distanciamento entre a categoria e a sociedade civil e enaltece a figura do policial herói. Não há, entre esses parlamentares que levam essa visão específica para a esfera da política institucional, um discurso de humanização ou de desvinculação das polícias com o Exército. Esta, por sua vez, é uma pauta de suma importância para as associações em função da responsabilidade que essas atribuem a esse aspecto das polícias militares no que se refere aos abusos de poder e autoridade de oficiais sobre praças. Uma das consequências disso é a culpabilização extrema dos profissionais que estão na ponta da segurança pública em relação aos elevados índices de violência que assolam o país.

Vale salientar aqui o fato de que as associações de policiais militares não necessariamente são avessas ou opositoras à politização da causa policial por meio da eleição de representantes para o parlamento brasileiro. O ciclo de protestos que ocorreu em 1997 pelo Brasil teve como um dos principais resultados a eleição de policiais que exerceram liderança ao longo dos protestos para cargos no legislativo (ALMEIDA, 2010; ALVES; 2013). Existem deputados que atuam em conjunto e parceria com as associações, caso do deputado federal Subtenente Gonzaga (PDT-MG), que atua em proximidade com a ANASPRA. No entanto, há dissenso entre os policiais militares quanto a essa questão. Um de nossos interlocutores, cabo da Polícia Militar, quando questionado sobre uma possível aversão à política por parte de policiais militares, vê com certo cuidado a participação na política via cargos eletivos:

- Eu acho necessário que se aprofunde o debate político. Eu só tenho um medo em relação a isso. [...] elegeram vários vereadores agora... mas a posição política deles diverge da minha. A posição política deles diverge da minha porque eles estão só fazendo um discurso belicista, que está dado aí. A maioria dos vereadores que se elegeu hoje é produto de uma situação momentânea do Brasil que é uma situação de fascismo. Então, esse é o meu medo.

(Cabo PMSC).

Podemos observar o fato de que existem dois campos em disputa pela legitimação de um determinado discurso a respeito da segurança pública: associações e bancada da bala. Sobre a questão do *discurso*, propriamente dita, Michel Foucault aponta que este “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o

poder do qual nos queremos apoderar” (1996, p.10). O autor ressalta ainda que o discurso é permeado por sistemas de interdições que visam (des)legitimar aquele que fala sobre determinado assunto. Segundo o autor,

[...] Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 1996, p.9).

Tomando emprestado o trabalho de Macedo (2015) e com base em Foucault (1996) aludimos aos três tipos de interdições que permeiam o discurso: o tabu do objeto, que diz respeito às restrições quanto ao que pode ser dito, sobre o que se pode dizer; o ritual das circunstâncias que, por sua vez, é aquela interdição que restringe e cataloga o poder-dizer atrelado a um determinado contexto específico, a presença de pessoas específicas; e, por fim, o direito privilegiado, ou sujeito exclusivo de fala, por fim, está fortemente vinculado a assuntos que não são de domínio corriqueiro, as restrições sobre os assuntos que podem ou não serem discutidos, em que ninguém pode falar de tudo.

Quando pensamos no caso da politização da questão policial com relação às interdições do discurso, o tabu do objeto pode estar relacionado às questões referentes aos abusos e assédios que ocorrem no interior das corporações e, em especial, ao adoecimento e suicídio entre esses profissionais. Citei, no início deste capítulo, a dificuldade que as instituições militares tem em falar sobre o assunto devido à possibilidade de estarem passíveis a críticas e de todo um modelo de pensamento sexista que permeia a sociabilidade policial militar. Já o ritual das circunstâncias e o direito privilegiado de fala aparecem quando este último é distribuído entre os membros da corporação militar em função do grau hierárquico, da patente que ocupam dentro da estrutura da mesma, tal qual os assuntos sobre os quais se pode falar. No primeiro tópico deste capítulo, por exemplo, selecionei alguns itens do regulamento disciplinar que rege o cotidiano de um policial militar do Estado de São Paulo que evidenciam uma série de restrições e proibições em relação ao ato de falar, de externalizar ideias e pensamentos que se relacionam à instituição militar sem a devida autorização/permissão do comando da polícia. Tais restrições funcionam conjuntamente no intuito de cercear o que pode ser dito, em que contexto pode ser dito e quem pode dizer.

No interior das polícias militares, o direito à fala ou à posse do discurso é extremamente restrito e está distribuído de maneira profundamente desigual entre os membros dessas instituições sujeitando demasiadamente os ocupantes dos graus hierárquicos mais baixos, em especial, os praças,

aos ocupantes dos graus hierárquicos mais elevados, em geral, os oficiais. Isso porque “[...] por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 1996, p.10).

Assim sendo, e uma vez que aos praças da Polícia Militar é vedado o direito a fala ou a posse do discurso, há um contexto em que associações de praças e a bancada da bala travam uma espécie de “disputa” pela “vontade de verdade” no que se refere à situação dos policiais militares no Brasil de hoje em dia. Essa ideia foucaultiana remete à mobilização de determinados recursos por determinados sujeitos com a intenção de validar seu discurso. Nas palavras do autor,

[...] essa vontade de verdade [...] como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. [...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído [...] essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (FOUCAULT, 1996, p.17-18)

No caso das associações, a vontade de verdade apoia-se sobre um conjunto de discursos, de saberes que tem na precarização das condições de trabalho e vida dos policiais militares o suporte institucional que dá base ao seu discurso, que faria dele um discurso verdadeiro no que remete ao policial militar de hoje em dia. Mobiliza um conjunto de situações e experiências que buscam enaltecer a humanidade desse trabalhador da segurança pública. Ao contrário da bancada da bala que, por sua vez, utiliza-se de maniqueísmos e jargões “populares”, de discursos fáceis de serem aceitos e com certo respaldo na população, além do constante apelo para a figura do policial super-herói com o fim de legitimar posições conservadoras e retrógradas no que se refere ao âmbito da segurança pública e que beneficiam diretamente a indústria armamentista brasileira.

No contexto atual, pode-se dizer que associações e bancada da bala buscam legitimar e validar seus discursos por meio do uso da palavra enquanto ferramenta política para representar uma classe que é desprovida da mesma, que não tem o direito ao logos, a manifestar suas dores, seus pensamentos, suas insatisfações. De modo geral, o discurso sobre a vitimização policial assume vieses e compromissos diferentes. Um visa, por meio do discurso do policial herói, a legitimação de políticas de segurança pública baseadas no enfrentamento, na intensificação da belicização; o outro, por meio das consequências que o discurso de policial herói traz para o policial e para a sociedade civil,

busca mudanças nas condições de vida e trabalho desses profissionais. E, dessa forma, o debate sobre segurança pública e sobre as condições de vida e trabalho do policial militar, profissional que ocupa a base da segurança pública, que representa a “ponta de lança” da mesma, chega ao nível da política institucional e pode ser feito de maneira mais explícita e aberta com a sociedade civil.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS -

Busquei nessa pesquisa traçar um panorama a respeito das questões que cercam o cotidiano dos praças das polícias militares brasileiras, profissionais da base da segurança pública, que estão na linha de frente da manutenção da ordem e controle da sociedade civil e, invariavelmente, no enfrentamento a atividades criminosas. Para isso, abordei questões como o risco na profissão policial militar, a vitimização profissional e a maneira como esta é complexa e pode se materializar de diversas formas no dia a dia desses trabalhadores. Esses dois elementos constituem parte integrante da profissão policial em função da natureza e objetivos da mesma. Contudo, tentei demonstrar nos dois primeiros capítulos como tais fatores podem ser potencializados e agravados em função do modo como as instituições estatais gerem tanto a corporação policial assim como a segurança pública de modo geral. Tentei evidenciar também que a situação da vitimização, em especial, tem ampla relação com o militarismo. Em função dos valores pregados por essa doutrina, policiais tendem a ser expor demasiadamente ao risco e, quando doentes, a tendência é que esse quadro se agrave em função de preconceitos que permeiam as relações de sociabilidade no ambiente castrense.

A partir da tentativa de tecer um quadro sobre as condições de trabalho objetivas e subjetivas a que estão submetidos os praças das polícias militares brasileiras, trouxe à luz deste trabalho elementos que evidenciam uma precarização das condições de trabalho ao passo em que se tem uma intensificação do mesmo. Esse é um traço não só da Polícia Militar, mas do modo como o mundo do trabalho se estrutura hoje em dia. A questão é que para os profissionais da instituição em questão, tal característica ganha contornos especiais em função da lida diária com problemas alheios, com a violência dos mais variados tipos e com o óbito. São cenários em que os PMs são requisitados a intervir diariamente e que afetam sobremaneira sua saúde física e psíquica. No que se refere a questão das condições subjetivas de trabalho, busquei evidenciar como a difusão do discurso de “policial herói” contribui para que se construa um quadro em que o policial militar enquanto indivíduo é levado a pensar que “está sozinho” na “luta contra o crime” e que, a despeito das condições precárias de trabalho, deve superar esses obstáculos. Tal conjuntura colabora para que o profissional da segurança pública pense a sociedade civil e as instituições de justiça e segurança como ineficientes e ineficazes, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento de seu trabalho e sua relação com os demais indivíduos que compõem o corpo social.

No último capítulo dessa dissertação abordei a questão da politização da causa policial. Os

PMs veem si próprios como indivíduos que não possuem direitos em uma sociedade estruturada, ao menos na teoria, pela democracia e pelos direitos civis. Vimos que consideram-se desumanizados pelos regimentos internos das polícias militares e que veem-se excluídos ou estigmatizados tanto pela visão à esquerda quanto pela visão à direita no que se refere a esfera da política. Expus o ciclo de protestos que ocorreu no Brasil ao longo de 1997, suas causas e consequências. Buscamos com isso mostrar que as reivindicações daquele ano permanecem as mesmas atualmente, ou seja, que a situação trabalhista e cidadã desses profissionais pouco mudou. Diante desse quadro, surgem as Associações de Praças que “disputam” com a Bancada da Bala a verdade, a legitimidade em relação à causa policial militar. Ambas buscam levar para o âmbito da política institucional os debates que cercam o dia a dia da caserna, porém, com vieses diferentes: de um lado, tem-se a bandeira da humanização e da luta por direitos dos PMs; de outro lado, tem-se a bandeira do punitivismo, do belicismo e do armamento civil sendo justificados por modos de pensar a segurança pública brasileira que “transformam” o policial militar em “herói” e que se baseiam em maniqueísmos rasos e simplistas.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho tive contato com policiais doentes, com ex-policiais, com policiais da ativa e com policiais envolvidos com questões políticas. Vale ressaltar que o esse contato foi apenas inicial e que me permitiu acessar somente uma pequena parte de todo o universo que envolve esses profissionais da segurança pública. A literatura sociológica carece de trabalhos que abordem questões como a segurança pública ou como os policiais militares segundo eles próprios, segundo sua perspectiva a respeito de temas como a própria segurança pública, a democracia e os direitos humanos civis. Tentei, nesse trabalho, fazer um pouco disso.

Pode-se concluir com este trabalho que temos no Brasil contemporâneo um cenário complexo no que diz respeito à relação entre instituições políticas, como a democracia, e a segurança pública, representada, em especial pela Polícia Militar e os servidores que nela atuam. O quadro que se forma é delicado porque tem-se uma democracia em que determinadas categorias profissionais, como os PMs, vivem sob regras e procedimentos organizativos do trabalho que agem basicamente como um regime de exceção. Um regime de exceção que coexiste com um regime teoricamente democrático. O resultado disso é o surgimento de um tipo de profissional, de um policial militar que, em detrimento de ser um sujeito garantidor dos direitos, como diz a Constituição Federal, torna-se um sujeito garantidor dos deveres, um sujeito cuja função acaba sendo centrada na manutenção da ordem social.

Quando a sociedade brasileira se absteve de uma discussão mais profunda, crítica e aberta em

relação aos moldes que a segurança pública ganharia na passagem do Estado de exceção para o Estado de direitos, mantendo o modelo de polícia militarizada e vinculada às Forças Armadas, criaram-se as condições para que num regime político aspirante à democracia surgisse uma classe de profissionais alijada de direitos civis e que, em função da manutenção dos Regulamentos Disciplinares, ferramentas maiores de cerceamento das liberdades, dos direitos e da humanidade dos praças das PMs, pôde ser convertida em um meio para a obtenção de um fim: a manutenção de uma sociedade de deveres em detrimento das garantias e dos direitos constitucionais.

Esses profissionais são responsáveis pelo desempenho de uma função primordial, essencial a qualquer Estado que se queira democrático: a segurança pública e a preservação da vida. Concluímos, no entanto, que o modo como as polícias militares se estruturam hoje, com base em valores e preceitos militares, oriundos do regime de exceção que vigorou no Brasil entre 1964-1985, não serve às demandas que a sociedade brasileira possui hoje em relação a questões securitizadoras e tampouco servem às demandas que esses indivíduos possuem enquanto profissionais. A militarização das polícias ocorrida ao longo da ditadura civil-militar permaneceu e permanece como um entrave ao desenvolvimento de um Estado democrático e de direitos pois nega aos profissionais dessa esfera o acesso a uma ampla gama de direitos e trata problemas de ordem civil e social como problemas de segurança. O militarismo contribui para que a maior parte das políticas de segurança pública desenvolvidas e praticadas no Brasil de hoje primem demasiadamente pela manutenção da ordem em detrimento da garantia da vida e dos direitos. Tanto para civis quanto para policiais que, no mais, também são civis, também são cidadãos.

Temos que não é possível construir uma democracia plena quando uma ampla gama de indivíduos é excluída de uma série de direitos constitucionais que são “distribuídos” de acordo com uma série de clivagens sociais que trazem privilégios para uns e imensos prejuízos a outros. Não é possível existir democracia quando a indivíduos que compõem o corpo social é negado o direito de ser contado como parte constituinte do mesmo, quando é negado a determinados grupos sociais o direito ao *logos*, o direito a palavra enquanto instrumento de manifestação de ideias e críticas. Reitero que esse não é um problema que assola somente policiais militares, mas sim grande parte da sociedade civil, em especial a população negra e periférica. O que queremos colocar aqui é que os policiais também integram um grupo social a que direitos são negados cotidianamente. E isso é um problema.

Há um grande abismo entre democracia e segurança pública, entre Estado e cidadãos, entre os ricos e pobres no Brasil. Dar voz aos policiais militares, ouvir o que eles tem a dizer e trazer essas

questões para o debate acadêmico é um meio, uma pequena tentativa de construir uma ponte que minimize o distanciamento que existe entre eles e a sociedade civil, é uma pequena contribuição que pode ser feita na busca por uma sociedade mais justa e igualitária em que prevaleçam os direitos em detrimento dos interesses particularistas do capital financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. PERALVA, Angelina. *Nota de apresentação*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 1-4, maio de 1997.

ADORNO, Theodor. *Educação após Aschwtiz*. 2006. Disponível em: < <http://www.ceunfes.ufes.br> >. Acessado em 13/08/2014.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese de doutorado. FFLC/USP, 2010.

ALVES, Giovanni. *Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global*. Trabalho, Educação e Saúde, v.3 n.2, p. 409- 428, 2005.

ALVES, Juliana do Carmo Cardoso. *Memória dividida: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997*. Dissertação de Mestrado em História. UFF/ICHF/PPGH. 2013.

ALESP. Lei Complementar nº 893, de 9 de março de 2001. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2001/lei.complementar-893-09.03.2001.html> >. Acesso em: 17/03/2017.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Ed. 34. 2010.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BERTAUD, Jean-Paul. *O exército e o brevê de virilidade*. In.: CORBIN, Alain *et al.* (Orgs.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade: o século XIX*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2007

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública: estudo profissiográfico e mapeamento de competências* / Secretaria Nacional de Segurança Pública, [Programa Nacional de Desenvolvimento para as Nações Unidas (PNUD)] – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2012.

BRETAS, Marcos Luiz. *Observações sobre a falência dos modelos policiais*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 79 - 94, maio de 1997.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. *A cultura policial e o policial civil carioca*. In: PANDOLFI, D. C. et al. (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 149-163.

CALDEIRA, Tereza; HOLSTON, James. *Democracy and violence in Brazil*. *Society for comparative studies*. Society and History, v. 41, n. 4, p. 691-729. 1999

CANETTI, Elias. *A expectativa da ordem*. In: Massa e poder. São Paulo, Companhia das letras, 1995.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CRESWELL, John. *Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DAMAS, Helton Luiz Gonçalves. *A invenção das subjetividades nos mercados da “pacificação”*: *Um estudo sobre os “empreendedores criativos” da Favela Turística/RJ*. Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. 2017.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5ª Edição. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

_____. *Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal. Entrevista com Christophe Dejours*. 2010. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/cedop/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-entrevista-com-christophe-de-dejours/> >

DENARI, Giulianna Bueno. “*Batom na caveira*”: *um estudo sobre as mulheres na Polícia Militar do Estado de São Paulo*. Dissertação apresentada ao PPGS/UFSCar. GEVAC, 2016.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. Martins Fontes, 2000.

FAGANELLO, Marco Antonio. *Bancada da bala: uma onda na maré conservadora*. In: *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo*. I Encontro Nacional de Antropologia do Direito, 2009.

_____. *Territórios e populações marginais em tempo de desenvolvimento: modos de gestão do conflito social no Brasil contemporâneo*. In: *Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina*. Maria da Glória Bonelli & Martha Diaz Villegas de Landa (Orgs). São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2013.

_____. *O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social*. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Set./Dez. 2014.

FERNANDES, Alan. *Violência e gestão social da ordem em Furnas-Tremembé*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva. *Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. 2009.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana. *Classes populares, polícia e punição*. Dissertação de mestrado em Sociologia. FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Aula de 15 de janeiro de 1975*. In: *Os anormais* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública*. Edição VIII. São Paulo, 2014.

_____. *Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. NÚCLEO DE ESTUDOS DE ORGANIZAÇÃO E PESSOAS. *Pesquisa de vitimização e percepção do risco entre profissionais do sistema de segurança pública*. 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/FGV. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*. SENASP/Ministério de Justiça. 2014.

FRANÇA, Fábio Gomes. *Quando falam as figuras: humanização e relações de poder um quartel de Polícia Militar*. Cadernos de campo, 2014a. Disponível em: < <http://seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7380> > Acesso em: 05/04/2016.

_____. *A pedagogia do sofrimento e a construção do ethos guerreiro: Uma discussão sobre Segurança Pública e Direitos Humanos*. VIII Encontro da ANDHEP - Políticas

Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos. USP, 2014b.

FRANÇA, Fábio Gomes. GOMES, Janaína Letícia de Farias. “*Se não aguentar, corra!*”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 9, n. 2, 142-159, Ago/Set 2015.

GASKELL, George. *Entrevistas individuais e grupais*. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2003. p.64-89.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GONÇALVES FILHO, José Moura. *Humilhação social – um problema político em psicologia*. Psicologia USP, São Paulo, v.9, n.2, p.11-67. 1998.

GUERRA, Maria Pia. *Polícia e ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1946 a 1988* / Maria Pia Guerra. -- Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

GUIMARÃES, Juliany Gonçalves. TORRES, Ana Raquel Rosas. FARIA, Margareth R. G. V. de. *Democracia e violência policial: o caso da Polícia Militar*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 263-271, mai./ago. 2005

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Caps: 5, 11 e 12. Bauru: Edusc, 2004.

IPEA. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2016*. Brasília, 2016.

JÁCOMO, Luiz Vicente Justino. *As religiões da polícia: religião e religiosidade na Polícia Militar do Estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado. PPGS/FFLCH/USP. 2016.

LACAZ, F.A.C. *Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença*. Ciênc. saúde coletiva;5(1):151-61, 2000.

_____. *Qualidade de vida n(d)o trabalho: um conceito político e polissêmico*. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 565-572, nov.2009/fev.2010

IPEA. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2016*. Brasília, 2016.

JUSTIÇA GLOBAL. *São Paulo sob ataque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006*. 2011.

KATES, A. R. *CopShock, Second Edition: Surviving Posttraumatic Stress Disorder (PTSD)*. Cortaro: Holbrook Street Press, 2008.

LANCMAN, Selma. UCHIDA, Seiji. *Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho*. Cadernos de psicologia social do trabalho, 2003, vol. 6, pp. 79-90.

LIMA, Renato Sérgio de. SINHORETTO, Jacqueline. BUENO, Samira. *A gestão da vida e da segurança pública no Brasil*. Revista Sociedade e Estado - Volume 30 Número 1 Janeiro/Abril 2015.

LOTIN, Elisandro. *Vitimização e vulnerabilidade dos profissionais de segurança pública: as condições de trabalho do policial*. Disponível em: <
<http://www.anaspra.org.br/index.php/noticias/representatividade/item/180-vitimizacao-e-vulnerabilidade-dos-profissionais-de-seguranca-publica> > Acesso em: 31/03/2016.

MACEDO, Henrique de Linica dos Santos. *“Confrontos” de ROTA: A intervenção policial com “resultado morte” no Estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGS/UFSCar. GEVAC, 2015.

MENA, Fernanda. *Um modelo violento e ineficaz de polícia*. In: Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (coord.). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro.* / coordenado por Maria Cecília de Souza Minayo, Edinilsa Ramos de Souza e Patrícia Constantino. - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO, M.C.S. ASSIS, Simone G. e OLIVEIRA, Raquel V. C. *Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil).* Ciência & Saúde Coletiva, 16(4):2199-2209, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. *Risco e (in)segurança na missão policial.* Revista Ciência e saúde coletiva vol.18, no.3. Rio de Janeiro. Março, 2013.

MINAYO, Maria Cecília Souza.; CONSTANTINO, Patrícia; SOUZA, Edinilsa Ramos de. *Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública.* Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(11):2767-2779, nov, 2007.

MISSE, Michel. *Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil – Uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisa.* In: “Violência e Participação Política no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, IUPERJ, Série *Estudos*, n. 91, agosto de 1995, 23:39.

_____. *Sujeição criminal.* In: Crime, polícia e justiça no Brasil. Orgs: Renato Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli. Ed. Contexto, São Paulo, 2014.

MIRANDA, Dayse (org.). *Por que os policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.* 1ª Edição. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MIRANDA, Dayse. GUIMARÃES, Tatiana. *O suicídio policial: o que sabemos?* DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol. 9 – no 1 – JAN-ABR 2016 – pp. 1-18.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. SOARES, Barbara Musumeci. *Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro*. ISER/UNECO. Ministério da Justiça, 1998.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. IUPERJ/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. *A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional*. 2001.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. *Metodologia de Pesquisa Estatística e Elementar*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

PADILHA, V. *Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante*. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 549-563, nov.2009/fev.2010

PAIXÃO, Antonio Luiz. *A organização policial numa área metropolitana*. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, nº 1, 1982, p.63-85.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Luciano. *Depressão: mobilização e sofrimento social*. Tese de doutorado em Filosofia. FFLCH/USP. São Paulo, 2010.

PESQUISA PERFIL DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. 254p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e transição*. Revistas USP, n.9. 1991.

_____. *Violência do Estado e classes populares*. Dados - Revista de Ciências Sociais . Rio de Janeiro: Iuperj, 22(3), 1979.

RAGIN, Charles. *Constructing Social Research: the unity and diversity of method*. 1994.

RANCIÈRE, Jacques. *Do desentendimento*. Prefácio, Caps. 1 e 2. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *O ódio à democracia*. Boitempo, 2014.

REINER, Robert. *The politics of the police*. Harvester Wheatsheaf, 1992.

SÁ, Leonardo Damasceno. SALES, Larissa J M. NETO, Antonio S da Silva. *Luta por reconhecimento, consideração e direitos nos movimentos paredistas da Polícia Militar do Ceará (1997-2011): Um estudo de tramas reivindicatórias no contexto brasileiro*. 2015.

SCHLITTLER, Maria Carolina. “Matar muito. Prender mal”. *A produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. 2016.

SILVA, Maurivan Batista. VIEIRA, Sarita Brazão. *O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental*. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.4, p.161-170. 2008

SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C.; SINHORETTO, J. *Notas sobre as estratégias estatais de controle do crime em São Paulo*. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindoia-SP. Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: Anpocs, 2013.

SINHORETTO, Jacqueline. *Controle social estatal e organização do crime em São Paulo*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2014a - pp. 167-196

SINHORETTO, Jacqueline. SILVESTRE, Giane. SCHLITTLER, Maria Carolina. *Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo. Letalidade policial e prisões em flagrante*. 2014b.

_____. *Juventude e violência policial no município de São Paulo*. Revista brasileira de segurança pública, Vol 10, nº1. Fev/Mar 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. *Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In: Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação.* São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA, Adilson Paes de. *O guardião da cidade: reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares.* São Paulo: Escrituras, 2013.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho.* *Ciência e saúde coletiva* 10(4): 917-928, 2005.

_____. *Sob fogo cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros.* 2013.

SOUZA, José Edir Paixão de. *Tentativas de suicídio e suicídios consumados em profissionais de segurança pública do estado do Ceará: magnitude, perfil e fatores associados, 2000 a 2014.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina, UFC. Fortaleza, 2016.

SOUZA, Luis Antônio de Souza (org.). *Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SPODE, C. B. & MERLO, A. R. C. *Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar.* *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (3), 362-370. 2006.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. *Violências e dilemas do controle social nas sociedades de modernidade tardia.* *São Paulo em Perspectiva*, 18(1): 3-12, 2004

TRINDADE, Artur. PORTO, Maria Stela Grossi. *Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e no Canadá.* *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011.

UCHIDA, Seiji. *Sufrimento psíquico do soldado PM*. Relatório. EASP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações. 2007. Disponível em: <
http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13395/o_sufrimento_psiquico_do_soldado_da_pm_-_seiji_-_final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19/05/2016.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WIEWIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

_____. *Violência Hoje*. Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1147-1153, 2007.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. *Democratização inacabada: fracasso da segurança pública*. Estudos avançados 21 (61), 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. *O papel da ouvidoria de polícia*. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun./dez. 2008.